

# ERGOLOGIA, TRABALHO, DESENVOLVIMENTOS

Renato DI RUZZA | Marianne LACOMBLEZ | Marta SANTOS  
(editores)



série TRABALHO E SOCIEDADE

- Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos

Edição financiada por:



Cofinanciado por:



Renato Di Ruzza  
Marianne Lacomblez  
Marta Santos  
(Editores)

# ■ Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos

Prefácio de Yves Schwartz

Belo Horizonte  
2018





***Série Ciência, Tecnologia e Sociedade***

*Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*  
Ludwik Fleck

*O Golem – O que você deveria saber sobre ciência (2ª edição)*  
Harry Collins e Trevor Pinch

*O Golem à Solta – O que você deveria saber sobre tecnologia*  
Harry Collins e Trevor Pinch

*Doutor Golem – Como pensar a medicina*  
Harry Collins e Trevor Pinch

*Mudando a Ordem – Replicação e indução na prática científica*  
Harry Collins

*Repensando a Expertise*  
Harry Collins e Rob Evans

*A Forma das Ações – O que os humanos e as máquinas podem fazer*  
Harry Collins e Martin Kusch

*Especialistas Artificiais – Conhecimento social e máquinas inteligentes*  
Harry Collins

*A Internet – Uma crítica filosófica à educação a distância e  
ao mundo virtual (2ª edição)*  
Hubert L. Dreyfus

*Expertise Intuitiva – Para além do pensamento analítico*  
Hubert L. Dreyfus e Stuart E. Dreyfus

*Ciência, verdade e sociedade – Contribuições para um diálogo  
entre a sociologia e a filosofia da ciência*  
Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro

**FABREFACTUM**  
editora

***Série Trabalho e Sociedade***

*Trabalho e o Poder de Agir*

Yves Clot

*Engenheiros no Cotidiano*

*Etnografia da atividade de projeto e de inovação*

Dominique Vinck (org.)

*O Curso da Ação Método elementar*

*Ensaio de Antropologia enativa e concepção Ergonômica*

Jacques Theureau

*Análises do Trabalho*

Leda Leal Ferreira

*Trabalho e Ergologia II*

*Diálogos sobre a atividade humana.*

Yves Schwartz & Louis Durrive (eds)

*Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos*

Renato Di Ruzza, Marianne Lacomblez e Marta Santos (eds)

***Série Confiabilidade Humana***

*O Acidente e a Organização*

Michel Llory e René Montmayeul

*Conectando saberes*

*Dspositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças do trabalho*

Francisco P.A. Lima, Laís Rabelo e Marcelle Castro (eds)



# **Série**

## Trabalho e Sociedade

### **Organizadores**

Francisco de Paula Antunes Lima  
Rodrigo Ribeiro



CONSELHO EDITORIAL

EDITORES

**Prof. Rodrigo Ribeiro**

*Universidade Federal de Minas Gerais*

**Prof. Francisco de Paula Antunes Lima**

*Universidade Federal de Minas Gerais*

MEMBROS

**Prof. Antonio Arellano Hernández**

*Universidad Autónoma del Estado de México*

**Prof. David Hess**

*Rensselaer Polytechnic Institute*

**Prof. Dominique Vinck**

*Université Pierre Mendès France de Grenoble*

**Prof. Harry Collins**

*Cardiff University*

**Prof. Henrique Luiz Cukierman**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

**Prof. Ivan da Costa Marques**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

**Prof. João Porto de Albuquerque**

*Universidade de São Paulo*

**Dr. José Marçal Jackson Filho**

*Fundacentro – RJ*

**Profa. Léa Maria Leme Strini Velho**

*Universidade Estadual de Campinas*

**Profa. Máira Baumgarten**

*Universidade Federal do Rio Grande*

**Dra. Maria Cristina Guimarães**

*Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ*

**Profa. Maria Elizabeth Antunes Lima**

*Universidade Federal de Minas Gerais*

**Profa. Maria Lúcia Álvares Maciel**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

**Prof. Mário Sérgio Salerno**

*Universidade de São Paulo*

**Prof. Michel Jean Marie Thiollent**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

**Prof. Michelangelo Trigueiro**

*Universidade de Brasília*

**Prof. Rob Evans**

*Cardiff University*

**Prof. Thales Haddad Novaes de Andrade**

*Universidade Federal de São Carlos*

**Prof. Wiebe Bijker**

*Maastricht University*

**Prof. Yves Schwartz**

*Université de Provence*

© 2018 da Edição Brasileira – Fabrefactum Editora Ltda.

Todos os direitos da tradução e desta edição reservados à Fabrefactum Editora.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem a prévia autorização, por escrito, da Fabrefactum Editora Ltda.

Este trabalho foi financiado pelo Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT UID/PSI/00050/2013) e pelo FEDER através do programa COMPETE 2020 (POCI-01-0145-FEDER-007294).

---

Di Ruzza.

S411. Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos

Renato Di Ruzza, Marianne Lacomblez e

Marta Santos (eds).

Belo Horizonte: Fabrefactum, 2018

206 p. (Série: Trabalho e Sociedade)

ISBN 978-85-63299-22-2

1. Trabalho e ergologia. 2. Atividade humana.

I. Lacomblez, Marianne; Santos, Marta.

CDD: 620.82

CDU: 65.011

---

**Revisão Ortográfica:**

Marlene Machado Zica Vianna

**Projeto Gráfico:**

Usina do Livro Editora

**Editoração:**

Elen Carvalho

**Capa:**

Daniela Luz

**Apoio Produção:**

Vera Pessoa

**Impressão:**

Usina do Livro Editora

Fabrefactum Editora Ltda.

Rua Miranda Ribeiro, 165

Belo Horizonte – Minas Gerais

CEP 30380-660– Brasil

<http://www.fabrefactum.com.br>

Email: [gerencia@fabrefactum.com.br](mailto:gerencia@fabrefactum.com.br)



## Sumário

Prefácio .....	15
<i>Yves Schwartz</i> .....	15
Glossário da ergologia .....	25
<i>Louis Durrive &amp; Yves Schwartz</i> .....	25
Nota introdutória.....	44
<i>Renato Di Ruzza e Marianne Lacomblez</i> .....	44
<b>Capítulo 1</b> .....	<b>57</b>
Formação e desenvolvimentos .....	57
1.1. Introdução.....	57
<i>Rui Canário</i> .....	57
1.2. Desenvolvimento e educação: polissemia de conceitos e complexidade de articulações .....	66
<i>João Caramelo e Alexandra Sá Costa</i> .....	66
1.3. O sentido do desenvolvimento dos conceitos em formação .....	72
<i>Marta Santos</i> .....	72

<b>Capítulo 2</b> .....	83
Gestão da prevenção e dos riscos profissionais: desenvolvimentos?.....	83
2.1. Introdução: ampliando a compreensão dos riscos profissionais para uma prevenção situada .....	83
<i>Simone Oliveira</i> .....	83
2.2. Riscos profissionais e riscos ambientais: descompartmentar as abordagens e as <i>démarches</i> de prevenção .....	93
<i>Rémy Jean</i> .....	93
2.3. Trabalho e justiça ambiental: notas de campo desde a mina de asbesto de Cana Brava, Goiás (Br) .....	100
<i>Lays Helena Paes e Silva e Stefania Barca</i> .....	100
2.4. Segurança alarmante: impactos da tecnologia na segurança «gerida» por operadores de controle de processos industriais de risco .....	115
<i>Daniel Silva, Sérgio Duarte e Ricardo Vasconcelos</i> .....	115
<b>Capítulo 3</b> .....	129
Territórios, desenvolvimentos e mobilidades .....	129
3.1. Introdução.....	129
<i>Luís Gonzaga Rodrigues</i> .....	129
3.2. Desigualdades no acesso ao serviço público de transportes: contributos da atividade dos motoristas na construção de proximidades territoriais .....	137
<i>Liliana Cunha</i> .....	137
3.3. Das mobilidades profissionais às dinâmicas territoriais: que desafios? .....	151
<i>Stéphanie Maillot</i> .....	151

<b>Capítulo 4</b> .....	163
Trabalho informal e desenvolvimentos.....	163
4.1. Introdução.....	163
<i>Luís Fernandes</i> .....	163
4.2. Até onde e como se pode conceitualizar o trabalho informal?.....	166
<i>Tine Manvoutouka</i> .....	166
4.3. Mutações do trabalho e empreendedorismo de margem: o caso dos arrumadores de automóveis.....	176
<i>Agostinho Silvestre e Luís Fernandes</i> .....	176
4.4. As margens do sistema formal e regulado do trabalho – processos de formação e de recomposição identitária.....	196
<i>Teresa Medina</i> .....	196



## ■ Prefácio<sup>1</sup> ■

*Yves SCHWARTZ*

Professor Emérito de Filosofia – Aix-Marseille Université  
Centro de Psicologia da Universidade do Porto  
yves.schwartz@univ-amu.fr

Para todos os povos, a questão do seu «desenvolvimento» – econômico, social, cultural estará bem-colocada? Após 2006, alguns de nós têm tentado contribuir, de forma crítica, por vezes polêmica, mas com uma visão sempre positiva, para o reequacionar desta questão:<sup>2</sup> O «trabalho», como um lugar maior onde se desenham projetos de vida possíveis a partir dos legados industriais de diversas entidades coletivas, não terá sido esquecido ou desprezado nas figuras propostas e sobretudo impostas de desenvolvimento?

No seguimento das Jornadas Ergologia, Trabalho e Desenvolvimento de 2007 e 2009, as Jornadas do Porto, que levaram à realização deste livro, organizadas pelo Centro de Psicologia da Universidade do Porto com a colaboração do Centre d'Épistémologie et d'Ergologie Comparatives d'Aix-Marseille Université, propuseram continuar essa reflexão.

Reequacionamento crítico, e até polêmico, dizíamos nós: há vários campos da experiência humana investidos pelo conceito de desenvolvimento. Em cada um, o convite à reflexão é desde já

---

1 A tradução deste prefácio para o português foi realizada por Cláudia Pereira e Filipa Tavares.

2 Especialmente em Maputo (Moçambique), em 2007 e em Belo Horizonte (Brasil) em 2009 (ver a «Nota Introdutória» deste livro).

predefinido pelos operadores semânticos, de que somos quase inconscientemente «reféns» (Rui Canário, neste livro). Ponto comum: a atividade humana e sua abordagem intelectual são frequentemente muito maltratadas.

Uma das riquezas do conjunto dos textos que vamos ler é dupla: descobrir, percorrendo quatro dos seus campos (formação, prevenção e saúde no trabalho, mobilidade e território, trabalho dito informal), até que ponto essas predefinições semânticas, sustentadas em cada um, se alimentam dos mesmos pressupostos. Em seguida, se não há uma visão global ou de reformulação da problemática de desenvolvimento sem que seja convocado cada um deles, estimaremos, parece-nos, que essa convocação nos faz escapar aos caminhos pré-formatados de condução do desenvolvimento apenas e só se a sua abordagem respeita as «dramáticas» da atividade humana (se nos é permitido utilizar esse termo do «vocabulário ergológico»).

Como pano de fundo não só dessas Jornadas, bem como das precedentes, subjaz a problemática socioeconômica do desenvolvimento – tal como evocada na Nota Introdutória (Renato Di Ruzza e Marianne Lacomblez, neste livro) – predefinida após o fim da Segunda Guerra Mundial, pelos modelos lineares de crescimento, das categorias de análise hierarquizantes, medidas pelos índices económicos. Predefinições semânticas que configuram desigualdades (países «desenvolvidos», «subdesenvolvidos») e alimentam estratégias geopolíticas, retrabalhadas hoje em dia pelas crises económicas, pelo desemprego, pelas precariedades, pelos problemas de sobrevivência, mesmo nos países ditos desenvolvidos anteriormente. Retrabalho que não deixa de ser necessariamente uma certa repetição, até uma possível exacerbação das lógicas inigualitárias e desestruturantes anteriores (Luís Fernandes, neste livro).

A esse respeito, como é dito no final da Nota Introdutória, a extrapolação de uma abordagem do trabalho, considerada «do ponto de vista da atividade» para a questão mais global do desenvolvimento, repensada na continuidade do primeiro como um esforço alargado, uma luta para viver «em saúde» a relação com o seu meio de vida, é, sem dúvida, uma forma de mover essas predefinições semânticas.

Assim, podemos investir no campo da formação em si mesmo, visando ao desenvolvimento pessoal, psíquico, psicológico. Mas o

que seria de uma ambição de desenvolvimento de uma coletividade humana, se ela não se atribuísse meios para favorecer, que não se apoiasse sobre esse tipo de desenvolvimento, e que, além disso, ignorasse os recursos e as riquezas cognitivas, as experiências capitalizadas nas experiências de vida e do trabalho de grupos humanos capazes de tornar fecundas essas ambições formativas?

Mas conceder a contribuição indispensável ao campo formativo, para reposicionar a questão do desenvolvimento, implica, como veremos no primeiro capítulo, um distanciamento do que temos chamado as suas predefinições semânticas específicas: a subordinação da formação a racionais econômicos, às teorias do capital humano, à construção de objetivos de formação homogeneizados, linearmente orientados pelos resultados esperados, a sistemas de reconhecimento de competências adquiridas, com base em normas antecedentes preestabelecidas na ignorância de saberes da experiência investidos na atividade.

A prevenção de riscos profissionais, a segurança no trabalho e no meio de vida: é um objetivo em si mesmo, desde que exista utilização social de trabalho humano; mas o que seria uma ambição de «desenvolvimento» se não se controlassem os riscos para a saúde induzidos pelas novas instalações, pelos novos produtos, pelas novas organizações do trabalho, instrumentos desse desenvolvimento? Riscos não só para os universos de trabalho, mas também para as populações que vivem na proximidade – ou mesmo à distância – dessas formas alargadas de reproduzir industriosamente a vida social. Como, a partir de agora, após diversas experiências dramáticas, suprimir a vigilância dos projetos de desenvolvimento, isto é, a tentativa de antecipação dos chamados riscos ambientais?

Mas também aqui as predefinições semânticas ameaçam as melhores boas vontades, como pode ser visto no Capítulo 2: uma poderosa prevenção dita primária, localizando os riscos com base em fatores genéricos, pesando constantemente as prescrições, fundada numa assimetria do saber, ignorando a dimensão sempre «gestionária» do trabalho com os riscos que ela contorna, mas que deve também criar. Resumindo: uma gestão da prevenção acabando por «eclipsar» o trabalho. Identificaremos lógicas de predefinições muito comparáveis às do caso precedente. Além disso, um preocupante corte entre a mobilização a propósito da segurança no trabalho e

a mobilização na defesa do ambiente: ainda que a coerência entre a segurança do trabalho e a proteção da natureza esteja longe de ser sempre simples, o silêncio sobre a desigualdade social geograficamente redistribuída dos riscos ambientais (Lays Silva e Stefania Barca, neste livro) pesa sobre a socialização e negociação do nó “desenvolvimento/ emprego/ saúde no trabalho/ saúde «pública»”.

Território e mobilidade: todo desenvolvimento socioeconômico supõe novas trajetórias na continuidade de uma vida (profissional) e de novas formas de ocupação – ou de desinvestimento – de espaço. Duas formas de mobilidade, que podemos legitimamente interrogar separadamente e por elas mesmas, mas que são, por vezes, frequentemente relacionadas e que reencontram novamente predefinições semânticas análogas: uma mobilidade valorada e preconizada «em si», poderíamos mesmo dizer «fora do chão» (como se ela não fosse em toda a circunstância um momento singular de debates locais, históricos, de seres humanos com eles próprios, a confrontar-se com situações e meios de vida), a considerar como constrangimentos e recursos sempre singulares para as convocações da sua atividade. Assim o Capítulo 3 interroga-se sobre o louvor das «sociedades móveis», a «retórica da mudança» (Luís Gonzaga Rodrigues; Stéphanie Maillot, neste livro), onde cada um se torna o seu próprio empreendedor para ajustar a sua empregabilidade às novas oportunidades profissionais (vindas de onde?). Sem dúvida, os perímetros jurídicos e espaciais das empresas, as estabilidades industriais (espaço, tempos, conteúdos das atividades de trabalho), as dimensões coletivas do trabalho (ver as redes interconectadas, o *co-working*), são algo a repensar dia após dia. No entanto, será justificada a restrição dos espaços, como puras superfícies homogêneas, apenas disponíveis para os cálculos de fluxo? Será possível ignorar as especificidades histórico-espaciais dos territórios, com as suas desigualdades e oportunidades próprias? Será a mundialização o fim da ocupação de um território concebido como uma atividade e como um ensaio de reconfiguração em que passou a se viver «fora do chão» (ver Lacomblez, 2005, citado em Liliana Cunha, neste livro)?

O trabalho dito «informal», por fim. Podemos pensar o desenvolvimento sobre o planeta fora dos legados históricos, das diversas formas inventadas pelos grupos humanos para produzir e reproduzir

a sua vida coletiva? Ignorando as relações de poder que se desintegraram a partir de suas heranças, da história da colonização e dos diversos modelos de desenvolvimento que se tentou impor a esses grupos? Sem se preocupar com formas patrimoniais de sobrevivência urbana nos países minados pelas crises e pela escassez das formas visíveis de emprego? Como julgar, avaliar, num projeto de desenvolvimento, a multiplicidade, o «polimorfismo» (Tine Manvoutouka, neste livro) das formas atuais de manutenção da vida social escapando a essa forma jurídica de emprego, considerada como «normal», nas nossas sociedades mercantis e de direito?

Durante muito tempo, o adjetivo «informal» foi submetido a uma forte predefinição semântica, cujo significado, para as sociedades onde essas formas de trabalho predominam, corresponde a um déficit de integração a preencher em relação às formas jurídicas das sociedades mercantis «modernas», «desenvolvidas», canônicas e modelo a seguir na universalização planetária do mercado. De acordo com Luís Fernandes, o Capítulo 4 não se circunscreve à crítica dessa predefinição, já que as formas mais atuais das atividades «alegais» (Tine Manvoutouka) proíbem de as considerar como sobrevivência e exigem pelo contrário tentativas de reconceitualização. Mas a multiplicidade frequentemente opaca dessas formas de vida ou de sobrevivência pode originar uma grande diversidade de categorizações restritivas, limitativas, embora, não raras vezes, pouco propícias a uma escuta de visões do mundo, que estão sendo elaboradas no íntimo dessas formas de atividade industriosa.

Ao ler os quatro capítulos, um mesmo tipo de ruptura é necessária em cada campo, uma mesma postura epistemológica e ética (Nota Introdutória, neste livro), que faz da atividade um trabalho permanente de arbitragem entre normas e impõe colocá-lo – como atividade – no coração de qualquer problemática de desenvolvimento. Parece que se trata de assumir conceitualmente o ser humano como «ser de atividade», no sentido da atividade.

Ruptura que deve redialetrizar uma série de conceitos: «acima de tudo é um problema de palavras» (Tine Manvoutouka). Como, por exemplo, a de «risco» (Simone Oliveira, neste livro), de «território» (Luís Gonzaga Rodrigues; Liliana Cunha), de «mobilidade profissional» aproximando de «atividade de transição» (Stéphanie

Maillot), de «informalidade do trabalho» (Tine Manvoutouka), de «empreendedorismo» e, assim, do que podemos entender por «carreira», por «profissão» (Agostinho Silvestre e Luís Fernandes, neste livro).

Ruptura de conceitos que acompanham as posturas para a ação, cuja coerência é clara. Em oposição a um modo linear de formação, promover um modo «circular», processos que reinventam constantemente essas modalidades para associar novos parceiros, protagonistas de dinâmicas educativas gerando concepções alternativas de desenvolvimento (João Caramelo e Alexandra Sá Costa, neste livro). Criar *démarches* alternativas de prevenção reintegrando os trabalhadores, os primeiros implicados e eles mesmos recriadores de normas nos ciclos da produção de prescrições (caso, por exemplo, da gestão de alarmes no projeto Matriosca, Daniel Silva, Sérgio Duarte e Ricardo Vasconcelos, neste livro), e, nesse espírito, criar dispositivos de negociação entre atores internos e externos nas empresas, expostos aos riscos ambientais (caso do dispositivo CLIE, Rémy Jean, neste livro). A prevenção que, por isso, é fundamentalmente situada (Simone Oliveira). Em vez de planificar os horários e percursos das linhas de ônibus à distância dos debates que atravessam a atividade dos condutores, articulá-las com o seu «uso do território», que visa à correção das desigualdades de acessibilidade, contrárias ao princípio do serviço de interesse público (Liliana Cunha). Tornar o seu julgamento aberto, disponível e mais próximo dos «arrumadores de automóveis» (Agostinho Silvestre e Luís Fernandes) e das próprias margens do sistema formal do trabalho (Teresa Medina, neste livro), aceitando o inevitável desconforto intelectual, evidente já que se trata de uma questão da atividade humana, mas particularmente sensível nesse caso. Exigência tanto intelectual como ética, antes de toda a avaliação de formas turvas de sobrevivência no universo mundializado.

Em vez das assimetrias sociais infiltradas nas assimetrias do saber (Simone Oliveira), que operam no que apelidamos de predefinições semânticas, são promovidos dispositivos em circuito ou espiral, próprios a colocar em causa relações muitas vezes despercebidas entre saber e poder. Assim, observamos a substituição de um modo «sequencial», por um modo «circular» nas relações entre Educação/

Desenvolvimento (João Caramelo e Alexandra Sá Costa). O mesmo entre formação profissional e transformação das condições de trabalho, criação de um processo intercomunicativo na empresa: a formação torna-se um processo intimamente «entranhado» no trabalho (Daniel Silva, Sérgio Duarte e Ricardo Vasconcelos). Vemos que não são formados sem simplismo nem demagogia, uma exigência epistemológica e um retrabalho da democracia: de acordo, sem dúvida, com a «sociologia das ausências» de Boaventura de Sousa Santos (nota de rodapé na «Nota Introdutória» deste livro), e contra uma «concepção absoluta» de certos tipos de saberes que é suposto estimular uma direção fiável para o desenvolvimento (Marta Santos, neste livro), o que está em questão é uma confrontação de saberes, «um verdadeiro diálogo entre os diferentes tipos de saberes» sobre a segurança, aqueles do mundo da prescrição e os implementados efetivamente nos processos industriais (Rémy Jean). Tais esforços (militantes) de diálogo são «reveladores do tipo de saberes» que cada um, no caso dos conceptores e condutores, por exemplo, mobiliza na sua atividade concreta (Liliana Cunha).

É através desses dispositivos de essência epistemológica e política, que podem ser tratadas as contradições possíveis, que essas contribuições não subestimam, e que qualquer desenvolvimento pode gerar: como o direito ao emprego e à segurança, por exemplo. É toda a qualidade da contribuição de Lays Helena Paes e Silva e Stefania Barca com o exemplo da riqueza em emprego sustentada pela empresa SAMA, e os riscos ambientais (amianto) que afetam trabalhadores e habitantes da cidade de Minaçu, no Brasil. É o mesmo risco que dificulta articular desenvolvimento das trajetórias individuais e a dos territórios (Stéphanie Maillot).

Tal como ter em conta o uso do território pelos condutores é uma luta contra as desigualdades, mensurando, obrigação de confrontação de saberes, a ligação entre «uma justiça cognitiva global» e uma «justiça social global» (Boaventura de Sousa Santos, nota citada). Desde que esclarecemos o conceito de «Justiça Ambiental» e o fato de que globalmente são os mesmos que pagam os custos a prazo de uma injusta repartição de riscos ambientais, assim, o colocar em confrontação de saberes, que são igualmente debates sobre os «bens comuns», pode ser o local adequado para tratar as contradições evo-

çadas. Se todo o desenvolvimento é um momento crítico de «transição», então, este dispositivo alternativo de saber pode ser um lugar para construir uma perspectiva de «transição justa» (Lays Helena Paes e Silva e Stefania Barca). Esse mesmo princípio para favorecer as transições profissionais que se podem inscrever nas trajetórias de vida que sejam ainda «produções de si» (Stéphanie Maillot).

O leitor fará o seu balanço. Difícil, em todo o caso, não constatar a homogeneidade de perspectivas críticas, e sobre a sua base, de proposições altamente estimulantes em cada um dos quatro domínios, suportados por experiências transformadoras autênticas e convincentes. Essas Jornadas serão uma etapa irreversível na elaboração da problemática Ergologia, Trabalho e Desenvolvimentos. Faremos, do nosso ponto de vista, uma última reflexão que nos parece igualmente resultar do que já sublinhamos.

Dessas contribuições, será que podemos globalizar e inscrever um claro projeto de «desenvolvimento» na nossa atualidade? Dito dessa forma, certamente não, seria contradizer a referência sempre necessariamente clínica das nossas abordagens para construir os futuros. O futuro do planeta como «mundo comum» deve ser o horizonte dos nossos projetos, com as condições sociais e políticas satisfeitas para que a questão possa ser verdadeiramente colocada assim (com que condições esse «comum»?). A este respeito, sim, o local não pode ser «redentor» (Rui Canário). Mas um universal homogeneizante pode ser matriz de predefinições, de cegueira ativa aos possíveis alargamentos de aproveitamento da vida designados para cada segmento da humanidade nas histórias jamais standardizadas, dentro de espaços que reconfiguram.

Enquanto a *démarche* adotada pelos autores deste livro não é, portanto, uma escola da simplicidade, essa outra escola é a do desprezo pela atividade. O que, pelo contrário, sobressai bem das abordagens respeitadoras dos debates de normas dessa atividade, própria a todos os semelhantes, são as reservas de alternativas, as contratendências a colocar em visibilidade e em debate, inclusive nos meios de vida mais fragilizados pelas formas atuais de gestão das sociedades humanas. É o que é muito bem dito na conclusão do último texto (Teresa Medina).

Não há desenvolvimento sem escolhas constantemente renovadas para designar os seus pontos provisórios de chegada e as trajetórias de «transição», sendo que nenhuma se assemelha às outras.

Logo: deve-se continuar a utilizar a palavra «desenvolvimento» (Rui Canário)? Verdadeira questão. Na sua «vontade de futuro», sim, sem dúvida. No seu conteúdo de predefinição antecipatória, é muito menos certo. Isto seria dizer que os próprios valores para orientar essas escolhas não seriam de (re)declinar aqui e agora a partir do que temos feito do nosso mundo. Encontrar uma outra palavra? Colocaremos essa questão numa próxima Jornada.



## ■ Glossário da ergologia<sup>3</sup> ■

Louis DURRIVE <sup>(1)</sup> & Yves SCHWARTZ <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Université de Strasbourg

louis.durrive@unistra.fr

<sup>(2)</sup> Professor Emérito de Filosofia - Aix-Marseille Université

Centro de Psicologia da Universidade do Porto

yves.schwartz@univ-amu.fr

Este glossário da ergologia diz respeito a uma seleção de conceitos da abordagem ergológica, cujo entendimento poderá facilitar a leitura de alguns textos apresentados ou dar a entender o que lhes está subjacente.

Trata-se de definições contextualizadas, não seguindo, portanto, a lógica de um dicionário com referências que se pretendem definitivas. O asterisco leva à palavra referida para uma explicação mais detalhada.

---

3 Esse glossário mescla a tradução dos verbetes do *Vocabulaire*, publicado como anexo em Schwartz & Durrive. *L'activité en dialogues*. Octarès, 2009, e a tradução do Glossário publicado pela Laboreal, Durrive, L. & Schwartz, Y 2008. Glossário da Ergologia. *Laboreal*, v. 4, n. 1, p. 23-28, tradução de Liliana Cunha e Marianne Lacomblez, que gentilmente autorizaram sua utilização e adaptação ao português do Brasil, por ocasião da tradução do livro de Schwartz e Durrive. *Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana*. Belo Horizonte, Fabrefactum. Neste livro, também optamos por publicar este último glossário, que possui mais verbetes e resultou do trabalho de vários pesquisadores brasileiros próximos à ergologia para tentar uniformizar a terminologia conceitual da ergologia em língua portuguesa.

## **Ação e Atividade**

A ação tem um início e um fim determinados, ela pode ser identificada (gesto, marca), atribuída a uma decisão, sujeita a uma razão (exemplo: uma instrução é uma lista de ações).

A atividade é um impulso de vida e de saúde que é próprio ao ser humano, cada vez que ele começa a fazer alguma coisa. A atividade é um operador sintético: ela liga e laça tudo o que tendemos a separar em categorias quando analisamos o “fazer”. Pode-se considerar que a atividade, enquanto síntese do agir, opera, a cada vez, como uma sucessão ou encadeamento de agires, que são momentos mais concretos, mais identificáveis – as experiências acumuladas do corpo-si\*.

## **Aderência (local e temporal) e desaderência**

A aderência é um fenômeno cuja significação, no que diz respeito à qualidade e relação, está estreitamente ligada à situação vivida aqui e agora (no latim *hic et nunc*: no momento e no lugar dos quais se fala). Falamos da “desaderência conceitual” a propósito, por exemplo, das normas que enquadram a atividade, porque elas estão voluntariamente desligadas do aqui e agora. O exercício que consiste em falar do seu trabalho é um desafio, porque solicita, simultaneamente, os dois registros – a grande proximidade da linguagem com a aderência do viver e, ao mesmo tempo, o distanciamento que ele autoriza, o que é uma relativa desaderência. No entanto, a dificuldade, o desafio aparecem apenas aos que ponderaram as múltiplas gestões ou debates de normas\* inerentes ao agir humano.

## **Antecipar**

Anteceder, tomar a dianteira, ser proativo. A nossa faculdade humana de formar conceitos permite-nos antecipar em parte o inesperado do trabalho (graças ao prescrito, mas também à formação, à experiência refletida, herdada de um coletivo e também pessoal).

## **Arbitragem**

Não confundir com o arbitrário, que não tem em conta nenhuma regra. O ser humano em atividade não é nem livre de qualquer constrangimento, nem determinado como um robô: ele efetua incessantemente arbitragens que lhe permitem, ao mesmo tempo, obedecer a um procedimento e transgredi-lo, tendendo a fazer à sua maneira, no aqui e agora. Essas arbitragens supõem critérios mais ou menos conscientes/individuais/formalizados.

## **Bem comum**

A procura de bem(ns) comum(ns) é o horizonte do político. A atividade humana, mais particularmente o trabalho no sentido estrito, é um espaço onde se retrabalham incessantemente os valores do político cruzados com os valores dimensionados, ou seja, aqueles cujos limites são conhecidos, que se podem medir, quantificar (valores do espaço mercantil).

## **Bifurcações**

Alternativas, micro-escolhas face às quais cada um de nós está constantemente confrontado na sua atividade de trabalho.

## **Categorias**

Trata-se das compartimentações intelectuais que fazemos para tentar circunscrever os fenômenos que analisamos. As categorias são indispensáveis (por exemplo, distinguir a vida privada da vida profissional), mas elas podem também cegar-nos: a atividade de trabalho não conhece tais fronteiras. Ela transgredir em parte as nossas compartimentações (corpo/espírito; fazer/valores; etc. ...) e “descategorias” parcialmente.

## **Comensurabilidade**

O fato de que duas grandezas possam ser comparadas ou que elas tenham algo em comum.

## **Conceito e vida**

O conceito é o instrumento para pensar; ele permite recortar, definir, generalizar, abstrair-se do presente. Quanto à vida, ela é um fenômeno inteiro, sintético, específico, profundamente ancorado no presente. Viver é sempre viver aqui e agora, ainda que essa negociação com o atual suponha um universo de normas antecedentes\* como recursos e como constrangimentos. Conceito e vida formam uma unidade dialética: a vida humana promove a conceitualização para alargar os seus horizontes de domínio do meio – que não é somente um meio ecológico, mas um ambiente social, próprio ao ser humano. Se é necessário distinguir o conceito e a vida, convém, em contrapartida, não os separar. Com efeito, o manuseio das normas antecedentes não é neutro: o universo da conceitualização pode voltar-se contra a vida.

## **Contraditório**

Contraditório não se confunde com incoerente: a vida é contraditória pelo fato de gerar alternativas, o inverso, o oposto, a alteridade, o que não significa incoerência ou loucura.

## **Corpo-si**

A individualidade considerada como uma história\* é o corpo-si. Essa individualidade é aquela dos encontros indefinidamente renovados com os meios da vida, que produzem incessantes renormalizações\*. O corpo-si ultrapassa a separação entre o biológico, o psíquico e o cultural. Trata-se da pessoa enquanto ela está em atividade: um centro de arbitragem que incorpora o social, o psíquico, o institucional, as normas, os valores (presentes e retrabalhados), a relação com o tempo, a relação com os níveis de racionalização, etc. Cada um funciona com um certo número de “normas endógenas” que são aquelas do seu corpo-si, que as constituiu no histórico das renormalizações sucessivas.

## **Cultura e incultura**

A *démarche* ergológica tem na base ideia forte da cultura, que não é o privilégio das elaborações linguísticas sábias, mas que se enriquece de todas as transformações geradas pela atividade humana.

Todavia essa posição não seria sustentável sem, paralelamente, comportar uma ideia forte de conhecimento para incitar a emergência do máximo de saberes a partir das práticas sociais que, sem isto, ficariam num estado baldio (incultura). Assim, cada um tem a sua própria forma de incultura: do lado dos produtores em geral e também do lado dos que têm o domínio de saberes constituídos (incultura nomeadamente em relação ao trabalho).

O desafio é que cada um conheça o contributo da cultura-patrimônio da humanidade, mas que se reconheça também como criador de cultura.

## **Debate de normas**

De acordo com a perspectiva ergológica, a atividade é sempre um debate de normas. Trata-se, para aquele que faz alguma coisa, de um debate entre as normas antecedentes\* e uma tendência / obrigação da pessoa a renormalizar [Ver o jogo do impossível e do invivível\*].

## **Dispositivo dinâmico a três polos**

Tendo em conta que estamos num mundo que transformamos continuamente pela atividade, o regime de produção de conhecimentos tem não só necessidade dos saberes investidos\* nessa atividade [e produzidos em diversos graus de aderência\*] como também de saberes organizacionais, acadêmicos, disciplinares – que são já providos de uma forma de codificação. Ora, o diálogo desses dois polos não se pode fazer frontalmente. Ele supõe uma disponibilidade – que não é natural – dos parceiros que operam provisoriamente e tendencialmente nos dois polos. É necessário que emergja, então, um terceiro polo a fim de fazer trabalhar os dois primeiros de modo cooperativo [humildade e rigor na relação ao saber], de maneira a produzir um saber inédito a propósito da atividade humana.

## **Dramática de uso de si**

Na origem, – um drama individual ou coletivo, a dramática do uso de si tem lugar quando ocorrem eventos que rompem os ritmos das sequências habituais, antecipáveis, da vida. Daí a necessidade de reagir, no sentido de tratar esses eventos, “fazer uso de si”. Ao mesmo tempo, isso produz novos eventos e, por conseguinte, transforma a relação com o meio e entre as pessoas. A situação é, então, matriz de variabilidade, matriz de história\* porque engendra outros possíveis em razão das escolhas a fazer (microescolhas) para tratar os eventos. A atividade aparece, então, como uma tensão, uma dramática.

## **Dupla antecipação**

Como ilustra a diferença prescrito e real, a linguagem e a atividade estão em relação de dupla antecipação. A linguagem, particularmente no seu uso delimitado, normalizado [uso de “conceitos”], antecipa a atividade e para isso tem necessidade de fazer como se as coisas fossem relativamente estáveis, invariáveis. A seguir, a atividade, totalmente mergulhada na história\* em curso, ultrapassa por sua vez a linguagem devido à variabilidade, antecipa o que será necessário depois procurar exprimir em palavras. São dois registros que se encontram em dialética permanente. A sua superação recíproca produz sempre mais história, sempre mais saberes.

## **Enigma**

O enigma designa um objeto, uma matéria que não é conhecida, mas que não é inacessível ao conhecimento [por oposição ao mistério, impenetrável à razão]. A atividade é um enigma na medida em que o conhecimento que produzimos a seu respeito não é jamais esgotado– sobretudo se a consideramos como atividade de um corpo-si\*.

## **Entidades coletivas relativamente pertinentes (ECRP)**

Cada vez que há um serviço a ser feito em comum, um princípio técnico a ser efetuado, criam-se “entidades coletivas” na implementação. Tais entidades não recobrem jamais exatamente aquelas que tinham sido previstas de maneira dedutiva. Isso é “relativamente pertinente” porque não está num organograma. E, se se trocam os operadores, o coletivo pode se enfraquecer na sua densidade, na sua eficácia: isso não é invariável. Impossível compreender realmente como um objetivo é atingido coletivamente se nos desinteressamos pelas “ECRP”. É claro, essas entidades podem se desenvolver em todos os níveis, aproximando-se do mais micro ou, ao contrário, alargando-se até o nível mais macro.

## **Epistemicidades**

Propósito de construção de saberes sob a forma de conceitos, a epistemologia olha para o polo da desaderência, da disciplina epistêmica do polo 1 dos DD3P\* ou ainda do ingrediente 1\* da competência. Conforme o que o ensaio de desaderência, ou de conceitualização, visa dos objetos sem ou em atividade (sem ou com debates de normas), têm-se níveis de epistemicidade diferentes. Um modelo do átomo ou uma reação química relevam da epistemicidade “1”, um sistema jurídico, da epistemicidade “2”. Esses diferentes níveis de epistemicidade constituem a oportunidade de múltiplas transgressões ou de “usurpações”.

Um terceiro nível de epistemicidade, característico do campo das atividades humanas (portanto dos seres “com debates de normas”), pode ser localizado. Trata-se da construção de conceitos, que ambicionam ser da competência da desaderência, como todo conceito, mas obrigando-se a sempre considerar o fato das renormalizações\* na sua abordagem das situações humanas e daí a necessidade de se instruir sempre destas. Os conceitos ergológicos (cf. o Vocabulário) aspiram a ser desse tipo.

## **Epistêmico/transformativo**

O transformativo está ligado ao agir que modifica o estado das coisas; o epistêmico está ligado ao objetivo de conhecer [epistema = ciência]. A armadilha seria crer que há, de um lado, o conhecimento e, do outro, a ação (o que, numa determinada época, deixava pensar que existia, de um lado, os intelectuais e, do outro lado, as pessoas que exerciam essencialmente atividades manuais). A atividade, qualquer que ela seja, conjuga ao mesmo tempo o transformativo e o epistêmico: o trabalho visto de perto, na abordagem clínica, faz mover a história e os saberes [sob condição de reconhecer estes saberes], uma vez que o trabalho é necessariamente pensado.

## **Ergo engajamento**

A cada vez que se está em posição de governar o trabalho, é preciso avaliar aquilo que preexiste: a atividade humana. Toda pretensão de uma organização científica ou gestão científica dos homens é manipuladora, porque não existe “ciência da atividade” – e essa deriva é responsável por numerosos males sociais que conhecemos. O que construímos juntos, dia após dia, está decididamente aberto aos possíveis: é assim que a história\* se faz. Considerar a atividade em todas as esferas de decisão relativas ao humano, entretanto, não é evidente: trata-se de um ergo engajamento.

## **Ergologia**

A ergologia é uma *démarche* que reconhece a atividade como debate de normas. A partir daí, a ergologia tenta desenvolver simultaneamente, no campo das práticas sociais e com a finalidade de elaboração de saberes formais, os “dispositivos a três polos”, por toda a parte onde é possível. Daí uma dupla confrontação: confrontação dos saberes entre si; confrontação dos saberes com as experiências da atividade enquanto matrizes de saberes.

## **Ergológico**

Por oposição ao epistêmico. No interior do próprio processo de conhecimento, o epistêmico corresponde à exigência de trabalho dos conceitos: construí-los, precisá-los, complexificá-los libertando-os da aderência local e dos valores que aí são retrabalhados – ou seja, tentando neutralizar [na medida do possível] a dimensão histórica dos fenômenos visados pelos conceitos. O ergológico é o movimento inverso: os conceitos são aproximados o mais perto possível da sua aderência local para apreender as configurações de saberes e de valores gerados pela atividade aqui e agora.

## **Exterritorialidade**

Deriva de certos especialistas que imaginam estar em certa medida acima da contenda, acima da história humana, em posição de, pseudoneutralidade, que lhes daria uma autoridade qualquer para decretar o valor do que vivem os seus semelhantes (integrando geralmente o seu ponto de vista).

## **Forças de convocação e de reconvocação**

Ter em conta a atividade na produção de saberes tem como consequência instaurar uma cooperação entre as competências disciplinares (saberes organizados, acadêmicos) e os protagonistas da atividade. Estes são, ao mesmo tempo, “forças de convocação e de reconvocação”. Forças de convocação, porque, para transformar um mundo saturado de normas antecedentes\* (portanto da ordem do conceptual: procedimentos, saberes a dominar...), eles têm necessidade das competências disciplinares, dos saberes armazenados e disponíveis. E forças de reconvocação na medida em que são efetivamente eles quem validarão ou interpretarão, de novo, os saberes constituídos sobre o ser humano, através das situações de atividade, matrizes de segunda antecipação.

## **Geral-específico**

O geral reenvia aos conceitos, em relação aos quais é necessário retrabalhar incessantemente a definição, que é necessário complexificar para afinar a sua pertinência. O específico reenvia à história em curso: atenção, o específico não é uma redução do geral. Isso seria não ver nele senão a ilustração, o caso particular, que ele representa efetivamente, mas não somente. Ele é também complexo, e portanto único: toda a situação de trabalho é específica. Dito de outro modo, ela é bem mais do que uma modalidade do caso geral. A ergologia é um esforço para pensar, ao mesmo tempo, o geral e o específico.

## **Grupos de encontros do trabalho (GRT)**

Trata-se de uma forma possível de dispositivo dinâmico a três polos no espaço social. Um GRT situa-se na tensão entre o polo dos saberes organizados e o polo das atividades industriais. Ele é o lugar de produção de um saber inédito sobre a atividade humana pelos próprios protagonistas do trabalho e, ao mesmo tempo, uma ajuda no desenvolvimento das reservas de alternativas nas organizações.

História. A abordagem ergológica da atividade propõe repensar parcialmente a maneira como o homem está implicado na história e produz história. Como encruzilhada de debates entre, de um lado, normas antecedentes\*, e do outro lado, constrangimentos e disposições a renormalizar (ver: Impossível e invivível\*), a atividade é uma matriz incessante de contradições potenciais. Por esse fato, ela não cessa de “fazer história”.

## **Historicidade**

Caráter do que é histórico: uma situação de trabalho é histórica no sentido de que não se resume ao que foi previsto (material, procedimento, matérias, efetivos, etc.). Há infiltração de história porque os acontecimentos continuam lá, a vida faz a sua obra. O desvio é sob este ângulo irredutível. Pode-se geri-lo melhor, mas não suprimi-lo.

## **Impossível e invivível**

O impossível e o invivível, essa é uma matriz da história\* humana. (a) É impossível padronizar inteiramente o mundo instável no qual evoluímos. (b) Ao mesmo tempo, esse obstáculo à antecipação absoluta, esse impossível, é uma condição de vida – porque evoluir em um mundo padronizado, inteiramente pensado pelos outros, seria invivível por um ser humano que tem necessidade de tentar recentrar o meio em torno de suas normas de saúde. (c) O impossível e o invivível se articulam de modo estreito. Para agir em um mundo em que a antecipação total (a padronização) é impossível, é preciso alguém capaz de voltar-se para si mesmo/refletir [de fazer uso de si\*] para gerir o que não foi pensado antecipadamente. (d) O humano em atividade não cessa, pois, de renormalizar, de arbitrar diante dos “vazios de normas”\* ou da inadaptação e da rigidez das normas antecedentes\*. Fazendo isso, ele não faz senão aumentar a variabilidade da situação inicial, afastando, ainda mais, a perspectiva – invivível – da padronização. Assim, através das renormalizações\*, produz-se a singularidade, a história.

## **Imprintissage**

Construir e assegurar a dinâmica dos dispositivos a três polos supõe uma aprendizagem (com efeito, trata-se não só de questionar os saberes), mas igualmente de uma “imprintissage”, porque se trata, também, para cada participante, de questionar valores e visões do mundo. Sem um descentramento de si pela iniciação em relação ao recentramento dos outros, fica-se entre incertezas que se cruzam, não se obtém um vaivém fecundo entre conceitos e vida, saberes e histórias singulares. O neologismo “imprintissage” se construiu por analogia com o termo empregado – ou processo de maturação – impossível de se antecipar – no interior do nosso corpo-si\*.

## **Inconforto intelectual**

A tentação é grande, para aqueles que trabalham, em escolher o conforto de um discurso sobre as tarefas, evitando considerar a própria atividade. Reciprocamente, a tentação se torna maior, sem dúvida,

para os especialistas do conceito, no conforto de uma torre de marfim da racionalidade intelectual, em se satisfazerem com modelos que eles conceberam e com os encadeamentos que imaginaram. O desconforto intelectual é uma postura que decorre diretamente da concepção ergológica da atividade (ver: renormalização\*; dupla antecipação\*). A atividade não pode nunca nos deixar confortavelmente instalados nas interpretações estabilizadas dos processos e valores em jogo numa situação de atividade: daí a falha ergológica por excelência, que consiste em não estar permanentemente numa postura de desconforto parcial. Trata-se, ao contrário, de se deixar perturbar metodicamente, ao mesmo tempo, em nossos saberes constituídos e em nossas experiências de trabalho, a fim de progredir, sem cessar, nos dois planos.

### **Industrioso**

Relativo ao ato do trabalho, O termo é deliberadamente vago para evitar a palavra trabalho, do qual se faz uma representação demasiado rápida e muito simples em relação à diversidade das formas de trabalho, no plano diacrônico (desde o alvorecer da humanidade) e no plano sincrônico (através do planeta).

### **Infidelidade do meio**

O meio é “infiel” à ideia de que se faz dele: em outros termos, ele se submete a mudanças permanentes. Essa verdade, já confirmada em nível ecológico, *a fortiori*, se afirma em relação ao mundo humano e social. Aquele que trabalha descobre logo que o meio é infiel à ideia que se fazia dele e isso o leva, de uma certa maneira, a ser infiel ao que lhe é demandado. Se tudo muda, é impossível, então, obedecer ao pé da letra, sob pena de fracassar na missão que nos é confiada (ver o jogo do impossível e do invivível\*).

### **Ingredientes da competência**

A metáfora “ingredientes da competência” quer indicar que uma competência é compreendida como uma combinação de elementos heterogêneos, que não se deixam avaliar de um único modo.

Agir com competência pode, assim, significar o domínio relativo de um protocolo (ingrediente 1) e da incorporação de uma situação específica (ingrediente 2), o tipo e o caso sendo em seguida relacionados inteligentemente (ingrediente 3). Mas essa relação é um esforço, um trabalho, cujo grau de execução não pode senão conduzir, via debates de normas, a uma relação de valor com a situação de trabalho ou de atividade (ingrediente 4). Relação cuja saída engaja mais ou menos o potencial, do “si” que, afinal, engaja globalmente a qualidade do agir, isto é, do efeito sobre todos os ingredientes (ingrediente 5). Enfim, o agir individual não é compreendido sem os outros: ele coloca sempre à prova uma eficácia coletiva (ingrediente 6).

### **Macro-, meso-, micro-**

Conforme se raciocina mais ou menos em proximidade da atividade de trabalho, a de alguém, de um ser singular, podem-se distinguir graus de apreensão da vida social: o nível microscópico, que nos conduz para o infinitamente complexo e não para o elementar; o nível macroscópico, que é igualmente complexo, mas mais facilmente analisável porque mais elaborado, formalizado: é o nível das altas esferas de decisão, das grandes correntes planetárias (exemplo: as tendências macroeconômicas atuais); por último, o nível intermédio, mesoscópico, seria o das instituições tais como as empresas, as administrações, as universidades...

### **Normas**

*Norma* é uma palavra latina que significa esquadro. A norma exprime o que uma instância avalia como devendo ser: segundo o caso, um ideal, uma regra, um objetivo, um modelo. Essa instância pode ser exterior ao indivíduo [normas impostas e mais ou menos assumidas], como pode ser o próprio indivíduo [normas instauradas na atividade], porque cada um procura ser produtor das suas próprias normas, estando na origem das exigências que o governam. Para trabalhar, o ser humano tem necessidade de normas antecedentes\* (manuais e notas técnicas, regras de gestão, organizacionais, prescrições e instruções, procedimentos, etc.) que, ao mesmo tempo,

o constroem e lhe permitem desenvolver uma atividade singular por renormalizações\* sucessivas.

### **Normas antecedentes**

As normas antecedentes se definem em relação ao agir humano, a partir de duas características: a anterioridade e o anonimato. Isso significa duas coisas: primeiro, elas existem antes da vida [industrial] coletiva que elas tornaram possível; em seguida, elas não tomam em consideração a singularidade das pessoas que vão estar encarregadas de agir e se instalarão no posto de trabalho [tanto quanto essa noção seja válida]. Ora, se a atividade é efetivamente a forma humana da vida, ela está sempre ancorada no presente (impossível viver em vários lugares ao mesmo tempo, ou em vários tempos) e reenvia sempre a alguém, um corpo-si\* singular (impossível viver por procuração). Por consequência, a atividade corresponde a um ensaio sempre renovado de alguém único, que volta a agir numa configuração do presente, das normas ao mesmo tempo anteriores ao agir e anônimas. Assim, nele contendo a contradição em um certo grau, as normas antecedentes tornam possível a atividade humana.

### **Particular/singular**

O particular é a ilustração de uma faceta do geral; o singular designa uma combinatória complexa que conduz a realidade única. A atividade de trabalho, qualquer que ela seja, pode analisar-se sob cada um destes dois ângulos.

### **Perspectiva micro-macro**

O que ocorre na escala macro de uma sociedade pode ser encontrado no agir humano em escala micro. Assim, é em relação ao debate permanente entre o mercado e a política nas nossas sociedades modernas, de mercado e de direito, que é possível perseguir e especificar no mais modesto dos atos de trabalho. E vice-versa: porque é justo no ínfimo de sua atividade que cada um de nós reavalia as normas antecedentes\* e retrabalha, uma segunda vez, os valores circulantes.

Nesse movimento de duplo sentido, através das entidades coletivas relativamente pertinentes\*, joga-se com o destino do fazer de outra maneira, dito de outro modo, o destino social das reservas de alternativas\*.

## **Protagonistas**

Os protagonistas das situações de trabalho designam todos os atores implicados numa atividade. Não são somente os trabalhadores ou empregados, mas também os quadros, os dirigentes de empresa e, mais amplamente ainda, os representantes destes atores na vida social em escala macro. Cada um é convidado a uma *démarche* ergológica para participar na elaboração de saberes e para tirar partido das reservas de alternativas escondidas nas atividades humanas.

## **Protocolo e encontro**

Toda situação é para o homem em atividade em parte protocolo e em parte encontro. O protocolo é um conjunto de regras a observar, comparável a um processo experimental que antecipa os procedimentos a, implementar, a fim de testar hipóteses ou colocar em evidência uma lei física. Um encontro é um cruzamento de acontecimentos que dizem respeito a um objeto material, a uma organização ou a um ser humano. Falamos de encontro de encontros para designar as trajetórias que se recortam: assim, uma pessoa que tem uma história encontra uma máquina que tem uma história – uma máquina sendo uma combinação de processos protocolizados.

## **Real/realidade**

Por oposição ao que deveria ser ou poderia ser (por exemplo, o que é prescrito ou antecipado no trabalho), o real é o que resiste ao esforço que desenvolvemos para o transformar e/ou para o conhecer.

Nesse sentido, o real é um horizonte, nunca é inteiramente circunscrito, mas está sempre a sê-lo mais. A realidade seria então a parte do real de que conseguimos uma representação.

## **Registros da atividade**

Uma atividade de trabalho é sempre analisável como sequência de um protocolo experimental e experiência, de um lado, ou encontro, por outro lado. Esses são dois registros em relação dialética num processo ergológico. O registro 1, aquele da dimensão conceitual, se encaminha às normas antecedentes\*. O registro 2, aquele da dimensão experimental, corresponde às renormalizações\*. Da mesma maneira quando se corta um ímã, encontra-se a dinâmica desses dois polos em todos os graus da organização (equipe, coletivo, etc.).

## **Renormalização**

O ser humano, como todo ser vivo, está exposto a exigências ou normas, emitidas continuamente e em quantidade pelo meio no qual se encontra. Para existir como singular (ver o jogo do impossível e do invivível\*), ele vai tentar permanentemente reinterpretar essas normas que lhe são propostas. Fazendo isto, ele tenta configurar o meio como o seu próprio meio. É o processo de renormalização que está no cerne da atividade. Em parte, cada um chega a transgredir certas normas, a distorcê-las de forma a se apropriar delas. Em parte, cada um as suporta como algo que se impõe do exterior [por exemplo, a linguagem é, na atividade, um esforço de singularização do sistema normativo que é a língua].

## **Reservas de alternativas**

Um debate de normas conduz a outras maneiras de ver as coisas, a outras perspectivas para viver e agir em conjunto, até ao mais micro dos nossos atos quotidianos, portanto, os mais imperceptíveis. Se as normas exprimem o estabilizado, o antecipado, elas têm vocação para ser colocadas em história\* graças a homens capazes de renormalização\*. A partir disso, as pessoas vão se satisfazer com uma aparente reprodução do quadro normativo, ou, pelo contrário, vão deixar um espaço e condições para que se expressem as alternativas em reserva, as que resultam das renormalizações [e que devem ser colocadas em debate na medida em que elas não têm, *ipso facto*,

vocação para construir um mundo comum]? A questão reenvia, no final, ao viver em conjunto e aos desafios da democracia.

## Resíduos e penumbra

A renormalização\* pela atividade é um processo contínuo de história\* e de saberes parcialmente renovados. As categorias do conhecimento com as quais abordamos a atividade são, portanto, por definição ultrapassadas por esta. Elas deixam na penumbra elementos de que não se pode *a priori* dizer que são de importância menor ou maior. A ambição de um dispositivo a três polos é trabalhar o desvio entre o que está já pensado e o que é manifestado pelo vivido aqui e agora. Em contrapartida, se se aborda a atividade imaginando-se que ela é apenas aplicação de modelos já concebidos, serão negligenciados os elementos em penumbra como resíduos – e é provavelmente um erro.

## Saberes investidos

A noção “saberes investidos” leva ao Dispositivo a três polos\* e à Dupla antecipação\*. O encontro da atividade humana nos coloca em face de formas de saberes complexos e híbridos, mobilizados (daí o termo “investidos”) e produtores de renormalizações\*. Eles estão, então, engajados numa situação singular, histórica, não padronizada, das situações de vida e de trabalho. São marcadas por graus diversos de aderência\* a essas situações e sua “expertise” está ligada a esses graus de aderência. Por isso, os saberes humanos podem se situar em um *continuum* entre dois polos: (1) [Ver o polo 1 de um DD3P], que expressa o engajamento numa disciplina da desaderência, em relação às condições de espaço, de tempo, de singularidade (no limite, os conceitos e modelos em ciências da matéria); (2) [Ver o polo 2 de um DD3P] o outro que, ao contrário, expressa as tentativas de seguir, o mais perto possível, as renormalizações das situações de vida e de trabalho.

*Continuum* não significa, contudo, a total continuidade e homogeneidade desses saberes situados entre esses dois polos. Tipos diferentes de epistemicidade\* se localizam nesse *continuum*.

## **Sentido do trabalho**

O sentido é aqui nomeado, portanto supostamente conhecido ou conhecível: ora, ele é problemático. Cada um dá significados múltiplos e moventes ao que vive. Falar de sentido do trabalho é correr o risco de circunscrever o que não pode ser circunscrito – e eventualmente decretar o sentido em lugar do interessado [cf. tal tarefa é declarada *a priori* motivante ou não, carregada/ou, pelo contrário, desprovida de sentido; tal trabalho teria ou não valor].

## **Uso de si**

Todo trabalho, porque é o lugar de um problema, reivindica um uso de si. Isto quer dizer que não há simples execução, mas uso, convocação de um indivíduo singular com capacidades bem mais amplas que as enumeradas pela tarefa. Trabalhar coloca em tensão o uso de si requerido pelos outros e o uso de si consentido e comprometido por si mesmo.

## **Valores**

No sentido subjetivo, valores é o peso que se atribui mais ou menos às coisas; uma hierarquia, uma categorização própria a cada um a propósito do que se estima, do que se prefere, ou pelo contrário do que se negligencia, rejeita. Em certa medida, é a tentativa de cada um de ter uma mestria sobre o meio no qual se encontra (exemplo: um escritório personalizado). A começar daí, um indivíduo não inventa sozinho nem completamente os seus valores: contudo, ele os retrabalha incessantemente, através das convocações e solicitações do meio e da vida social. Nisso, pelo menos parcialmente, ele os singulariza. Esses valores se incluem no nosso agir através das normas (normas antecedentes\* e normas endógenas) que comandam esse agir – mas a relação entre os valores e normas nunca é simples e natural.

## **Valores dimensionados e não dimensionados**

Os valores dimensionados são aqueles cujos limites são conhecidos, que correspondem a medidas, a quantidades: aquelas presentes no espaço notadamente ocupado pelo mercado, mas também nas avaliações, nos critérios e indicadores quantitativos. Em oposição, os valores não dimensionados são aqueles referentes ao político, ao “bem comum” (a saúde, a educação) em um “mundo de valores”, em que não há nem limitação interna clara entre eles, nem hierarquização possível. Uns são trabalhados pelos outros. No polo do político, a saúde, a educação passam pela alocação de meios concretos, portanto, forçadamente limitados. Reciprocamente, não podemos supor que a gestão de um hospital possa funcionar unicamente na base de uma calculadora, mas também em nome de valores de universalidade.

## **Vazios de normas**

Existem realmente “vazios de normas”, lacunas no anteriormente pensado, porque as normas não podem jamais antecipar todas as ocorrências de uma situação. Por conseguinte, trabalhar retoma necessariamente imaginar soluções de maneira a esperar o resultado apesar de tudo – apesar das insuficiências, da rigidez ou da inadaptação do prescrito e das normas antecedentes\*.

## ■ Nota introdutória ■

*Renato DI RUZZA* <sup>(1)</sup> e *Marianne LACOMBLEZ* <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Centre d'épistémologie et d'ergologie comparatives  
Aix-Marseille Université  
renato.diruzza@univ-amu.fr

<sup>(2)</sup> Centro de Psicologia da Universidade do Porto  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto  
lacomb@fpce.up.pt

1. Após as discussões a que deram lugar os nossos encontros e publicações comuns (Laboreal, Volume IV, No.1, 07-2008; Ergologia, 2009, nº 2), nós nos reunimos para debater o modo como poderíamos, com o auxílio da *démarche* ergológica, articular os conceitos de trabalho e de desenvolvimento e eventualmente renovar os seus conteúdos. Dado de que se trata de uma tarefa difícil, era necessário preparar-nos para outras permutas e possíveis controvérsias e polémicas. Essa dificuldade deve-se, antes de mais nada, à própria natureza das noções de trabalho e de desenvolvimento que:
  - são noções transversais, presentes em diversas disciplinas académicas, que acolhem numerosas definições, podendo, por vezes, completar-se e também, por vezes, contradizer-se;
  - são, por esse fato, noções pluridisciplinares que exigem o diálogo entre numerosas abordagens, o que nem sempre é evidente na sua implementação;
  - são noções que não convém serem pensadas em «exteriori-

dade».<sup>4</sup> Dito de outro modo, elas necessitam, na sua própria definição, de integrar os saberes experienciais daqueles que trabalham e procuram ser atores e beneficiários do desenvolvimento. Além disso, o «ponto de vista da atividade»,<sup>5</sup> aqui essencial, nunca é fácil de fazer emergir;

- são noções cujas ligações não só podem parecer evidentes, como também podem parecer evidentes as respectivas definições. Mas sabemos muito bem que a evidência nem sempre é boa conselheira quando se trata de compreender as coisas e de as alterar;
- são, enfim, noções que combinam estreitamente uma visão analítica, de produção de conhecimento, o que remete para questões de natureza epistemológica, e uma visão normativa, que coloca a questão da governabilidade das pessoas e dos grupos sociais, o que remete, necessariamente, ao campo da política.<sup>6</sup>

---

4 Referência à noção de exterritorialidade desenvolvida por Yves Schwartz, que pode definir-se rapidamente como a postura de certos especialistas das ciências humanas e sociais que se esforçam por manter uma posição de neutralidade em relação ao seu objeto, o que lhes daria autoridade para decretar o significado do que **vivenciam** os seus semelhantes (dispensando geralmente o ponto de vista deles) e para dizer o que lhes convém. Num texto escrito com Adriano Rufino e Fyad Abderrahmane (2008), Y. Schwartz precisa que «a postura da «exterritorialidade» começa então quando pretendemos dispor de uma versão estabilizada desses valores, de uma capacidade de hierarquizá-los, de os declinar, ou integrá-los numa «ciência», da mesma forma que o fazem as modelizações conceituais produzidas no polo da «desaderência». E pensamos, portanto, poder impor avaliações, direções «boas» de desenvolvimento, ou interpretar o «sistema de valores» dos outros, sem nos sentirmos constrangidos a aprender a partir das experiências reais de vida, como as atividades humanas se debatem com os valores». Para mais amplos desenvolvimentos sobre essa noção essencial cf. o capítulo «Ergonomie, philosophie et exterritorialité» da obra de Schwartz, 2000.

5 O «ponto de vista da atividade» valoriza esta enquanto lugar de uma dialética onde se articulam os debates do sujeito com todos os tipos de normas produzidas no histórico-social. Essas normas são anteriores aos sujeitos, mas é a história desses sujeitos, por vezes anterior a essas normas, que permite aproximar localmente o resultado das negociações em que se origina, a cada vez, a reconfiguração do meio (Schwartz, Adriano & Abderrahmane, 2008).

6 Cf. M. Foucault, que desenvolveu a noção de «biopolítica» para designar a forma de exercício do poder que incide na vida dos seres humanos (Foucault, 2004).

Não desenvolveremos aqui cada um desses pontos: esta publicação, com a diversidade de contribuições, tem por finalidade tentar provê-los. Ilustremos, sobretudo, alguns aspectos com base no conceito de desenvolvimento para tentar precisar, se não do que falamos, pelo menos do nosso ponto de partida.

2. No campo socioeconômico, o desenvolvimento não se tornou uma questão «a conceitualizar» senão após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente desde janeiro de 1949, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, nomeia o mundo dos «países subdesenvolvidos» que opõe ao dos «países desenvolvidos». O contexto político é o dos prelúdios da «guerra fria» e o «Ponto Quatro» do discurso de investidura de Truman diz muito sobre o projeto definido: «Mais de metade das pessoas no mundo vive em condições próximas da miséria. Não têm o suficiente para comer. São vítimas de doenças. A sua pobreza constitui um *handicap* e uma ameaça tanto para eles como para as regiões mais prósperas<sup>7</sup>». Em face do «bloco comunista», convém aos Estados Unidos propor uma via de «desenvolvimento» que é a do capitalismo industrial ocidental. Daí que nascem não somente o discurso da «ideologia do desenvolvimento», que assimila as noções de «crescimento», de «industrialização», de «progresso» e de «desenvolvimento» e que faz dos países desenvolvidos o «modelo a seguir», mas também o esforço teórico e conceitual que, inscrevendo-se nessa ideologia e aceitando-lhe as premissas, permite debater as condições que favoreceriam o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Podem inserir-se aqui, nomeadamente, a consolidação do «velho desenvolvimentismo» na América Latina, a partir dos anos 50 (Fiori, 2012) que, legitimado por teorias como a de Walter Rostow (1960), consagrava as etapas de uma «modernização» numa história, idealizando o que os sistemas políticos norte-americano e europeu deviam permitir à nação, mas sobretudo às suas elites.

---

7 Sublinhado nosso.

Naturalmente, diversas configurações do desenvolvimento seriam a seguir convocadas, nomeadamente no cenário em que o Estado exerce um papel ativo na condução da economia nacional, recorrendo a instrumentos keynesianos, a fim de tornar menos dramáticos os ciclos de declínio – a que alguns chamam um «capitalismo organizado pelo Estado», em que o uso do poder político é concebido com o objetivo de regular os mercados econômicos (Fraser, 2009).

As abordagens essencialmente econométricas, avaliando unicamente o desenvolvimento por intermédio do Produto Interno Bruto (PIB), foram revistas e completadas com recurso a outros indicadores – por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou o Índice de Pobreza Humana (IPH).

Mas no fundo, global e tendencialmente, a ideologia trumaniana do desenvolvimento raramente é posta em causa: além de algumas petições de princípio, que aliás viriam relativamente tarde, o desenvolvimento foi progressivamente conceitualizado com referência ao modelo que emergiu da experiência europeia do séc. XIX. Três observações se fazem necessárias:

- a) A história dessa conceitualização cruza, com ponderações diferentes conforme as correntes de pensamento, todos os ingredientes que fundam a «postura ideológica»:
  - um conjunto de representações/concepções do mundo, não deixando nenhuma parte do real fora do seu alcance e pretendendo encerrar o essencial desse real na suposta coerência dos seus conceitos. Esse conjunto organiza a totalidade do discurso da sociedade sobre ela própria.
  - uma força de mobilização das energias, das práticas, tendo por função ditar normas e fornecer diretivas individuais e coletivas nomeadamente sobre o trabalho e a sua organização (assim, com as «transferências de tecnologias» previstas desde logo por Truman, organizou-se igualmente uma transferência do modelo produtivo do tipo taylorista);

- uma opacificação das realidades, constitutivas de uma «falsa consciência» no sentido que lhe dá G. Lukács,<sup>8</sup> exclusivamente definidas por uma categoria de análise desenvolvimento/subdesenvolvimento, abolindo qualquer referência às especificidades histórico-sociais.
- b) Compreende-se, desde então, que se trata de um domínio profundamente conflitual, refratando todos os desafios políticos mundiais: imperialismo, guerra fria, colonização/descolonização, etc. Todas as conceitualizações do desenvolvimento tomam partido nesses conflitos, o que conduz, no global, a uma maior confusão, tanto mais que a segunda metade do séc. XX foi um período excepcional na história econômica e social: um crescimento nunca antes registrado, no decorrer dos anos 50 e 60 (os «trinta gloriosos»), seguido por uma crise duradoura do mundo capitalista e pelo afundamento da experiência soviética; uma mutação organizacional e tecnológica rápida e profunda que transformou os modelos produtivos, o trabalho e a sua organização; uma reconfiguração da geopolítica mundial dificilmente analisável – mas onde parece, cada vez mais manifesto, que a fórmula de um Estado procurando dominar os mercados foi invertida, numa dinâmica em que os mercados são invocados para domesticar as políticas (Fraser, 2009). É nesse quadro movediço que as diversas figuras do desenvolvimento, oriundas de múltiplas disciplinas, são alternativamente ou mesmo simultaneamente convocadas e questionadas: o desenvolvimento como simples evolução, o desenvolvimento como mudança de forma (no sentido matemático), o desenvolvimento como objetivo ou como finalidade, o desenvolvimento

---

8 A noção de «falsa consciência» está ligada, em G. Lukács (1960), à de «reificação» que ele retoma de Marx. Ela engloba três aspectos que ressaltam do mundo dos valores: 1) a reificação da relação com as coisas que faz com que essas últimas não sejam vistas senão sob as suas relações quantitativas; 2) a reificação da relação com os outros (a ideologia no sentido tradicional do termo), que conduz a não ver o outro senão através do prisma dos preconceitos; 3) a reificação da relação consigo (a alienação), que interdita o reconhecer-se e fazer-se reconhecer nas e pelas suas atividades.

como «crescimento», o desenvolvimento como estruturação, o desenvolvimento controlado e «durável», ou mesmo o «desenvolvimento do subdesenvolvimento».<sup>9</sup>

- c) A conceitualização do desenvolvimento se efetuou, pois, inseparavelmente da do subdesenvolvimento, como se se admitisse, em substância, que uma zona (espaço, território, país, etc.) subdesenvolvida fosse uma zona que não era desenvolvida e que, inversamente, uma zona desenvolvida fosse uma zona que não era subdesenvolvida. Dito de outro modo, um país desenvolvido é um país que sofreu um processo de desenvolvimento cujas características o aproximam dos «modelos» que representam os países ditos «ocidentais»; um país subdesenvolvido é um país que não conheceu esse processo de desenvolvimento. Toda a conceitualização do desenvolvimento no campo econômico e social assenta, portanto, em pelo menos três questões:
- Quais foram as características dos países ocidentais que fizeram deles países desenvolvidos? Estão elas ainda presentes?
  - O que aconteceu aos países que fracassaram numa evolução desse tipo?
  - Por que e de que forma tentam determinados países não enveredar pelo mesmo caminho?

O trabalho industrial e a industrialização estiveram no cerne das respostas tradicionalmente dadas a essas questões. Aliás, considerou-se frequentemente que o «trabalho» não apareceu nos países «subdesenvolvidos» senão com a transferência das tecnologias industriais.

Mas, no mundo contemporâneo – em que a «relação de serviço» parece dever tornar-se predominante, em que as tecnologias da informação e da comunicação fazem romper a unidade espacial e temporal dos processos de trabalho, em que o trabalho de organização sobreleva a organização do trabalho nas *performances* econômicas e sociais –, somos levados a nos interrogar a propósito da história recente e atual de países hoje ditos «em vias de

---

9 Essa expressão paradoxal é de André Gunder Frank (Gunder Frank, 1970).

desenvolvimento» ou «pouco desenvolvidos», que foram constrangidos, sob ameaça dos efeitos de um não reembolso das dívidas nacionais, a adotar «programas de ajustamento estruturais» de efeitos devastadores (Nouroudine, 2008). Aqui, os «mercados» financeiros domesticaram efetivamente as orientações políticas, e a dinâmica foi a de um desenvolvimento do subdesenvolvimento.

A nossa ambição, aqui e mais tarde, deve assim ser a de propor respostas novas.

3. A contribuição da *démarche* ergológica para essa ambição pode retomar a reflexão de Nouroudine (2008). Pode dizer-se, com ele, que, se as abordagens clássicas do desenvolvimento se referem em geral à questão do emprego, elas esquecem muito frequentemente a atividade de trabalho no seu sentido mais lato. Ele defende, assim, que não pode haver desenvolvimento se o trabalho não for encarado em todas as suas modalidades e em toda a sua complexidade. Com essa perspectiva, retomando a distinção ergológica entre «normas antecedentes» e «renormalização»,<sup>10</sup> dá a entender que esse processo, face aos «eixos estratégicos» dos «programas de ajustamento estruturais», permite ver a vida real das populações melhorar. Consistindo seguramente a questão em que, se o trabalho é «esquecido» nos documentos oficiais orientadores das transformações em vista, o mesmo não é nem programado nem prescrito e não pode ser antecipado. A abordagem das intervenções deve, em consequência, dar prioridade à consideração de tudo o que releva simultaneamente do constrangimento e dos recursos oferecidos pelas situações reais de vida, de um modo geral, e do trabalho, em particular. Trata-se,

---

10 Renormalização: O ser humano, como qualquer ser vivo, está exposto a exigências ou normas, continuamente emitidas, e em quantidade, pelo meio no qual se encontra. Para existir enquanto ser individual, vivente, e em função das lacunas das normas desse meio face à inumerável variabilidade da situação local, ele vai, e tem de, tentar permanentemente reinterpretar as normas que lhe são propostas. Procedendo assim, tenta configurar o meio como seu próprio meio. É o processo de re-normalização que está no cerne da atividade. De um lado, cada um consegue transgredir certas normas, distorcendo-as de modo a se apropriar delas. Por outro lado, suporta-as como qualquer coisa que se impõe do exterior (por exemplo, a linguagem é, na atividade, um esforço de singularização do sistema normativo que é a língua).

insiste Nouroudine, “de uma postura epistemológica e ética que conduz a colocar a atividade no cerne do trabalho e o ser humano no cerne do desenvolvimento, a fim de que as populações em causa possam pensá-los e vivê-los juntos”.

Os textos que se seguem representam todo o essencial dessa postura. Eles a trabalham, todavia, de maneira específica, recorrendo à conceitualização ergológica de modos variados. Uma proximidade bastante grande existe, entretanto, entre as diversas metodologias utilizadas nas pesquisas e na *démarche* ergológica, mesmo quando essa última nem sempre estava na sua origem.

Será notada, também, a amplitude do espectro das temáticas abordadas pelo conjunto das contribuições, que vai de questões epistemológicas abstratas a questões políticas e de justiça, imediatas e urgentes, passando pelo esforço de uma conceitualização teórica heterodoxa e crítica.

A Ergologia é uma das raras *démarches* que tenta cobrir o conjunto desse espectro; ela não é naturalmente a única, mas disso se reivindica explicitamente. Devemos, portanto, colocar-nos necessariamente a seguinte questão: O que é que a *démarche* ergológica pode acrescentar aos trabalhos que desejam renovar o tema das ligações entre trabalho e desenvolvimento?

Relembremos aqui que a Ergologia não é uma «disciplina que viria justapor-se às disciplinas acadêmicas existentes: não seria nem “a ciência do trabalho” nem “a ciência das atividades humanas” que teria por ambição “dizer a verdade” em vez dos e no lugar dos sociólogos, dos psicólogos, dos ergonomistas, dos economistas, etc. No domínio do trabalho, por exemplo, os conhecimentos são efetivamente produzidos essencialmente pelas disciplinas que os consideram como seu objeto de estudo. O que a Ergologia propõe é a formalização de um modo particular de produção de conhecimentos que assenta no diálogo e/ou na confrontação entre os saberes elaborados pelas disciplinas acadêmicas tradicionais e os saberes que os diversos protagonistas das atividades humanas põem em prática na execução da sua atividade. Já existem, obviamente, disciplinas para as quais este é um princípio adquirido (por exemplo, a maior parte da sociologia do trabalho ou da Ergonomia da atividade). Mas há outras que o ignoram quase

completamente (nomeadamente a ciência econômica). Não se trata, pois, de negar, de recusar, de abolir, de rejeitar os conhecimentos de que são portadoras as disciplinas acadêmicas, mas de as «pôr em dúvida», em diálogo, em debate com o que podem dizer os protagonistas sobre o modo como exercem a sua atividade.

Desse ponto de vista, a Ergologia é «indisciplinada» e «indisciplinar», não por efeito da moda, engendrado pelos apelos à pluridisciplinaridade, porém muito simplesmente porque os saberes dos protagonistas das atividades humanas não são, na sua essência, da ordem da disciplina científica. Não se trata, naturalmente, de negar as competências disciplinares de tal ou tal trabalhador (o contabilista deve saber de contabilidade ; o médico, de medicina), mas de admitir o fato de que, na sua atividade concreta, há sempre muito mais do que essas competências disciplinares. Pode-se, evidentemente, ignorar esse «mais», atirá-lo para o saco dos «saberes vulgares», mas é uma escolha epistemológica de que é necessário se estar consciente e que merece discussão. Esse tipo de pluridisciplinaridade («indisciplinar») não se constrói, então, no conhecimento dos conhecimentos produzidos por diversas disciplinas, mas muito no reconhecimento de que os conhecimentos de uma disciplina podem ser perturbados por saberes que dela não fazem parte. A isso Georges Canguilhem chamava as “*matières étrangères*” [matérias estrangeiras] (Canguilhem, 1966). É igualmente o fundamento da «sociologia das ausências» de Boaventura de Sousa Santos, formulado a partir da sua crítica «das epistemologias dominantes do Norte», que têm, segundo ele, «desenvolvido uma particular capacidade de racionalizar o irracional, impedindo-o de ser confrontado com formas alternativas de racionalidade» (Sousa Santos, 2011a).<sup>11</sup>

---

11 O projeto teórico de B. de Sousa Santos, definido nas suas sociologias «das ausências» e das «emergências», visa a uma nova configuração da produção e da avaliação dos conhecimentos ou saberes – sejam eles científicos ou não – no quadro do que ele chama uma «epistemologia do Sul», permitindo a realização de uma «justiça cognitiva global», a outra face da «justiça social global» (Sousa Santos, 2011b). Tratar-se-ia de uma nova epistemologia que estabeleceria «novas relações entre diversos tipos de saberes na base das práticas das classes e dos grupos sociais, que sistematicamente têm sofrido as desigualdades e com as discriminações devidas ao capitalismo e ao colonialismo. O Sul não é, portanto, um conceito geográfico ainda que a grande maioria das populações implicadas vivam no hemisfério sul» (Sousa Santos, 2011a, p.38 et 39).

Dito de outra maneira e para resumir, a *démarche* ergológica é um dos modos de reflexão no que concerne à produção de conhecimentos em todas as atividades humanas socializadas. É, por isso, susceptível de se relacionar com todas as disciplinas acadêmicas que as tomam por objeto, considerando dois princípios fundadores, que permitem estudá-las «do ponto de vista da atividade»:

- A atividade é sempre o lugar de um «debate de normas», e, neste debate de normas, na «renormalização das normas antecedentes», são produzidos saberes sobre a própria atividade, saberes que convém pôr em diálogo com os saberes produzidos «em exterioridade» pelas disciplinas acadêmicas;
  - Esses saberes «investidos» na atividade não podem ser postos em palavras a não ser pelos seus protagonistas.
4. Na perspectiva ergológica, os conceitos de trabalho e de desenvolvimento não dispõem de um estatuto idêntico. Respeitante ao conceito de trabalho, apesar da fluidez que o caracteriza, estudá-lo do ponto de vista da atividade não levanta dúvidas porque temos o hábito de analisar situações reais de trabalho (é mesmo a partir daí que se constituiu a *démarche* ergológica). As diversas contribuições apresentadas nos capítulos que se seguem mostram que não se pode falar do trabalho do outro sem considerar o «ponto de vista da atividade», ou seja, não considerando o que disse esse outro que trabalha. Todo o problema consiste em saber como transpor esse princípio para – o conceito de desenvolvimento – e não é fácil. Se o trabalhador pode pôr em palavras a sua própria atividade, pode ignorar ou pôr em dúvida o fato de que a sua atividade contribui para um processo de desenvolvimento. É verdade que a tradução em palavras dessa contribuição singular é de uma outra ordem. O «ponto de vista da atividade» na análise do desenvolvimento compromete-nos, então, com *démarches* que nem sempre são fáceis de circunscrever.

Face a essa dificuldade, pode-se tratar do papel e do lugar do trabalho no desenvolvimento como o faz Rémy Jean no seu artigo publicado na Revista Ergologia: não há desenvolvimento que valha sem concretização do direito a trabalhar e a retirar desse trabalho um

rendimento que permita viver em condições satisfatórias, tendo em conta o nível de desenvolvimento alcançado por uma dada sociedade (Jean, 2011).

Mas pode igualmente reformular-se a definição de desenvolvimento para torná-la homogênea, do ponto de vista da atividade, com a de trabalho. É, no fundo, o que tenta Dominique Efos quando escreve:

«O desenvolvimento pode ser definido, de modo muito geral, como um processo de apropriação do meio de vida que transforma as capacidades de domínio das situações de vida individuais e coletivas; como um processo que permite aos indivíduos de todas as idades e aos coletivos reforçar ou adquirir poder sobre o que determina as suas situações de vida e a sua atividade» (Efos, 2012, p. 11).

Percebe-se imediatamente a proximidade dessa definição com a que seria possível dar de trabalho. «O trabalho pode ser definido, de modo muito geral, como um processo de apropriação do meio de vida que transforma as capacidades de domínio das situações de vida, individuais e coletivas; como um processo que permite aos indivíduos de todas as idades e aos coletivos reforçar ou adquirir poder sobre o que determina as suas situações de vida e a sua atividade». O trabalho seria, desse modo, definido como atividade, mas, ao mesmo tempo, como relação de forças e de poderes e como potencialidade de domínio do destino dos indivíduos e dos coletivos.

Seria, pois, possível ultrapassar a justaposição dos conceitos de trabalho e de desenvolvimento para lhes analisar as ligações, considerando que é a natureza do trabalho – o seu conteúdo, as condições nas quais acaba por ser exercido e os efeitos dessas últimas em termos de saúde – que define o desenvolvimento: seja porque o trabalho corresponde a essa definição e engendra um processo de desenvolvimento, seja porque não corresponde, porque a atividade não permite nem a apropriação do meio nem o domínio das situações individuais e coletivas, não podendo existir, então, nenhum processo de desenvolvimento.

É esse, de certo modo, o projeto que subtende as iniciativas que se inserem no setor da economia social, também chamada de solidária (Ramos, 2011). Não é evidentemente um acaso se, quando das II Jornadas da rede internacional «Ergologia, trabalho e desen-

volvimento», organizadas em Belo Horizonte, em 2009, diversas experiências sociais e produtivas foram apresentadas, tendo em comum certos aspectos de cooperativismo, de autogestão, testemunhando a firmeza de preocupações com a preservação de patrimônios sociais e culturais (Echternacht, 2010). Essas jornadas foram, aliás, encerradas com uma declaração de princípios, realçando que as políticas de desenvolvimento não o serão verdadeiramente se não se inscreverem nos saberes, nos valores, nas competências, nas práticas sociais e políticas próprias das atividades produtivas locais e atuais.

As experiências relatadas constituíam assim fórmulas, procurando, de certo modo, garantir, para a região, um «bem viver» em oposição a um «viver bem» à ocidental. A via é, de fato, aquela que guarda as suas distâncias face a um desenvolvimento essencialmente concebido numa lógica de «crescimento» da riqueza nacional em termos de PIB, abrindo-se preferencialmente às alternativas de desenvolvimento, que desdobram as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade, a fim de que todos possam levar uma «boa vida».

## Referências Bibliográficas

- Canguilhem, G. (1966/2009). *O normal e o patológico*. São Paulo: Editora Forense Universitária.

- Echternacht, E. (2010). *Activité humaine, travail et développement: la gestion de la santé humaine dans les expériences productives locales en débat*. *Ergologia*, 4, 118-135.

- Efros, D. (2012). *Que abordagem das questões de desenvolvimento: participativa e/ou ergológica? Seminário internacional «Ergologia, Trabalho e Desenvolvimentos» (Livro de resumos)*. 11-14. Porto: FPCEUP.

- Fiori, J. L. (2012). *Para reler o «velho desenvolvimentismo»*. *Rumos do Brasil – Propostas para um país melhor*. <http://www.rumosdobrasil.org.br/2012/01/12/para-reler-o-velhodesenvolvimentismo/> (acesso 20/07/2012).

- Foucault, M. (2004/2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes Selo Martins

- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, *Mediações. Revista de Ciências Sociais*, 14, 2, 11-33.

- Gunder Frank, A. (1970). *Le développement du sous-développement en Amérique latine*. Paris: Maspero.

- Jean, R. (2011). Eléments pour une approche ergologique de la relation travail – développement. *Ergologia*, 6, 21-40.

- Lukács, G. (1960/1974). *História e consciência de classe*. Lisboa, Publicações Escorpião.

- Nouroudine, A. (2008). O trabalho: componente esquecida no documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza nos Comores. *Laboreal*, 4, (1), 29-38.

- Ramos, M. C. (2011). Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*, 7, (1), 81-104.

- Sousa Santos, B. (2011a). Epistémologies du sud. *Études rurales*, 187, 21-50.

- Sousa Santos, B. (2011b). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial (1ª edição revista).

- Rostow, W. (1960). *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge University Press.

- Schwartz, Y. (2000). *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès Editions.

- Schwartz, Y. (2005). Actividade. *Laboreal*, 1, (1), 63-64.

- Schwartz, Y. & Adriano, R., Abderrahmane, F. (cols.) (2008). Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. *Laboreal*, 4, (1), 10-22. <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56o-TV658223439657; 8:3872>

## ■ Capítulo 1 ■

# Formação e desenvolvimentos

### ■ 1.1. Introdução ■

Rui CANÁRIO

Universidade de Lisboa  
rui.f.canario@netcabo.pt

*«Ele não era um daqueles velhos que combatem os melhoramentos, que criticam tudo o que é novo e recebem todas as mudanças. Ele queria ver uma estrada alcatroada – por onde passassem muitos carros do último modelo – em frente da sua porta, queria ver um supermercado do outro lado da estrada, queria ver uma estação de serviço, um motel, um drive-in a uma distância razoável. De repente o progresso tinha posto tudo isto em marcha»*  
Flannery O' Connor «Tudo o que sobe deve convergir»

A utilização da palavra «desenvolvimento» no plural representa uma tentativa de ultrapassar as ambiguidades e a polissemia desse conceito. De fato, sua utilização impôs-se na segunda metade do século XX, mas trata-se de um conceito de que alguns de nós não gostam e, ao mesmo tempo, de que não podem prescindir. De certo modo, podemos dizer que estamos reféns de uma poderosa estrutura

mental, objeto de um processo de naturalização, que, em vez de nos ajudar a compreender a sociedade capitalista em que vivemos, nos desarma criticamente perante ela, na medida em que remete para um plano secundário, ou elimina, conceitos como o de «exploração», na medida em que, entendido como palavra-chave do pensamento de Marx, opõe proletários e capitalistas e não países ou zonas «desenvolvidas» e «subdesenvolvidas». A discussão sobre esses conceitos é importante porque ela nos ajuda a forjar ferramentas analíticas que permitem abordar a complexidade das possíveis articulações entre *viver, aprender e trabalhar*.

A dupla revolução, liberal e industrial, traduziu-se, em termos econômicos, sociais e políticos, por uma transição do Antigo Regime para as modernas sociedades industriais, a qual impulsionou a emergência de um processo de mercadorização de tudo que, em teoria, poderia ser concretizado numa era de abundância e prosperidade para todos. Sabemos que não foi isso o que aconteceu e que, apesar do «desenvolvimento», traduzido numa capacidade global para produzir mais (com menos trabalho, graças aos ganhos de produtividade), aquilo que é hoje verificável é uma explosão das desigualdades em todos os níveis. O capitalismo triunfante exprime-se, por exemplo, no fato de 5% da população mundial, metade da qual nos EUA, deter nas suas mãos a quase totalidade da riqueza bolsista do planeta (Peyrelevade, 2008). Apesar de ser um conceito datado, de uso corrente na sequência da II Guerra Mundial, ele aparece desde os alvares da modernidade, portanto há pouco mais de dois séculos, fazendo parte integrante de uma tríade, – Razão, Progresso e Desenvolvimento –, cuja relação virtuosa permitiria a construção de «sociedades da abundância» (Galbraith, 1963) e a eliminação das distâncias que marcariam as diferenças entre os estados de «desenvolvimento», «subdesenvolvimento» e «em vias de desenvolvimento». É nessa acepção que tentaremos contribuir para a introdução a um debate sobre o conceito de desenvolvimento, o qual passou, num período de poucas décadas, de «solução» a «problema» para vários autores, como é o caso de Serge Latouche (2004, p.11). Do ponto de vista desse autor, colocar radicalmente em causa o conceito de «desenvolvimento», significa proceder a um trabalho de «subversão cognitiva», condição prévia e necessária para proceder a «uma

desconstrução do pensamento econômico» essencial a uma ruptura crítica com o capitalismo.

## O «desenvolvimento» como ideologia

A noção de desenvolvimento é marcada por um etnocentrismo que levou a impor à escala planetária uma maneira de «ver», «ler» e «explicar» o mundo, que é própria da chamada civilização ocidental. Aquilo que hoje designamos de «mundialização» representa a “ocidentalização” do planeta baseada no paradigma do desenvolvimento entendido como algo de inevitável e indiscutível. Como escreveu José Cardoso (1988) num texto certamente pouco lido e/ou muito esquecido:

*“(...) da direita à esquerda, todas as forças políticas se reclamam do desenvolvimento como bandeira. O movimento socialista – que era suposto estabelecer uma rutura com o terrorismo do sentido centrado na produção da vida material – adotou tal ideologia passando a falar de desenvolvimento socialista.”*

A construção histórica das modernas sociedades industriais, ou seja, das sociedades capitalistas (sob a forma de mercado ou de capitalismo de Estado) tem como cerne a transformação de tudo em mercadorias (a começar pelo trabalho humano), visando à acumulação de capital, processo fundamentado na exploração do trabalho assalariado, com base na apropriação da mais-valia resultante da exploração dos assalariados. Os ideais do triunfo da Razão e do Progresso, que caracterizam o pensamento iluminista, constituem os referentes principais de uma ideologia «desenvolvimentista», baseada numa confiança cega nas potencialidades de a ciência e a técnica se traduzirem, através das suas aplicações, em níveis crescentes de produção de bens e serviços e, idealmente, de um acréscimo de bem-estar para o conjunto da humanidade.

No início dos anos 70, a coincidência do primeiro «choque petrolífero» com as crises de produtividade e de governabilidade das sociedades capitalistas (do ocidente e do leste) assinalou o fim de um ciclo marcado pelas «ilusões do progresso» (como lhe chamou

Raymond Aron) e da tentativa de criação de sociedades da abundância que, alargadas à escala planetária, fariam desaparecer o fosso que separava os países «desenvolvidos» dos chamados países «periféricos», marcados pelo «subdesenvolvimento». Mas da euforia deslizou-se progressivamente para a decepção e, finalmente, para a verificação de que vivemos em sociedades «doentes do progresso» (Ferro, 1999). Tornaram-se evidentes alguns dos efeitos perversos do desenvolvimento, quer em termos do aumento das desigualdades, quer em termos dos danos, por vezes irreversíveis, causados ao meio ambiente. Também se tornou claro que o problema do desenvolvimento não era apenas um problema de *outputs*, mas também de *inputs*, na medida em que os recursos naturais, pelo seu caráter finito, colocam limites ao crescimento econômico.

Cresceram e foram ganhando fôlego as críticas ao conceito de desenvolvimento pela voz autorizada de especialistas da economia e de renome mundial, como é o caso do brasileiro Celso Furtado (1974), que foi, nos anos 50, uma figura de relevo no quadro do «desenvolvimentismo»:

*Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade das possibilidades e das possibilidades abstratas que oferecem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-los em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (Furtado, 1974, p. 89-90).*

Essa «doença do progresso» não significou o abrandamento do desenvolvimento e do crescimento em escala mundial. A reconhecida falência do modelo ocidental do «Estado de Bem-Estar» é coincidente com um aumento constante da capacidade de produzir riqueza material, tendo por base acréscimos de produtividade, resultantes de novas formas de organização do trabalho e da incorporação do conhecimento científico e técnico nos processos de produção. Os acréscimos de produtividade, coincidentes com o enfraquecimento dos movimentos sociais e o correlativo enfraquecimento do sindicalismo, não se traduziram em ganhos de Bem-estar para o conjunto

da humanidade, mas sim num acréscimo do nível de exploração do trabalho (sendo os mais produtivos os mais explorados (em termos de mais-valia relativa) e num aprofundamento das desigualdades. Ao contrário do que havia acontecido, durante os Trinta Anos Gloriosos que marcaram o pós-guerra, entrou-se, no último quartel do século XX, num ciclo de crescimento sem emprego e de refluxo dos movimentos de emancipação do trabalho.

## **A educação e o desenvolvimento**

O projeto de escolarização foi inerente à construção da modernidade e, portanto, ele próprio tributário dos ideais de «desenvolvimento», «progresso» e «racionalidade» que, em nível macro, marcaram as dimensões da economia e da organização social. A «explosão escolar» e o crescimento exponencial das ofertas educativas dirigidas a públicos adultos, que se verificaram na segunda metade do século XX, são concomitantes com a derrocada dos impérios coloniais e a vaga de independências que iria conferir um especial protagonismo à ONU. Esta, através da sua agência especializada na educação (Unesco), viria a marcar a agenda educativa no pós-guerra, abrindo a hipótese de aliar ao desenvolvimento econômico, puro e duro uma política humanista no campo educativo, baseada no «aprender a ser», frase emblemática do movimento de educação permanente.

A deriva vocacionalista verificada nas políticas educativas do fim do século permitiu que elas mantivessem um papel central, mas cada vez mais subordinado funcionalmente à racionalidade econômica dominante. O otimismo deu lugar à frustração e à incerteza. As mutações econômicas e sociais que marcaram as últimas décadas do século XX amplificaram, de uma forma «conformada», o desencanto com a escola que, nos anos 60 (maio de 1968), se tinha expressado sob a forma de rebeldia. A democratização do acesso à escola e o prolongamento generalizado dos percursos escolares, convergindo com a desvalorização dos diplomas e a rarefação dos empregos, transformaram os sistemas educativos em gigantescos parques de estacionamento para a população juvenil. A retórica sobre a «educação ao longo da vida», acompanhada pelo crescimento efetivo das

ofertas educativas, converteu os sistemas educativos em instrumentos de distribuição de ilusões e conseqüente reforço da conformidade social. A procura educativa continua a crescer porque os diplomas, cada vez menos rentáveis, se tornam cada vez mais necessários. O mérito e o diploma de cada um seriam as garantias da «empregabilidade» e de um futuro de sucesso.

A incerteza que pesa sobre o conjunto crescente da população assalariada repercute não só no aumento dos níveis de tolerância à injustiça social, bem como no crescimento dos níveis de sofrimento que afetam o conjunto dos trabalhadores. Em relação aos jovens, a incerteza impede que façam planos de futuro. De um lado, os empregados ativos são sujeitos a ritmos e níveis de exploração que fazem recordar os primórdios do capitalismo. Por outro lado, uma crescente legião de assalariados sem emprego é condenada a uma inatividade forçada por via do aumento deliberado do desemprego como modo de reduzir os custos com o trabalho. O «emagrecimento» das empresas seria uma condição para a sua crescente competitividade.

### **O mito do local redentor**

A ideologia do desenvolvimento foi sujeita a uma forte erosão como resultado de uma pluralidade de críticas que, embora divergentes nos seus fundamentos, convergiram nos seus efeitos pela razão simples de que passaram a existir evidências factuais que tornavam impossível a visão «desenvolvimentista» dominante até aos anos 70. Porém, o desenvolvimento, enquanto sistema conceitual e como modelo de referência para pensar e organizar a vida social, não foi, no essencial, afetado. A sua sobrevivência foi acompanhada e favorecida por metamorfoses de caráter semântico que, adjetivando o conceito, alimentaram a ilusão de que «um outro» desenvolvimento é possível. Trata-se do mesmo tipo de mistificação que consiste em imaginar que «uma outra» mundialização é possível sem que seja posto em causa, de forma radical, o sistema vigente de exploração do trabalho humano.

É assim que, nas últimas décadas, a ideologia do desenvolvimento se reformulou sob a capa dos adjetivos «sustentável», «alternativo», «durável» e, principalmente, «local». Sabemos que qualquer transformação anticapitalista tem de combinar a ação em

nível local com a ação em nível global, uma não substitui a outra. O mito do desenvolvimento, sob a forma do local «redentor», tem-se materializado numa amálgama de iniciativas de alcance e metodologia muito diversa que, em muitas situações, se limitam a reproduzir a lógica de transformar tudo em mercadorias. É o caso das oportunidades de negócio turístico, abertas pela ocorrência de catástrofes sociais e naturais. Após as cheias de Nova Orleans, como foi noticiado pela imprensa, organizaram-se e venderam-se «pacotes turísticos» para visitar as zonas afetadas pela tragédia. Noutros casos, mais marcados pela ingenuidade, reproduzem-se, em nível do chamado desenvolvimento local, os mesmos critérios que determinaram um desenvolvimento com base em fontes de energia finitas e destruidoras da biosfera. É o caso de um Presidente de Câmara Municipal que lamentava os fracos níveis de poluição da sua terra, interpretados como indicadores de uma situação de «subdesenvolvimento». Numa outra situação, foram publicados depoimentos diversos que identificavam a crise econômica como o principal entrave ao desenvolvimento local, sendo a seguinte a explicação proposta para a diminuição do «dinamismo comercial» do município: «Se há aumento de preços, as pessoas compram apenas o estritamente indispensável. Não gastam dinheiro em luxos e procuram locais mais baratos para as suas compras».

Não poderia ser dada melhor explicitação para o paradoxo que marca ideologicamente o desenvolvimento: ele é apresentado como requisito para eliminar a pobreza quando está condenado a engendrá-la, na medida em que esta, enquanto fenômeno relativo, se alimenta da frustração permanente que decorre da criação artificial de novas necessidades. Existe, não obstante, um patrimônio de práticas de intervenção social e econômica que, concretizadas em nível local, beneficiam-se do seu caráter *endógeno, integrado e participativo*. Estão em causa processos de transformação cuja lógica, pela forma e pelo conteúdo, se distinguem daquilo que designamos por ideologia desenvolvimentista. Esses processos se baseiam numa maior autonomia dos atores locais, instituem-se, ao mesmo tempo, como processos coletivos de aprendizagem e como territórios de afirmação de modalidades econômicas que contrariam a racionalidade geral vigente, ajudando a superar a sua naturalização.

Por oposição ao «desenvolvimentismo», diversas entidades e militantes procuram, na adjetivação do desenvolvimento como «local», construir «outras» práticas. Mas, então, por que continuar a utilizar o mesmo vocábulo? A adjetivação da palavra «desenvolvimento» não muda a sua natureza e se institui como um obstáculo para, com lucidez, compreender os limites da nossa ação e libertar o nosso imaginário social a fim de construir realidades novas. É precisamente a capacidade de colocar em causa, de forma radical, um vocabulário que designa práticas que rejeitamos que nos permite fazer um trabalho de «subversão cognitiva», condição necessária à produção de mudanças efetivas, nos planos cultural, social, econômico e político.

A educação não é um instrumento para viver, mas sim uma maneira de construir a vida. Por isso, o pensamento e as práticas educativas não podem ser dissociados de escolhas que, no contexto atual, se orientam para um projeto social baseado no *ter* ou baseado no *ser*. Como escreveu Ivan Illich (1971), cada homem precisa saber se opta pela riqueza material e pela posse de mais objetos ou se prefere a liberdade e a autonomia de os utilizar. Privilegiar o *ter* conduz-nos a limitar, de um modo drástico, o nosso campo de autonomia e de realização humana. A organização social, subordinada à lógica de produção de mercadorias, desvaloriza e elimina tudo o que, sendo do domínio da autossuficiência, da solidariedade desinteressada e da expressão de si, põe em causa o poder do dinheiro e as várias formas de dominação que o acompanham. Poderá essa verificação inspirar-nos um outro vocabulário para pensar, de forma articulada, a educação e os processos instituintes da mudança social?

## Referências Bibliográficas

- Cardoso, J. (1988). O imaginário ocidental e o desenvolvimento. *Terra Solidária*, 16/17, p. 10/11
- Ferro, M. (1999). *As sociedades doentes do progresso*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Furtado, C. (2005). *O mito do desenvolvimento econômico*. S. Paulo: Terra e Paz.
- Galbraith, J. K. (1963). *A sociedade de abundância*. Lisboa: Sá da Costa.
- Illich, I. (1971). *Une société sans école*. Paris: Seuil
- Latouche, S. (2004). *Survivre au développement*. Paris: Mille et Une Nuits
- Peyrelevade, J. (2008). *O capitalismo total*. Lisboa: Século XXI

## ■ 1.2. Desenvolvimento e Educação: polissemia de conceitos e complexidade de articulações ■

*João CAMELO e Alexandra Sá COSTA*

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade do Porto

caramelo@fpce.up.pt; alexandra@fpce.up.pt

Este texto pretende contribuir não só para a reflexão acerca da natureza das relações entre educação e desenvolvimento, bem como sobre alguns dos desafios que importa considerar na construção de uma relação entre educação e desenvolvimento que possa ser mutuamente qualificante. Para tal, abordamos a polissemia dos conceitos «educação» e «desenvolvimento» e ensaiamos dois modos conceitualmente distintos de os articular: o modo sequencial e o modo circular.

### 1. Um «consenso silencioso»

A relação funcional entre educação e desenvolvimento está instalada tanto em discursos comuns, como em textos políticos ou científicos, enquanto evidência inquestionável (Canário, 1999). No entanto, essa evidência é resultado de uma construção que, em termos históricos e sociais, foi se instituindo de modo consensual e também como produto de uma simplificação de cada um dos campos – a educação e o desenvolvimento – e da sua relação. Para contribuir para a discussão dessa relação, importa questionar essa mesma simplificação.

### 2. A formação do consenso: teorias do desenvolvimento e teoria do capital humano

Embora possamos traçar a genealogia desse lugar comum a partir das origens da própria noção de desenvolvimento, ele se for-

mou, de modo mais consistente, na articulação entre as perspectivas da modernização e a teoria do capital humano, desenvolvidas, respectivamente, nos anos 50 e 60 do século passado.

Deixando o desenvolvimento de ser, apenas, a transformação para a forma *apropriada* de ser para se pensar como transformação em direção a uma *sempre mais perfeita* forma, tornam-se equivalentes, pelo menos no discurso científico, as noções de desenvolvimento, de evolução e de progresso. A transposição para a esfera social da metáfora biológica, na qual se assenta a teoria da modernização, invocando, no campo da história social e política, o princípio da evolução natural para a compreensão dos processos de transformação/mudança societal adquiriu um violento poder colonizador, cedo usado pelo poder político. Ela converteu a história num programa: um necessário e inevitável destino. O modo industrial, que não era mais do que uma entre outras formas de vida social, tornou-se a definição do estágio terminal de uma via unilinear da evolução social. A metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia puramente ocidental da história, roubando às pessoas de outras culturas a oportunidade de definir as formas da sua vida social (Esteva, 1992, p. 9). E assim se insinuou e instaurou uma ordem cognitiva. Para Esteva (1992, p. 6), nunca uma palavra tinha sido tão universalmente aceita no mesmo instante em que é politicamente forjada.

A teoria da modernização, ao incorporar uma concepção evolucionista do desenvolvimento, vê a educação, particularmente a escolaridade universal e pública, desempenhando uma importante função no processo modernizador contribuindo, assim, para a expansão e difusão dos sistemas educativos:

*“Para a ‘teoria do capital humano’, o maior nível de qualificação acadêmica será acompanhado de uma maior capacidade para produzir de forma mais rápida, segura e eficiente. Nesse sentido, tendo em atenção as repercussões que a educação teria na produtividade do trabalho, investir em educação seria, do lado da oferta, bastante vantajoso.”*  
(Cabrito, 2002, p. 22).

### **3. Complexificação das noções de desenvolvimento (as fileiras do desenvolvimento) e a «descoberta» (ou «invenção») da educação para além da escola**

É a partir dos anos 1970, decorrente da crise do modelo de desenvolvimento dominante – assente no crescimento econômico – que, segundo Roque Amaro (2003) e Rui Canário (1999), surgem críticas ao modelo dominante de desenvolvimento, críticas essas que se assentam no argumento não apenas da finitude dos recursos naturais explorados pela humanidade, bem como nos efeitos insustentáveis dos seus *outputs*. Esses mesmos autores identificam a complexificação do conceito de desenvolvimento, que é feita através da sua adjetivação que resulta quer da produção científica sobre o desenvolvimento, quer dos referentes orientadores das práticas de desenvolvimento (Amaro, 2003). Para Canário (1999), a alteração introduzida nas lógicas de desenvolvimento tem expressão em três níveis: a referência territorial, a base política e os processos de conhecimento.

Além disso, e paralelamente, é também desde os anos 1970 que o modelo escolar começa a ser questionado seja nos seus modos de operacionalização, seja nos seus efeitos (incumprimento das promessas da escolarização em termos de empregabilidade, mobilidade e justiça social e crítica aos modos de trabalho pedagógico e organizativo da escola, designadamente a «forma escolar»). Essa crítica é causa e consequência da «descoberta» de tempos, espaços, modos de ação e atores (educação de adultos, animação sociocultural, formação em contexto de trabalho, educação não formal, o reconhecimento do valor educativo dos adquiridos experienciais,...) até então invisibilizados e/ou desqualificados enquanto educativos e, conseqüentemente, não considerados quando do equacionamento da relação entre educação e desenvolvimento.

### **4. Diversidade na equação da relação educação/ desenvolvimento: mudança ou transformação no modo de se pensar a relação**

O argumento que aqui sustentamos é que a complexificação de cada um dos campos – o campo do desenvolvimento e o campo edu-

cativo – vai permitir pensar as suas relações para além do espartilho, que continha a visão restrita da educação enquanto escolarização, e a sua subordinação à visão restrita do desenvolvimento enquanto crescimento econômico.

De fato, a plurissignificação dos conceitos complexifica os modos de pensar e de promover as suas relações. Essa complexificação permite entender cada um desses campos e conceitos como campos e conceitos instáveis, heterogêneos e, portanto, mais problematizáveis e ricos em termos das relações que podem estabelecer entre si. Mas, em nossa opinião, o principal contributo dessa complexificação é poder reintroduzir a história, a cultura, os saberes, o território e o trabalho como dimensões centrais dos processos de desenvolvimento, ou seja, traçar o desenvolvimento também a partir do que é singular.

O reconhecimento da heterogeneidade – nos modos de pensar e reconhecer – da educação e do desenvolvimento coloca-nos, no entanto, uma questão ainda mais crucial: em muitas circunstâncias, é no modo como se definem quer a educação, quer o desenvolvimento, quer a relação entre eles, que o significado de cada um desses elementos ganha materialidade. Esse processo é muito mais marcado por discontinuidades e contradições do que por relações lineares, funcionais ou instrumentais. Esta é, pois, a tese que se encontra em causa: estes não são conceitos nem relações preestabelecidos, cujos significados são indissociáveis das práticas que os constroem. No campo do desenvolvimento e da educação, essas práticas são muitas vezes práticas discursivas que procuram produzir «regimes de verdade».

Naturalmente, esse processo de complexificação das relações a que nos temos referido não acontece por anulação ou substituição da relação mais reducionista de que também já falamos. Muito pelo contrário, ela continua a ser dominante, e não são incomuns as tentativas de apropriação de conceitos produzidos no âmbito de modos mais complexos de construir a relação educação/desenvolvimento. Nesse sentido, do ponto de vista da investigação é bem mais provável encontrar discursos alternativos sobre esses campos em modos menos instituídos e institucionais e de caráter mais periférico protagonizados por novos movimentos sociais, na periferia dos sistemas educativos (ex. escolas em meio rural), no setor associativo, em contextos territoriais delimitados, em formas de autorganização eco-

nômica e social (p. ex. experiências autogestionadas, organizações de economia social e solidária), assumidamente produzidas numa lógica de resistência e/ou alternativa.

Assim, e de um ponto de vista analítico, parece-nos ser possível distinguir entre dois modos essenciais de colocar a questão da relação entre educação e desenvolvimento: um *modo sequencial* e um *modo circular*.

O *modo sequencial* constrói uma concepção de relação que parte do pressuposto de que esta é uma relação estabelecida entre concepções estabilizadas. Nesse sentido, a educação e o desenvolvimento são processos e fenômenos autônomos, pré-constituídos, cuja relação se promove por alguma razão funcional ou instrumental, muito típica de uma racionalidade utilitarista e de planificação. De modo geral, essa relação supõe ou subentende a subordinação da educação face ao desenvolvimento. Essa racionalidade subentende, igualmente, uma temporalidade sequencial que usualmente faz preceder a educação ao desenvolvimento.

Esse tipo de relação incorpora, aliás, um dos mitos fundadores da própria noção de desenvolvimento que é a assunção da coincidência entre desenvolvimento, progresso, evolução, crescimento. Assim, ela incorpora a ideia de que há sobredeterminação do vínculo pelo tipo de resultado a alcançar, isto é, a própria lógica de organização da relação entre educação e desenvolvimento constrói-se (e legitima-se) em função dos resultados esperados.

De acordo com essa lógica, assumem um papel preponderante os operadores da planificação e os macroatores (os sistemas educativos e os seus representantes), cuja ação é replicada em unidades territoriais administrativamente circunscritas. Nessa perspectiva, a lógica de ação valorizada é tendencialmente uniforme e uniformizante.

No *modo circular*, podemos considerar que a educação e o desenvolvimento, e as suas relações se vão definindo a partir do processo de produção das suas relações. Isso significa que as qualidades que elas assumem não são inteiramente possíveis de antecipar. Nesse sentido, a racionalidade que organiza tais relações é muito mais iterativa, projetual e processual, sendo que as temporalidades são necessariamente circulares.

Esse tipo de processo cria novos objetos de educação e de desenvolvimento, na medida em que eles podem contribuir para des-cristalizar o que as definições mais institucionais não consideram porque são reconhecíveis a partir dos dispositivos de medida tradicionalmente usados. Do mesmo modo, essa forma de relação cria também novos sujeitos que se reconhecem e são reconhecidos como produtores das dinâmicas educativas e desenvolvimentais.

A produção da educação, do desenvolvimento e da relação entre ambos na lógica de heterogeneidade, que caracteriza esse *modo circular*, reveste-se, muitas vezes, de contradições. Estas são tanto contradições decorrentes da sua existência enquanto alternativa a modelos dominantes (*modo sequencial*) como conflitos internos aos próprios processos desenvolvidos, e que, por o serem, são intrinsecamente educativos e potenciadores de desenvolvimento, tornando-os mutuamente qualificantes.

### Referências Bibliográficas

- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.
- Cabrito, B. (2002). *Economia da educação*. Lisboa: Texto Editora.
- Canário, R. (1999). *Educação de adultos – um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Esteva, G. (1992). Development. In Wolfgang Sachs (Ed.) *The development dictionary – a guide to knowledge as power*. London: Zed Books.

### ■ 1.3. O sentido do desenvolvimento dos conceitos em formação ■

Marta SANTOS

Centro de Psicologia da Universidade do Porto  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto  
marta@fpce.up.pt

## 1. Introdução

Na introdução deste capítulo, Rui Canário situa o aparecimento do conceito de desenvolvimento há cerca de dois séculos, inserido numa tríade que inclui também os conceitos de razão e progresso, o que permitiria a construção de uma «sociedades de abundância» (Galbraith, 1963 *in* Canário, neste livro) pela eliminação das distâncias entre estados em diferentes «níveis» de desenvolvimento.

Ora, foi precisamente nessa vontade de eliminar as distâncias entre os qualificados e os não qualificados, entre os que detêm o conhecimento e os que progressivamente o veem desatualizado, que se situou parte do discurso justificativo, no domínio da educação e formação de adultos, para a adoção de estratégias de «aprendizagem ao longo da vida» (Comissão Europeia, 2001, p. 5). É exemplo disso o seguinte excerto produzido no âmbito do Conselho Europeu de Lisboa:

*“(...) esta nova sociedade acarreta o risco de criar um fosso cada vez maior entre os que têm acesso aos novos conhecimentos e os que deles são excluídos. Para se evitar este risco e maximizar estas novas potencialidades, deverão ser desenvolvidos esforços no sentido de melhorar as aptidões, de promover um acesso mais amplo aos conhecimentos e às oportunidades e de combater o desemprego (...)” (2000, parágrafo 32)*

Assistiu-se, desde então, ao crescimento das ofertas educacionais dirigidas a públicos adultos – sobretudo os considerados de baixo nível de qualificação –, resultado de uma nova relação entre educação e desenvolvimento, nomeadamente pela assunção de que há conhecimentos e saberes que se adquirem fora do espaço da escola e que eram desconsiderados para efeitos de uma certificação formal (ver a esse respeito o texto de João Caramelo e Alexandra Sá Costa nas páginas precedentes).

Esse contributo procurará, então, expor um exemplo de concretização dessa nova relação entre educação e desenvolvimento, recorrendo à análise do dispositivo de reconhecimento e validação de adquiridos pela experiência, implementado em Portugal desde o início deste século.

## **2. Os conceitos presentes na validação de adquiridos pela experiência**

Os pressupostos subjacentes ao paradigma da aprendizagem ao longo da vida apontam para a necessidade de reconhecimento e legitimação das aprendizagens efetuadas nos diversos contextos de vida. A adoção desses pressupostos significa que passam a ser valorizados os saberes adquiridos de forma não intencional, mas que são mobilizados no dia a dia e permitem dar resposta a uma grande diversidade de situações. Reconhece-se, então, a existência de saberes, conhecimentos que se elaboram na ação, que são mobilizados nessa mesma ação – e que se distinguem claramente dos saberes escolares.

Inserido nesse quadro paradigmático, o dispositivo de validação de adquiridos pela experiência concretizado em Portugal permite, então, aceder a uma certificação escolar pela via do reconhecimento das aprendizagens experienciais.

O dispositivo RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) se iniciou com a implementação dos processos de reconhecimento de nível básico, atribuindo um diploma escolar com equivalência ao 4º, 6º ou 9º ano de escolaridade e, posteriormente, verificou-se o alargamento desse modelo e dessa estratégia de intervenção para o nível secundário (12º ano de escolaridade).

Os pressupostos metodológicos que sustentam o RVCC incluem a realização de um balanço de competências e o recurso à abordagem autobiográfica, para que as competências previamente adquiridas pelos adultos possam ser evidenciadas no seu portfólio reflexivo de aprendizagens (PRA).

O PRA é construído ao longo do processo RVCC, devendo materializar-se num dossiê de relatos e reflexões pessoais, que comprovam os saberes e competências adquiridas ao longo do percurso de vida do candidato. Ele deve documentar experiências significativas, sendo de se supor que seja o fruto de uma seleção pessoal (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, 2001).

Contudo, para a obtenção do diploma escolar é necessário que as competências demonstradas nesse portfólio vão de encontro às evidências previstas num Referencial de Competências-Chave.

A edição do primeiro referencial de competências-chave, utilizado neste âmbito, ocorreu no ano de 2001. Para a sua elaboração, os seus conceptores optaram por uma organização em torno de competências-chave, isto é, considerando-as transversais, mas passíveis de serem contextualizadas nas histórias de vida dos adultos, constituindo-se, dessa forma, como uma «matriz integradora que permitisse ultrapassar uma concepção atomista e academicista das competências» (Alonso, 2000, p. 44).

O primeiro referencial a ser construído e utilizado nesse âmbito está estruturado em quatro áreas consideradas nucleares: i) Linguagem e Comunicação (LC); ii) Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); iii) Matemática para a Vida (MV); iv) Cidadania e Empregabilidade (CE), permitindo uma certificação em três níveis (4º, 6º e 9º ano de escolaridade). Cada um desses níveis é constituído por 16 unidades de competência, distribuídas igualmente por cada área nuclear; para cada unidade de competência, estão contemplados critérios de evidências e sugestões de atividades (ver exemplo da Tabela 1) que, quando concretizadas e contextualizadas na história de cada candidato, constituem a prova necessária que garante a sua validação.

**Tabela 1:** Unidades de competência do referencial de Matemática para a Vida com identificação dos critérios de atestação das competências correspondentes

Unidades de competência	Exemplos de critérios de evidência
<p><b>«Usar a matemática para analisar e resolver problemas e situações problemáticas»</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Em contextos de vida (do formando), resolver problemas que envolvam modelos matemáticos simples: equações do 1º e do 2º grau; inequações do 1º grau; teorema de Pitágoras; relações trigonométricas do triângulo retângulo.</li> <li>– Em contextos de vida (do formando), resolver problemas que envolvam os conceitos de: perímetro, área, volume; potenciação e radiciação.</li> </ul>
<p><b>«Compreender e usar conexões matemáticas em contextos de vida»</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Estabelecer a ligação entre conceitos matemáticos e conhecimento de procedimentos na realização de construções geométricas (quadriláteros, outros polígonos e lugares geométricos).</li> <li>– Reconhecer o conceito de semelhança de figuras e usar as relações entre elementos de figuras com a mesma forma.</li> <li>– Descrever figuras geométricas no plano e no espaço.</li> </ul>

Assim, o que parece estar sendo solicitado aos adultos é mais do que a recuperação dos seus saberes experienciais. Na verdade, é preciso estabelecer uma correspondência entre esses saberes e aqueles que estão definidos no referencial, pois é, a partir deste, que se valida, legitima e confere a certificação escolar.

Isso significa que *os* formadores que trabalham em processos de reconhecimento e validação devem, simultaneamente, recorrer às metodologias que auxiliam na recuperação, por parte dos adultos, das suas «experiências» e respeitar um referencial, que valoriza formas de conhecimento mais próximas dos saberes formais, acadêmicos.

Um estudo de análise sistemática em seis portfólios de candidatos a uma certificação de nível básico (Castro, 2012) torna bem visível essa tentativa de integração dos critérios de evidência solicitados pelo referencial com o percurso e a história de vida singular.

**Tabela 2:** Identificação, em seis portfólios, das evidências utilizadas pelos adultos para a demonstração de um critério previsto na unidade de competência de Matemática para a vida (Castro, 2012)

Critério de evidência	Evidências demonstradas nos portfólios	
<p><b>Em contextos de vida (do formando), resolver problemas que envolvam modelos matemáticos simples: equações do 1º e do 2º grau; inequações do 1º grau; teorema de Pitágoras; relações trigonométricas do triângulo retângulo.</b></p>	Ad. 1	Decoração do quarto quando do nascimento da filha — Planta do quarto da filha com cálculo das dimensões (área, perímetro e volume).
	Ad. 2	Planificar a compra da casa—Planta da sala e quarto da casa com cálculo das dimensões (área e volume).
	Ad. 3	Na compra de uma nova casa — Planta da casa com cálculo das dimensões (área e perímetro) das divisões: sala, WC, cozinha e quarto.
	Ad. 4	Na sua atividade diária, procede à arrumação das câmaras frigoríficas — Esquema de câmara frigorífica, com cálculo das dimensões (área e perímetro).
	Ad. 5	Nos dias de lazer, almoça com a família — Medidas de uma mesa de refeições, com cálculo das dimensões (área e perímetro).
	Ad. 6	Utiliza a garagem para os utensílios de bricolagem — Planta da garagem, com cálculo das dimensões (área e perímetro).

Mas, essa integração, em alguns casos, só é possível graças ao trabalho que os formadores acabam por realizar de «tradução» dos «conceitos espontâneos», do quotidiano, desenvolvidos a partir da vivência de situações concretas nos «conceitos científicos» (Vygostki, 1934/1997) previstos no referencial.

### 3. O estatuto dos conceitos

Mas que estatutos assumem os conceitos ditos «científicos» nas várias áreas nucleares previstas no referencial?

Na área de *matemática para a vida*, remete-se, de forma evidente, a conceitos que dizem respeito a objetos, não atravessados por debates de normas, estando neutralizados os efeitos da aderência (Schwartz, 2009). São conceitos que integram as normas antecedentes, assumindo-se enquanto saberes de intervenção sobre os meios (Schwartz, 2009).

Mas noutras áreas (particularmente na *cidadania e empregabilidade* – ver exemplo na tabela 3), trata-se, na verdade, de conceitos que parecem remeter a normas da vida social, que supõem *atividade* (Schwartz, 2009). Aliás, parecem valorizar normas sociais bem-determinadas embora estas nunca cheguem a ser explicitadas.

**Tabela 3:** Unidades de competência do referencial de Cidadania e Empregabilidade com identificação dos critérios de atestação das competências correspondentes

Unidades de competência	Exemplos de critérios de evidência
«Competências para trabalhar em grupo»	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Transmitir conclusões;</li> <li>– Liderar um grupo;</li> <li>– Estabelecer compromissos.</li> </ul>
«Competências de adaptabilidade e de flexibilidade»	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ajustar o desempenho profissional a situações imprevistas;</li> <li>– Assumir riscos controladamente e gerir recursos;</li> <li>– Identificar e sugerir novas formas de realizar tarefas;</li> <li>– Ter iniciativas e evidenciar capacidades de empreendimento.</li> </ul>

Recorrendo, de novo, ao estudo de Castro (2012), é possível verificar que os candidatos, apesar de apresentarem evidências que permitem demonstrar as competências previstas nessa unidade, não o fazem sem se questionarem, sem identificarem os custos que determinadas opções acabam por assumir na gestão do seu quotidiano.

**Tabela 4:** Identificação das evidências utilizadas por um adulto para a demonstração de dois critérios previstos na unidade de competência de *Cidadania e empregabilidade* (Castro, 2012)

Unidade de Competência		Evidências demonstradas nos portfólios
« <b>Competências para trabalhar em grupo</b> »	Ad. 4	« <i>Foi também aqui que aprendi a trabalhar em equipa o que não é fácil porque existe um sentimento de amor e ódio entre colegas, mas tudo se supera. A vantagem de trabalhar em equipa é que sempre que temos dúvidas, atrás de nós estão colegas que nos ajudam sempre que precisamos; a desvantagem de trabalhar em equipa relaciona-se com o facto de as pessoas falarem muito da nossa vida e de como erramos e, por vezes, tentam ser superiores, mesmo que para isso tenham que passar por cima de alguém</i> »
« <b>Competências de adaptabilidade e de flexibilidade</b> »	Ad. 4	« <i>Ao fim dos 3 meses, foram, então, inaugurar o posto de abastecimento e iniciei a experiência de trabalhar sozinha. Ao longo dos tempos, fui me adaptando aos colegas, aos clientes e ao sistema informático.... Para além de operadora de caixa, era operadora de loja repondo sempre que necessário os produtos da loja. Era também empregada de limpeza porque tinha a responsabilidade de limpar a loja sempre que necessário no meu turno. Outras das funções que tinha e odiava era fazer de gerente mexendo em faturas, cofre... No meu local de trabalho, tinha dois horários rotativos, um que era das 7h às 15h e o outro das 15h às 23h... Não foi nada fácil continuar a fazer horários noturnos estando de bebé</i> ».

12 N.E. Por se tratar de extratos de documentos, optou-se por manter expressões típicas de Portugal.

Na realidade, trata-se de conceitos que resultam de (e são atravessados por) debates de valores a propósito do que se espera hoje do trabalhador assalariado num número crescente de empresas. Não são a-históricos: correspondem a vertentes de um comportamento atualmente valorizado na produção de bens e de serviços – embora frequentemente associadas a fortes constrangimentos de tempo e, por isso, com custos para os trabalhadores no evoluir do seu estado de saúde e/ou riscos de marginalização. Talvez se possa dizer que se trata, então, de asserções que acabaram por ser cristalizadas em «conceitos», que procuram definir a «boa» direção, o sentido para o desenvolvimento (Schwartz, Adriano & Abderrahmane, 2008). Mas será que têm legitimidade para poderem ser exigidos dos adultos no âmbito de um processo de certificação escolar, como se fossem competências «naturais», universais, que devem ser demonstráveis por todos – e isto sem justificação nem explicitação do contexto em que emergiram?

#### **4. A ausência de um debate**

Na abordagem ergológica, o debate é uma condição essencial para a concretização de toda a proposição transformadora: ele exige um reconhecimento recíproco entre os parceiros, um diálogo entre investigadores e protagonistas das situações. É, por isso, concebido como uma dinâmica de «co-formação coletiva» (Schwartz, 2002). Esse debate pressupõe um «processo de confluência» entre os «saberes acadêmicos», desinvestidos das especificidades locais e convocando os saberes de diferentes disciplinas, e os «saberes de experiência», investidos na atividade, em aderência com as situações concretas e as suas singularidades (Di Ruzza, 2004; Schwartz, 1997).

Os pressupostos subjacentes ao dispositivo de validação de adquiridos escolares em Portugal justificam a necessidade de se criarem as condições que permitam um debate sobre os saberes em jogo no processo.

Mas o referencial, construído para servir como «uma matriz integradora entre o balanço de competências adquiridas na experiência de vida e o desenvolvimento de projetos de educação/formação

de adultos» (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, 2001, p.5), não prevê esse questionamento.

E, não se discutindo o estatuto desses conceitos, não se estará querendo que todos sejam compreendidos enquanto «conhecimentos que procuram neutralizar as condições ambientais, históricas, singulares, ligadas ao «aqui e agora» no qual se opera o trabalho de produção» (Schwartz, 2009)?

O que parece estar aqui em questão é a afirmação de uma concepção absoluta de alguns tipos de saberes, considerados intrinsecamente como resultantes do progresso e impondo a direção «certa» para o desenvolvimento, sem nunca se questionar a sua pertinência face à história de vida e singularidade dos conhecimentos que os adultos já possuem.

O custo da ausência desse debate se traduz, então, na descon sideração da sua evolução no seio do debate coletivo e também na invisibilidade do conflito dramático que a naturalização de certas competências é susceptível de desencadear nos adultos.

### Referências Bibliográficas

- Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (2001). *Referencial de competências-chave de educação e formação de adultos*. Lisboa: Author.

- Alonso, L. (2000). A Construção de um Referencial de Competências-chave para a Cidadania e Empregabilidade. In A. Melo (Eds.), *Educação e Formação de Adultos na Europa: as Competências-chave para a Cidadania e a Empregabilidade: textos e comunicações* (pp.41-46). Lisboa: ANEFA.

- Castro, S. (2012). *A actividade e o debate de valores dos formadores RVC*. Dissertação de mestrado. Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Comissão Europeia (2001). *Comunicação da comissão: Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade*. Bruxelas: COM (2001) 678 final.

- Conselho Europeu de Lisboa. (2000). Conselho Europeu de Lisboa: Conclusões da Presidência. Lisboa: 23 - 24 Março 2000

[versão eletrónica]. Retirado em 4 de Novembro de 2002, de <http://europa.eu.int/council/off/conclu/index.htm>

- Di Ruzza, R. (2004). *Questions épistemologiques, réponses ergologiques*. <http://sites.univprovence.fr/ergolog/Bibliotheque/Di-Ruzza/questions%20%E9pist%E9mologiques.pdf>

- Schwartz, Y. (1997). Travail et ergologie. In Y. Schwartz (Ed.) *Reconnaissances du Travail. Pour une approche ergologique*. (pp. 1-37). Paris, France: PUF.

- Schwartz, Y. (Octobre, 2002). Intervenir dans la vie des autres. *Communication présentée au Colloque EDF Le nucléaire et l'homme*. Paris, France.

- Schwartz, Y. (2009). *Champs, concepts, disciplines*. Université de Provence.

- Schwartz, Y. & Adriano, R., Abderrahmane, F. (cols.) (2008). Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. *Laboreal*, 4, (1), 10-22. <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56o-TV658223439657;8:3872>

- Vygotski, L. (1997). *Pensée & langage*. (3e édition) (F. Séve, trad.). Paris: La Dispute. (Edição original, 1934).



## ■ Capítulo 2 ■

### *Gestão da prevenção e dos riscos profissionais: desenvolvimentos?*

#### ■ 2.1. Introdução: Ampliando a compreensão dos riscos profissionais para uma prevenção situada ■

*Simone OLIVEIRA*

Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro  
simone@ensp.fiocruz.br

A partir do processo de modernização das sociedades ocidentais, de que perspectiva a gestão da prevenção e dos riscos profissionais pode significar desenvolvimento? O trabalho é o lugar privilegiado pela perspectiva ergológica para essa discussão, local possível da redução das assimetrias e desigualdades sociais.

Dessa forma, pensar o tema dos riscos, na sociedade atual, é muito complexo. A palavra risco data do século XIV e ganha conotação de perigo apenas no século XVI. O termo risco tem sua origem na palavra italiana *riscare*, cujo significado original era navegar entre rochedos perigosos. Na atualidade, esse conceito, também oriundo da teoria dos jogos na França do século XVII, se associa ao potencial de perdas e danos e à magnitude das consequências e diz respeito à possibilidade de prever determinadas situações ou eventos

por meio da computação das expectativas matemáticas (Freitas & Gomez, 1997). No campo científico, são diversos os significados em que está subjacente a ideia de incerteza, tendo como base o conceito estatístico de probabilidade. Para o senso comum, o risco é tomado como perigo, expectativa de um evento desagradável, ruim ou indesejado (Rangel, 2006).

Nessa polissemia do risco, destacam-se, portanto, duas dimensões: a primeira refere-se àquilo que é possível ou provável numa tentativa de apreender a regularidade dos fenômenos. A segunda dimensão encontra-se na esfera dos valores e pressupõe a possibilidade de perda de algo precioso. Atualmente, o termo risco foi ressignificado como controle possível (Spink, 2001).

Nas situações que envolvem produtos ou resíduos perigosos, a noção de risco está relacionada ao estabelecimento das relações entre a exposição a determinados agentes e os potenciais danos causados à saúde dos seres humanos e outros organismos vivos. Com relação aos processos produtivos, a noção de risco está relacionada à probabilidade de eventos ou falhas de componentes (Freitas & Gomez, 1997).

No campo da saúde, o conceito de risco é proveniente da epidemiologia, fundamentado nas práticas da clínica e da saúde pública, e corresponde a uma probabilidade de ocorrência de um determinado evento em um determinado período de observação de incidência cumulativa. Assim, o risco é visto objetivamente como fatores identificáveis na coletividade, tornando possível seu controle e sua redução, através de intervenções programadas sobre as condições objetivas (Rangel, 2006).

Para pensar o risco no trabalho, em geral, as abordagens hegemônicas como a epidemiologia, a saúde ocupacional, a engenharia de segurança no trabalho partem de uma visão fragmentada e objetivada, em que o risco é reduzido à presença ou à ausência de fatores do ambiente, não permitindo pensar sua dimensão relacional. Para superar essa deficiência, as análises de riscos e a prevenção no trabalho precisam apreender múltiplas dimensões. Os riscos não podem ser analisados somente enquanto entidades físicas que existem independentemente dos seres humanos, sendo simultaneamente constituídos por processos sociais permeados por uma singularidade.

Essa é a direção que a perspectiva ergológica busca para compreender o trabalho e suas relações, com base no conceito de *atividade*, considerando o protagonismo dos trabalhadores:

*“a atividade industriosa humana não poderia ser jamais corretamente antecipada por nenhum modelo teórico, sabendo que é necessário apreender com os que o praticam, se quisermos ser um ator respeitoso dos projetos de transformação deste trabalho”* (Schwartz, Adriano & Abderrahmane, 2008, p.11).

Dessa forma, nós nos questionamos: será possível falar de prevenção dos riscos profissionais exclusivamente através da aplicação de normas de saúde e segurança? Será possível falar de eficácia dos modelos de prevenção sem que a perspectiva da ‘atividade’ esteja integrada? Isto é, não deveríamos considerar a *dimensão gestonária* do trabalho, as *dramáticas* aí presentes, na formulação e aplicação dessas normas de saúde e segurança?

A partir da consideração dessas questões é que buscamos articular os textos de, Remy Jean, Lays Helena Paes Silva & Stefânia Barca, de Daniel Silva, Sérgio Duarte & Ricardo Vasconcelos, que compõem o capítulo *Gestão da prevenção e dos riscos profissionais: desenvolvimentos?*

## **Os riscos e a perspectiva ergológica**

A compreensão do trabalho como atividade especificamente humana e transformadora, capaz de criar novos objetos e novas relações, nos leva a afirmar a positividade de seu lugar na sociedade contemporânea, procurando garantir a sua integridade para que homens e mulheres trabalhem. A *atividade* nos remete a valores que estão vinculados às normas que a antecedem – impostas pelas instâncias administrativas e referentes ao contexto histórico – e a valores que são ligados aos diferentes atores e às regras instituídas pelos coletivos. Utilizando os conceitos de *normas antecedentes* e *renormatização*, a Ergologia entende que a atividade não é só ação, mas também convocação permanente da subjetividade, sendo o imprevisto, o seu elemento motor, onde o trabalho e a técnica são

utilizados para *renormatizar* o meio. Ou seja, a abordagem ergológica busca encontrar, em cada circunstância de atividade, um núcleo de *renormatização*, significando dizer que

*(...) cada um de nós, no cotidiano do trabalho, pode descobrir-se a si mesmo e descobrir aos outros, não como mero(s) executantes(s) de uma instrução e de procedimentos, mas antes como ator(es) de uma realização parcialmente original, de uma renormatização* (Schwartz, 2000, p.13)

Na constatação de que o meio de trabalho é sempre variável e imprevisto, portanto, de alguma forma infiel, e de que são os trabalhadores que devem dar conta dessa infidelidade, Schwartz (Schwartz & Durrive, 2010) afirma que é necessária uma mobilização das capacidades e dos recursos, além das escolhas a serem feitas, deixando de ser uma mera execução, mas um uso de si. A forma como essas escolhas se processam é sempre pessoal e implica um debate de normas e valores. Quando Schwartz diz que trabalho é *uso de si*, quer dizer que ele é, também, o lugar de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a negociar. É o indivíduo no seu ser que é convocado de forma singular, é requisitado em recursos e capacidades infinitamente mais vastos que a tarefa cotidiana requer, mesmo que não seja visível. Esse conceito de infidelidades do meio, oriundo da concepção vitalista de Canguilhem, considera que singular também é o limiar entre a saúde e a doença, pois a saúde não é mero equilíbrio ou capacidade adaptativa, mas a capacidade de instaurar novas normas (Canguilhem, 1947).

Assim, muitas vezes as escolhas feitas pelos trabalhadores podem parecer irracionais e mesmo inseguras, quando não seguem os protocolos de segurança (elaborados à sua revelia), que, no desenvolvimento das atividades, criam suas próprias normas ou seus modos de lidar com os riscos e as adversidades (Brito, 2006). E, por isso, a noção de risco fragmentada e objetivada é nebulosa, maldefinida, de estatuto incerto, pois, segundo Nouroudine (2004, p.37), ela emerge por meio de duas constatações limítrofes: “de um lado, a hipertrofia das normas definidas antes das atividades e, do outro, o saber-fazer de prudência que surge no decorrer das atividades, quase

que clandestinamente”. Como tais constatações são diferentes umas das outras em sua espécie, a discussão passa pela capacidade de se interpretar essa defasagem. Essa defasagem é impossível de ser superada; ela pode tão somente ser gerida pelo engajamento dos trabalhadores no cotidiano.

A complexificação da definição dos fatores de risco leva à passagem dos métodos unicausais para os métodos multicausais, pois fatores técnicos e humanos estão, dessa forma, integrados na análise dos riscos profissionais. Mesmo assim, para Nouroudine, mantém-se a concepção de risco como perigo potencial, que parece inadequada quando se trabalha com os fatores humanos de risco. Nesse sentido, concordamos com o autor quando aponta que soluções para esse problema não podem ser encontradas através de um aumento da regulamentação e de meios de proteção, mas na definição de formas organizacionais que favoreçam a capacidade de gestão dos trabalhadores no curso de suas atividades.

É nessa direção que Brito (2006) alerta sobre a ineficiência das normas de saúde e segurança com caráter prescritivo e genérico que acabam por se tornar inadequadas. Elas são elaboradas à distância do processo de trabalho sem a consideração de que este se encontra em permanente mudança. Assim sendo, a autora observa que, por mais que as abordagens de risco se complexifiquem e se ampliem, elas ainda se baseiam numa definição de risco ligado ao ambiente exteriorizado e objetivado, como se ele pudesse ser totalmente controlável. As normas deveriam poder ser adaptadas constantemente diante das mudanças ininterruptas das situações, considerando os riscos gerados no curso direto da atividade. Para apreensão desses riscos, «é necessário mais do que a participação pontual dos trabalhadores nas intervenções, mas seria fundamental integrar os próprios trabalhadores na concepção e formulação desses procedimentos e normas, que passariam a ser situados» (Brito, 2006, p.170).

A pesquisa de Daniel Silva, Sérgio Duarte e Ricardo Vasconcelos revela a complexidade do trabalho e a importância da identificação da defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Os autores, valendo-se de uma intervenção realizada em uma indústria química, no norte de Portugal, buscaram contribuir para o desenvolvimento das competências profissionais e para a prevenção dos

riscos associando formação e a transformação das situações de trabalho (Teiger & Lacomblez, 2005). Para isso, utilizaram o método MATRIOSCA – modelo de formação participativo que pressupõe a cooperação entre saberes operacionais e saberes técnicos e que articula momentos de análise do posto de trabalho com momentos de partilha e discussão em grupo desses resultados. Como resultado, a intervenção gerou mudanças no processo de trabalho reduzindo, por exemplo, o grande número de alarmes gerados pelo painel de controle.

Porém, se a estrita aplicação de regras e procedimentos não é suficiente para garantir a segurança, estas também não permitem explicar e compreender como situações de risco no trabalho podem, enfim, não provocar eventos que não se traduzam em danos à saúde. A abordagem ascendente da prevenção dos riscos acaba por esboçar percepções que permitem relativizar a objetivação e a negatividade estritas do risco.

*A visão exclusivamente negativa e objetivada do risco não permite perceber que a mudança, a adaptação ativa e a criatividade traduzem no fundo riscos que os homens correm para tornar a vida possível e vivível. Disso decorre a impossibilidade de avaliar eficazmente as qualidades da atividade humana para favorecer a eficácia e a saúde no trabalho (Nouroudine, 2004, p.47)*

Nessa perspectiva, Trinquet (1996) aponta a difícil definição da noção de segurança, sendo esta uma resultante complexa de diversos fatores: capacidade de se identificar e avaliar os riscos inerentes a uma situação de trabalho; conhecimento da regulamentação e das condições do trabalho; saber-fazer profissional; nível de vigilância face aos riscos; estado da matéria-prima, preparação e organização do trabalho; clima relacional da equipe; estado psíquico e comportamental dos envolvidos, etc. A segurança em si, isto é, total, absoluta, não existe e nem poderá existir. Definida de maneira negativa e incerta pela taxa de acidentes, a segurança é normalmente pouco conclusiva, pouco esclarecedora sobre a segurança em geral.

Ela também é pesquisada em seus fatores e causas através da separação entre fatores humanos e técnicos, apesar de ser a análise

da íntima interação entre eles que poderia fornecer os elementos úteis à prevenção. Assim, o sentimento de segurança se refere mais às reações pessoais de difícil apreensão do exterior, do que a uma realidade objetiva e definível. A definição de perigo e, por consequência, a figura do risco se revelam uma noção fluida que varia de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo. Até para um mesmo indivíduo ou grupo, a apreciação de um perigo em uma mesma situação pode variar de um momento para o outro. A impossibilidade de se avaliar, com pertinência, o perigo de uma situação ou atividade explica as controvérsias de difícil conciliação entre aqueles que têm a função de prevenir e os atores em si. Em seus estudos, Trinquet (1996) demonstra que as causas profundas e reais dos acidentes de trabalho são hoje resultantes de um conjunto de fatores que estão, em sua origem, relacionados às carências da organização geral do trabalho (organização dos postos de trabalho, recrutamento, formação, condições do emprego, do trabalho, de remuneração). Assim sendo, não se poderia ter uma solução radical, dentro do domínio da prevenção dos riscos do trabalho, sem uma reorganização das condições de trabalho. Reorganização, na qual os operadores teriam uma grande parcela de participação e de responsabilização. Os perigos da regulamentação atual, em matéria de prevenção de riscos profissionais, estão fundados sobre esta contradição: onde tudo deve ser «legalmente» previsto no momento de realização do trabalho pelos próprios.

Através dessas reflexões, a discussão das normas de produção e normas de prevenção e segurança, se situadas nas atividades produtivas singulares, ganha um contorno complexo que não pode ser ignorado. Ao ampliarmos o foco e situarmos o próprio ambiente de produção dentro da sociedade que a circunda, a complexidade aumenta o desafio de compreensão. O trabalho de Remy Jean destaca a característica do desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea de ser acompanhado de problemas ambientais crescentes: comprometimento dos recursos naturais, riscos industriais, grandes catástrofes. Exemplifica com o Acidente da AZT – Toulouse – 2001, com a oposição entre problemas ambientais e problemas profissionais e de saúde dos trabalhadores. Tem como proposição, para diminuir a dissociação de problemas ambientais (população) e problemas profissionais e de saúde (trabalhadores), a promoção de diálogos não

só internos como externos à empresa, através de dispositivos de participação. Indica, também, a importância de defender, junto aos órgãos legisladores, ações que reforcem e apoiem dispositivos assim criados. A promoção dos diálogos internos e externos considera a implicação dos trabalhadores e faz com que seus conhecimentos sejam a base de seus coletivos e da cooperação com a população.

Tudo isso se justifica porque a gestão na perspectiva ergológica «é um fenômeno universal que ultrapassa a dimensão macropolítica e a prescrição de atividades e tarefas, envolve escolhas, arbitragens, hierarquização de atos e objetivos, além de envolver valores que orientam na tomada de decisões» (Scherer, Pires & Schwartz, 2009, p.722).

Essa perspectiva busca superar o que Duclos (1987) destacou na lógica da prevenção dos riscos, que é, ao mesmo tempo, simbólica e prática. Ou seja, o discurso normativo da saúde e segurança imposto aos trabalhadores cumpre mais uma função ideológica de controle e disciplinamento da força de trabalho que de proteção contra eventos mórbidos, como acidente e a doença do trabalho, obscurecendo alguns fatos da realidade e favorecendo o controle de modos de apreensão social do fenômeno. Duclos (1987) enfatiza que fatores psicológicos, cognitivos e defensivos da relação do trabalhador com os fatores de risco no trabalho se articulam com as relações políticas e ideológicas.

Essa situação fica evidenciada no estudo de Lays Helena Paes Silva & Stefânia Barca, que apresenta o caso da última mina de extração de amianto da América Latina localizada em Goiás, Brasil, sob o paradigma da Justiça Ambiental. Esse estudo discute o trabalho como o lugar das contradições socioambientais do atual modelo de desenvolvimento, registrando a injustiça quanto aos danos e benefícios dessa atividade no que tange à sua distribuição global na divisão internacional do trabalho. A pesquisa destaca a contradição das posições favoráveis dos diversos atores locais (prefeitura, sindicato, população e trabalhadores) para a manutenção do empreendimento na contramão do movimento mundial para o banimento do amianto, sustentado por evidências científicas.

## Reflexões finais

Em síntese, podemos extrair o principal tema desses estudos: a noção de participação, ao se reconhecer a heterogeneidade dos atores e os modos de conhecimento envolvidos. A adoção do diálogo como prática, que permita o emergir do conhecimento ainda não elaborado, não expresso em palavras buscando romper com assimetria dos saberes e superando um padrão de conhecimento científico que desconsidera a experiência. Portanto, promover deslocamentos epistêmicos que favoreçam o surgimento de novos saberes, ultrapassando intervenções pontuais sobre os riscos. Isto é, superar a lógica da prevenção prescritiva em direção a uma prevenção situada.

Por isso, a perspectiva ergológica discute o desenvolvimento a partir do trabalho. Mas, por que dar tanto valor ao trabalho? Schwartz considera que esse valor é historicamente localizado em nossa sociedade, pois: "(...) em nossos dias, se quisermos compreender os equilíbrios norte-sul; se quisermos compreender a forma como os bilhões de seres humanos vivem sua vida cotidiana, é muito difícil não cogitar que, por trás de todas essas questões, existe o uso do trabalho humano" (Schwartz & Durrive, 2010, p.253). Compreender o trabalho, seus recursos e potencialidades, na busca de modificar conceitos, práticas e comportamentos mais adequados à vida. Constituir ações coletivas, que articulem diversos atores estimulando a desconstrução de oposições, favorecendo a formação de redes interdisciplinares de pensamento, centradas em problemas concretos, específicos e territorializados.

## Referências Bibliográficas

- Brito, J. (2006). Corpo e trabalho: em busca de outras formas de interpretação sobre os riscos. In M.F. Porto & R. Bartholo (Orgs.), *Sentidos do trabalho humano* (pp.165-178). Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, COPPE/UFRJ, FIOCRUZ.

- Canguilhem, G. (1947) Milieu et normes de l'homme au travail. *Cahiers internationaux de sociologie*, 3, 2, 120-136.

- Duclos, D. (1987). La construction sociale du risque: le cas des ouvriers de la chimie face aux dangers industriels. *Revue Française de Sociologie*, 28, 1, 17-42.
- Freitas, C.M. & Gomez, C.M. (1997). Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das ciências sociais. *História, Ciências, Saúde-Manguinbos*, 3, 3, 485-504.
- Nouroudine, A. (2004). Risco e atividades humanas: acerca da possível positividade aí presente. In M. Figueiredo; M. Athayde; J. Brito; & D. Alvarez (Orgs.), *Labirintos do Trabalho. Interrogações e olhares sobre o trabalho vivo* (pp.37-62). Rio de Janeiro: DP&A.
- Rangel, M.L. (2006). Interdisciplinaridade e transversalidade: operacionalizando o conceito de risco no âmbito da vigilância sanitária. *Rev. Baiana de Saúde Pública*, 30, 2, 322-31.
- Scherer, M.D., Pires, D. & Schwartz, Y. (2009). Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. *Rev. Saúde Pública*, 43, 4, 7211-25.
- Schwartz, Y. (2000). A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho & Educação*, 7, 38-46.
- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2010). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana* (2º ed.). Niterói: EDUFF.
- Schwartz, Y., Adriano, R. & Abderrahmane, F. (2008). Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. *Laboreal*, IV, 1, 10-22.
- Spink, M. J. (2001). Tópicos do discurso sobre o risco: risco aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*, 17, 6, 1277-311.
- Teiger, C. & Lacomblez, M. (2005). L'ergonomie et la transformation du travail et/ou des personnes (1ère partie). *Éducation permanente*, 165, 9-28.
- Trinquet, P. (1996). La dynamique de la sécurité du travail. In Y. Schwartz (Ed.), *Reconnaissances du travail: pour une approche ergologique* (pp.231-254). Paris: Presses Universitaires de France.

## ■ 2.2. Riscos profissionais e riscos ambientais: descompartimentar as abordagens e as *démarches* de prevenção<sup>13</sup> ■

Rémy Jean  
Institut d'Ergologie  
Centre d'Epistémologie et d'Ergologie Comparative (UMR CNRS 7304)  
Aix-Marseille Université  
remy.jean1@sfr.fr

O desenvolvimento das sociedades industriais contemporâneas se faz acompanhar de desafios ambientais crescentes: tendência ao esgotamento dos recursos naturais, poluição do ar e da água, riscos industriais (tóxicos, explosivos, radiológicos), que, nalguns casos, originaram catástrofes dramáticas (de Bhopal a Fukushima passando pela AZF em França).

Parece-nos – e será esse o nosso ponto de partida – que existe uma ligação evidente entre a proteção do ambiente e a saúde/segurança dos trabalhadores empregados nos sítios industriais de risco porque esses trabalhadores –isso é esquecido com demasiada frequência – estão na primeira linha em matéria de exposição a esses riscos. Lembremos, por exemplo, que, entre as 32 pessoas que encontraram a morte quando da explosão da fábrica da AZF de Toulouse na França<sup>14</sup>, 23 eram assalariados trabalhando no local. Como todas as outras, essa catástrofe mostrou que a proteção ambiental e a saúde/segurança dos assalariados estão fundamentalmente interligadas.

Todavia, na vida social, constata-se, com frequência, uma oposição entre direito ao trabalho/emprego e direito a viver num ambiente de qualidade para a saúde e a segurança das populações:

---

13 A tradução deste texto para português foi realizada por João Viana Jorge.

14 A fábrica AZF (sociedade Grande Paroisse, grupo Total) explodiu em 21 de setembro de 2001. Os prejuízos ocasionados foram de excepcional amplitude. Além das 32 mortes referidas, mais de 20000 se feriram e perto de 30000 estruturas imobiliárias foram danificadas.

- Numa região do mundo como a América Latina, os conflitos socioambientais se multiplicam com o *boom* mineiro ao qual se assiste desde há alguns anos. Enquanto uma parte da população procura prioritariamente trabalho, uma outra parte se opõe à abertura de explorações mineiras que provocam a poluição massiva de lagos e rios pelos dejetos tóxicos que produzem (arsênico, chumbo, mercúrio, cianeto...);
- Nos países mais desenvolvidos, a indústria tende, cada vez mais, a concentrar-se em algumas zonas que permitem minimizar os custos logísticos e de infraestruturas, mas em que se concentram, por esse fato, os poluentes e os malefícios ambientais aos quais as populações vizinhas se encontram expostas, suscitando no seu seio tensões e, cada vez mais frequentemente, manifestações de hostilidade face às atividades industriais que os geram.
- Um caso como o da AZF foi, a esse respeito, particularmente emblemático dado que ali se viu uma grande parte da população de Toulouse e a grande maioria dos assalariados da empresa se oporem frontalmente à eventual operação da instalação após o acidente.

### **Conciliar o direito ao trabalho com o direito à saúde: um desafio maior do desenvolvimento técnico-econômico.**

A crise atual a que a Europa assiste lembra que não há desenvolvimento que valha sem concretização do direito de trabalhar e de retirar desse trabalho um rendimento que permita viver em condições satisfatórias face ao nível de desenvolvimento alcançado por uma determinada sociedade (Jean, 2011). Isso pressupõe naturalmente o abrir de atividades produtivas – indústrias e serviços – que permitam garantir esse direito. Mas o valor desse direito degrada-se – e pode mesmo ser anulado – se acompanhado de ataques mais ou menos importantes à saúde/segurança dos assalariados e das populações envolvidas, provocados por essas atividades.

Essa conjugação do direito ao trabalho e do direito à saúde comporta necessariamente diversos aspectos nos tempos antes, durante e depois da exploração de uma instalação industrial. As fases do

projeto e as escolhas que implicam são evidentemente determinantes desse ponto de vista. Tal como o são as fases de desmantelamento e reabilitação dos locais após a sua exploração. Mas nós vamos nos limitar aqui à declinação desse desafio na exploração propriamente dita desses locais.

Gostaríamos, a esse respeito, de formular aqui **duas propostas** orientadas pela abordagem ergológica do trabalho como atividade humana a reconhecer e a valorizar (Schwartz & Durrieu, 2009).

### **Primeira proposta**

Os assalariados das empresas industriais são os mais bem-colocados para manter em conjunto o direito ao trabalho e o direito à saúde, porque são os mais diretamente envolvidos por esses dois aspectos do direito ao desenvolvimento.

Não poderão, entretanto, fazê-lo senão na condição de serem colocados nas empresas dispositivos de prevenção integrando/incluindo a sua competência em matéria de conhecimento e de domínio dos riscos, quer dizer, dispositivos participativos solicitando os saberes oriundos da sua experiência profissional:

- no estágio da avaliação e da análise dos riscos,
- no estágio da determinação das medidas de melhoramento da segurança,
- no estágio, enfim, da colocação em prática dessas medidas.

É aliás nesse sentido que o direito francês ao trabalho (sob influência europeia) evoluiu progressivamente nos vinte últimos anos. O código do trabalho francês estipula, assim, que os empregadores devem respeitar nove princípios gerais de prevenção (art. L4121-2) entre os quais se encontram nomeadamente os dois que seguem:

- adaptar o trabalho ao homem, em particular no que diz respeito não só à concepção dos postos de trabalho, assim como à escolha dos equipamentos e métodos de trabalho e de produção (princípio 4).
- planificar a prevenção nela integrando, num conjunto coerente, a técnica, a organização, as condições e as relações de trabalho e a influência dos fatores ambientais (princípio 7).

Para pôr em prática esses princípios, uma circular do Ministério do Trabalho, publicada em abril de 2002, recomenda às empresas que solicitem não só a contribuição das instituições com representação dos assalariados (nomeadamente os Comitês de Higiene, Segurança e Condições de Trabalho/CHSCT), mas também as contribuições dos «*próprios trabalhadores*», incluídas as dos «*trabalhadores temporários*» e as das «*empresas externas*» com intervenção local «*sabendo que dispõem de conhecimentos e da experiência da sua própria situação de trabalho e dos riscos que engendra*» (Circular DRT nº 6 – 18 de Abril de 2002).

Mas essa circular está longe de ter encontrado o eco necessário nas empresas, e os dispositivos participativos de prevenção são ainda demasiado escassos.

Pode considerar-se, por exemplo, que, no caso da AZF acima invocado, tais dispositivos teriam permitido evitar deixarem instalar-se falhas importantes na organização da produção, ligadas, nomeadamente, a um recurso crescente à subcontratação<sup>15</sup>. Tais dispositivos teriam podido, com efeito, alertar a direção do estabelecimento para fenômenos que estavam muito plausivelmente na sua origem, como os numerosos inquéritos subsequentes ao acidente puderam evidenciar, particularmente sobre:

- A notória degradação das condições materiais de armazenamento do produto que explodiu ;
- As derivas no processo de coleta e de gestão dos dejetos químicos que implicaram o seu entrecruzar e a possibilidade de contato de produtos incompatíveis do ponto de vista da detonação.

Para se desenrolar mais eficazmente essa *démarche* participativa, deve-se, todavia, evitar qualquer simplismo. Não se trata tanto – ainda que necessário – de dar «a palavra» aos trabalhadores considerando que a verdade preventiva nascerá *ipso facto*, mas de

---

15 Cf. Rémy Jean, *AZF - 10 ans après: retour sur une catastrophe qui ne doit rien à la fatalité*, Droit d'alerte nº13, La lettre d'information de CIDECOS, Lyon, septembre 2011.

organizar, através desses dispositivos, um verdadeiro diálogo entre as diferentes formas de saberes susceptíveis de concorrer para domínio da segurança dos processos de produção ou, para dizer de outro modo, entre os saberes do mundo da prescrição (engenheiros, quadros, especialistas da prevenção...) e os saberes daqueles que põem efetivamente esses processos em prática. O que pressupõe, ao mesmo tempo, não negar a pertinência de qualquer desses saberes e não aceitar a primazia de qualquer um deles.

Um bom exemplo da utilidade de tais quadros de diálogo parece-nos (ser) o fornecido na contribuição de Daniel Silva, Sérgio Duarte e Ricardo Vasconcelos (ver o contributo neste capítulo), que mostra como o trabalho cooperativo entre saberes operacionais e saberes técnicos, numa empresa do setor da petroquímica, permitiu uma racionalização pertinente do número de alarmes ativáveis no sistema de vigilância automatizado de uma unidade de produção.

Em certa medida, os CHSCT, além das suas prerrogativas legais, podem constituir esses quadros de diálogo e acontece, às vezes, que o são. Eles podem igualmente estar na iniciativa da sua constituição, muito próximos das atividades de trabalho. Noutros casos e de um modo mais geral, o raciocínio será feito mais em termos de complementaridade e de articulação entre os CHSCT e os dispositivos que permitem construir um verdadeiro diálogo.

## **Segunda proposta**

Na mesma lógica preventiva, parece-nos igualmente necessário combinar essa *démarche* com a criação de dispositivos similares entre os atores internos das empresas que apresentem riscos para o ambiente e os atores externos expostos a esses riscos.

Também aí a legislação francesa apresenta, desde há alguns anos, disposições que vão nesse sentido. A lei de julho 2003 relativa à prevenção de riscos tecnológicos e naturais (lei Bachelot) e a de junho 2006 relativa à transparência e à segurança na área nuclear (lei TSN) preveem ambas o estabelecimento de estruturas associando essas duas categorias de atores em torno dos locais classificados como de grande risco. Para a lei Bachelot, trata-se dos CLIC (Comité Local de Informação e de Concertação); para a lei TSN, trata-se

dos CLI (Comissão Local de Informação), mas a sua composição e as suas prerrogativas são muito semelhantes. A finalidade dessa legislação consiste em assegurar uma missão geral de informação e de concertação entre os que exploram os parques industriais e os representantes das populações expostas.

Essas estruturas existem seguramente para desenvolver e se manterem vivas, mas também aí o desafio é proceder de modo que tenham em conta a experiência e os saberes dos atores, de uma e outra parte, mais diretamente implicados. É também desejável que a representação das empresas inclua os representantes dos seus assalariados e que uma participação direta dos cidadãos expostos aos riscos seja efetivamente assegurada, por via, nomeadamente, das associações existentes agindo no plano local.

No Sul da França, uma empresa da petroquímica tinha começado a envolver-se nesse sentido mais aberto aos atores no terreno, constituindo uma comissão local de informação e de intercâmbios (CLIE) muitos anos antes da lei Bachelot (Walle, 2011). Essa CLIE, que, se reuniu quarenta vezes em dez anos, trata, regularmente, de assuntos tais como as emissões e dejetos da fábrica, dos trabalhos de modernização empreendidos no local, dos incidentes e acidentes que ali ocorreram. Segundo os representantes sindicais que delas participaram, constata-se frequentemente uma convergência entre as preocupações dos assalariados em matéria de segurança e as dos representantes de associações em questões ambientais. Essa convergência dá mais peso às propostas de uns e de outros. O apoio dos representantes da população às propostas dos representantes dos assalariados pode assim, em certos casos, mostrar-se determinante. Ao mesmo tempo, a participação das associações permite a estas últimas compreender melhor os riscos em que incorre e os meios postos em prática para os reduzir, confrontando-os, simultaneamente, com a realidade dos incômodos que sofrem e avaliando-os face a essa realidade vivenciada. Os pontos de vista que exprimem nessa base nos encontros dessa CLIE concorrem assim para a reflexão e para a formação das decisões dos atores internos em matéria de prevenção de riscos e permitem, em certos casos, inflecti-las.

Essa experiência, ainda limitada, permite obter uma medida das potencialidades de uma verdadeira dinâmica participativa no campo

do domínio dos riscos industriais pelas coletividades humanas. E pode levantar-se a hipótese de que a generalização dos dispositivos de diálogo, associando desse modo as diferentes categorias de atores implicados, permitiria ultrapassar – pelo menos parcialmente – a oposição entre direito ao trabalho/emprego e direito à saúde/segurança no seio dessas coletividades.

Mesmo que esses dispositivos não conseguissem chegar a garantir a efetividade desses direitos num sistema socioeconômico em que a rentabilidade dos capitais investidos é a determinante principal das atividades produtivas, eles poderiam, ainda assim, contribuir para os fazer avançar e para democratizar, nesses aspectos, uma vida econômica e social disso bem-necessitada.

### **Referências Bibliográficas**

- Jean, R. (2011). Eléments pour une approche ergologique de la relation travail – développement. *Ergologia*, 6, 21-40.

- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2009). *L'activité en dialogues. Entretiens sur l'activité humaine*. Toulouse: Octares Editions.

- Walle, E. (2011). *Etude sur l'impact des CLIE dans la gestion des risques et nuisances technologiques*. Mémoire de Master professionnel «Prévention des risques et nuisances technologiques », Université d'Aix Marseille.

### ■ 2.3. Trabalho e justiça ambiental. Notas de campo: da mina de asbesto de Cana Brava, Goiás (Br) ■

*Lays Helena PAES e Silva e Stefania BARCA*  
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
layshelena@hotmail.com; sbarca@ces.uc.pt

A emergência da justiça ambiental — tanto como paradigma de investigação científica quanto como programa de ação coletiva — evidencia a injusta distribuição dos riscos e benefícios ambientais nas atuais sociedades capitalistas. Tal perspectiva, entre uma multiplicidade de atores e ações, possui uma forte vertente ligada às questões que envolvem o trabalho, sobretudo em suas interfaces com a saúde e o ambiente. Os nexos existentes entre trabalho e justiça ambiental não só revelam um fértil campo de ação coletiva, mas também um complexo processo social marcado por descontinuidades e contradições. Neste artigo, revisitamos as estreitas relações entre justiça ambiental e trabalho, para, através do caso da mina de asbesto de Cana Brava, vislumbrarmos os conflitos e as contradições que essas relações encerram.

#### 1. (In)Justiça Ambiental

A existência de uma vasta literatura a respeito de temáticas ligadas à justiça ambiental revela diferentes possibilidades de abordagens e enfoques centrados nessa perspectiva (Bullard, 1993, 2000; Agyeman e Evans, 2004; Carruthers, 2008). Numa definição generalizante, compreende-se a existência de injustiças ambientais como uma consequência política dos custos sociais produzidos pelo modelo de «desenvolvimento desigual» (*uneven development*) não apenas entre os centros e as periferias do sistema capitalista (Agyeman, Bullard, Evans, 2003), bem como no interior dessas estruturas. A justiça ambiental se apresenta como uma forma de conhecimento e de contraposição a esses custos sociais e sua injusta distribuição.

Uma das características do que vem sendo designado como justiça ambiental é a mescla explícita e intencional do discurso científico e do discurso civil, o que faz com que a terminologia identifique, ao mesmo tempo, um conjunto de ações coletivas e movimentos sociais e um novo paradigma científico assente no reconhecimento da legitimidade do(s) conhecimento(s) daqueles que suportam os riscos e danos causados pelo desenvolvimento. Tal situação levaria à construção de um paradigma fundamentado sobre o que Sandra Harding (1991) designa «objetividade forte», uma vez que ultrapassaria determinadas limitações inerentes ao conhecimento científico moderno, ao incorporar a experiência vivida daquelas pessoas que foram tradicionalmente excluídas da produção de conhecimento.

A expressão justiça ambiental surgiu no início da década de 1990, nos Estados Unidos, por ocasião da realização da primeira conferência organizada por novos movimentos sociais que, lutando por causas ambientais e contra a poluição, não se identificavam com o ambientalismo *mainstream*, muitas vezes alheio à componente social (Martinez-Alier, 2011: 233). Como alternativa a essa perspectiva (Sandler, Pezzullo, 2007), a justiça ambiental propõe uma abordagem preocupada com a desigual distribuição dos benefícios e danos ambientais entre diferentes grupos humanos, segundo distinções de classe, raça/etnia, gênero e colocação espacial.

Portanto, enquanto programa de investigação, a justiça ambiental se apresenta como análise da desigualdade – de classe, racial, de gênero e geopolítica – face aos custos sociais das atividades econômicas. Enquanto programa de ação coletiva, a justiça ambiental se converte num desafio à democracia e aos sistemas jurídicos face aos problemas ambientais, no sentido da construção de um projeto de emancipação social. O que se busca evidenciar é que os problemas sociais e ambientais estão intrinsecamente ligados e que as classes subalternas, – os trabalhadores manuais, os povos indígenas e os grupos vulnerabilizados em geral – são os maiores interessados na defesa do meio ambiente em que trabalham e vivem e do qual depende sua subsistência. Tal afirmativa se verifica através de inúmeros exemplos de ações coletivas tanto no Norte como no Sul global. Lutas abarcadas pela bandeira da justiça ambiental e que Joan Martinez-Alier (2011) denomina «ambienta-

lismo dos pobres», sublinhando a maneira como estão ligadas às questões materiais essenciais para os grupos humanos mais vulneráveis, tais como a saúde e a subsistência.

Tanto a saúde quanto a subsistência humanas são questões fundamentais no paradigma da justiça ambiental, o que torna esta abordagem extremamente próxima das problemáticas que emergem no universo do trabalho. A justiça ambiental é marcada pela preocupação com a saúde pública. Saúde laboral, saúde coletiva e saúde ambiental são aspectos indissociáveis nessa perspectiva. Esses aspectos relacionam fortemente tal paradigma com o conceito de custos sociais elaborado pelo economista não ortodoxo William Kapp (1971), sendo estes tomados como os riscos à saúde dos trabalhadores, de grupos específicos da população, da coletividade nacional e até de outras espécies, provenientes da deterioração das condições de trabalho e das condições ambientais em geral, causada pelas atividades econômicas. Essa compreensão de custos sociais revela uma importante vertente da justiça ambiental, aquela que se constrói com base no ambiente de trabalho e que tem origem na vivência e nas manifestações de uma determinada classe: a classe trabalhadora.

## **2. Ligações entre trabalho e justiça ambiental: o contexto brasileiro**

As análises empíricas desenvolvidas por diversos autores tanto no Norte quanto no Sul mostram como, em muitos casos, o ambientalismo dos pobres e as lutas por justiça ambiental incluem, como componente essencial, o que poderia ser chamado de «ambientalismo da classe trabalhadora». Com essa expressão, nós nos referimos às lutas que os trabalhadores conduzem no seu dia a dia, tanto de forma coletiva quanto individualmente, em busca de ambientes de trabalho saudáveis e contra a poluição dos seus ambientes de vida. Essas lutas não têm como objetivo primário a defesa da natureza enquanto tal ou de outras espécies vivas, já que estão centradas em objetivos «de classe», ou seja, na defesa das condições de vida da classe trabalhadora. Apesar disso, elas podem e devem ser definidas como lutas ambientalistas, pois são uma das formas de expressão de um tipo de ambientalismo popular — composto pela integração

entre questões ambientais e sociais — e representam a interlocução com um importante componente do processo produtivo: o trabalho.

A partir de meados dos anos oitenta, o Brasil conheceu várias expressões de «ambientalismo da classe trabalhadora» e começou a elaborar experiências de pesquisa e ação referentes ao marco da justiça ambiental. Um dos primeiros exemplos de aliança entre ecologia e trabalho de grande relevância histórica, em nível global, foram as lutas dos seringueiros liderados por Chico Mendes contra o desmatamento da Amazônia. Nessas lutas, a justiça social estava ligada diretamente à defesa do meio ambiente como o suporte fundamental para a vida e o trabalho das comunidades amazônicas. A começar dos anos noventa, o ambientalismo da classe trabalhadora no Brasil começa a estar ligado, cada vez mais, ao ambiente urbano, sendo a fábrica o lugar típico das contradições socioambientais do modelo de desenvolvimento industrial. Nesse contexto, as organizações laborais assumiram um papel fundamental como dinamizadoras de conflitos ambientais. De fato, o conceito de justiça ambiental teve, no Brasil, como primeira experiência de releitura, a elaboração de um material de discussão intitulado *Sindicalismo e Justiça Ambiental* (Acselrad, 2010, p. 111). Nesse trabalho, uma série de estudos de caso mostrou como várias lutas por justiça ambiental no Brasil estavam se desenvolvendo tendo em vista graves casos de envenenamento de trabalhadores, envolvendo sindicatos como os dos químicos, petroquímicos, petroleiros e trabalhadores rurais, muitos deles acabando por participar na formação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. A percepção das conexões existentes entre saúde dos trabalhadores, saúde coletiva e saúde ambiental está, portanto, bem clara no país.

Na área da investigação, a partir da década de 1990, a justiça ambiental brasileira está relacionada ao paradigma científico da saúde coletiva, que tem foco na relação saúde-ambiente por meio dos processos de desenvolvimento (Porto, 2005, p.830). Segundo Marcelo Firpo Porto (2005, p.830), esse novo paradigma foi emergindo no país desde meados dos anos 80, com a tradução do texto «O que é a ecologia. Capital, trabalho, ambiente», da médica italiana Laura Conti, que introduzia a perspectiva da «ecologia de classe», centrada no trabalho como interface entre natureza e sociedade (Barca 2011).

Dessa forma, os estreitos vínculos entre justiça ambiental e trabalho são fruto do desenvolvimento de uma abordagem teórico- metodológica integradora e, ao mesmo tempo, da evidência da existência de injustiças ambientais nesse domínio. As injustiças ambientais, relacionadas ao trabalho (e, muitas vezes extrapolando os muros das fábricas), podem ocorrer nas diversas fases dos ciclos produtivos: na extração e produção, no armazenamento e transporte, no uso e descarte de materiais. No caso específico dos trabalhadores, Henri Acselrad os identifica como vítimas de uma contaminação que ele chama «produtiva», por tratar-se daquela que ocorre interna e diretamente no ambiente de trabalho industrial e agrícola. Trata-se, assim, de uma produção através da qual «os interesses econômicos lucrariam com a degradação dos corpos dos trabalhadores, via desinformação, contrainformação, mascaramento de informação e chantagem do emprego» (Acselrad, 2010, p. 114).

No entanto, faz-se necessário considerar que a própria condição de desigualdade e a vulnerabilização dos trabalhadores, salientadas pela abordagem da justiça ambiental, geram uma relação complexa e não linear. O fato de que as atividades poluentes e lesivas à saúde dos trabalhadores são, ao mesmo tempo, a fonte de seu sustento faz com que as interfaces entre trabalho e justiça ambiental se convertam num complexo processo social demarcado por contradições internas. Na parte restante deste artigo, discutimos o caso do asbesto em Minaçu, enquanto exemplo paradigmático da forma como essas contradições marcam estruturalmente o funcionamento do atual sistema econômico.

### **3. Asbesto e justiça ambiental**

O setor da mineração permite uma percepção bastante clara das interfaces entre trabalho, saúde e ambiente. Porto e Milanez (2009, p.1988) enumeram os principais impactos ambientais e de saúde provenientes dessa atividade, sendo estes a degradação ambiental nas áreas de mineração, a poluição atmosférica próxima às plantas industriais, os acidentes ambientais e ocupacionais em indústrias e setores de risco e diversos casos de contaminação.

No caso do amianto, a problemática que a atividade de mineração engendra exige uma reflexão a respeito das interfaces existentes entre indústria, saúde — tanto dos trabalhadores que lidam diretamente com o processo de extração do amianto quanto da vizinhança dos locais em que essa ocorre — e ambiente, na medida em que os danos ambientais causados pela extração e utilização do amianto são comprovadamente graves e de grandes proporções (Porto & Milanez, 2009, p.1988). Essas questões permitem compreender as diferentes escalas envolvidas e as contradições suscitadas nas interfaces entre trabalho e justiça ambiental.

A partir de meados da década de 1970, o amianto ou asbesto teve ampla utilização e tornou-se um produto comum na indústria mundial. Desde então, sua produção passou a cair, um declínio que, segundo Mendes (2001), tende a acentuar-se e está diretamente associado à cronologia das crescentes restrições de sua extração e importação em função de sua nocividade. Tanto a Organização Internacional do Trabalho quanto a Organização Mundial de Saúde declararam, recentemente, os malefícios causados pelo amianto. Atualmente, mais de 50 países decidiram pelo seu banimento total. Na América do Sul, a Argentina, o Chile e o Uruguai proibiram o uso do minério. Na União Europeia, ainda que alguns países houvessem banido o amianto anteriormente, a proibição de seu uso e extração foi regulamentada em janeiro de 2005.

Por meio da abordagem da justiça ambiental, cabe questionar, numa perspectiva global, as conjunturas que levam a que países do Norte proibam o uso do amianto em seus territórios, reconhecendo seus riscos, e o forneçam a países periféricos. Ou ainda, qual estrutura permite que algumas empresas de exploração do amianto migrem de países do Norte para países do Sul devido a uma legislação mais permissiva? Dessa forma, a temática do amianto nos remete para a aplicação do conceito de justiça ambiental à análise da distribuição global dos riscos ambientais, destacando os danos e encargos que frequentemente recaem sobre as comunidades do Sul, através de práticas como a migração de resíduos tóxicos (Veiga, 2005) ou o «duplo padrão», em que uma mesma empresa adota critérios ambientais distintos em diferentes pontos do planeta (Acserald, 2010, p.113).

John Byrne, Leigh Glover e Cecilia Martinez (2009, p.9) utilizam expressões como «colonialismo ambiental» e «imperialismo ecológico» ao analisar a temática da justiça ambiental tomando como base os discursos da política econômica internacional e ressaltando a manutenção e a reprodução das velhas relações de poder entre Norte e Sul do planeta e entre os «nortes e suís» de cada uma das regiões.

No cenário brasileiro, uma lei datada de 1995 banuiu diversos tipos de amianto, permitindo e regulando a extração e utilização do crisotila (amianto branco), que é ainda hoje extraído na mina de Cana Brava, na cidade de Minaçu. No país, pode-se identificar uma controvérsia sociopolítica entre um projeto de banimento de todos os tipos de amianto — representado por associações, políticos, etc. — e a defesa do uso controlado do mineral, cujos principais representantes são a empresa SAMA (Eternit) e seus aliados, a cidade e a sociedade política de Minaçu. A expressão mais latente dessa controvérsia na atualidade é a iminente votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade referente à lei que permite a extração e utilização do amianto branco, gerando ampla mobilização pelos representantes dos dois projetos tanto em nível nacional quanto na cidade que abriga a mina.

A controvérsia em torno do banimento do amianto no Brasil revela múltiplas faces da relação entre trabalho e justiça ambiental. Isto porque, em meio à discussão referente à necessidade de banimento do amianto, há uma cidade que surgiu e se construiu em torno de uma mina de extração desse mineral, sendo que as vidas dos moradores e trabalhadores estão fortemente permeadas pela cultura formada pela existência e permanência da empresa responsável por essa atividade. Moradores de Minaçu e trabalhadores da mina de Cana Brava convivem com a controversa questão referente aos riscos causados pelo amianto e à possibilidade de seu banimento, enquanto dependem da continuidade da exploração do mineral para a manutenção de seus empregos e a garantia de seu sustento. Tal situação acaba por gerar uma determinada percepção tanto dos riscos associados às atividades da mina quanto da problemática referente ao amianto de uma forma geral. Assim, ao mesmo tempo em que o Brasil caminha para um processo de banimento do

amianto, em Minaçu encontramos formas diversas e heterogêneas de apoio à exploração desse mineral.<sup>16</sup>

É a construção dessa ambiguidade que pretendemos perceber a partir das notas de campo realizadas nessa realidade. Para tanto, focamos numa análise inicial que pretende identificar a atuação e as justificativas mobilizadas por três instituições: a empresa SAMA, o sindicato dos trabalhadores mineiros da cidade e a Prefeitura Municipal.

#### 4. Notas de campo: da mina de Cana Brava

A ocupação da área onde está situada a cidade de Minaçu — mina grande em tupi-guarani—está vinculada à pecuária e iniciou-se na década de 1950. Com a descoberta da abundância do mineral amianto na região denominada Cana Brava, a empresa franco-brasileira SAMA — Sociedade Anônima de Mineração de Amianto, incorporada pelo grupo Eternit na década de 1990—, adquiriu a área de uma das maiores jazidas de amianto branco do mundo. Com a instalação da empresa, em 1967, surgiria o povoado que viria a se tornar Minaçu.

Compreender o papel que a empresa de extração e beneficiamento de amianto desempenha na vida econômica e social de Minaçu perpassa pela compreensão da ligação direta entre o surgimento e desenvolvimento dessa cidade e a evolução das atividades ligadas ao amianto na localidade. Desde o início da formação de Minaçu, toda sua estrutura social e econômica é determinada pela presença da empresa SAMA. Tal relação faz com que a influência da empresa seja visivelmente demarcada na vida e no cotidiano da população, nas atividades sociais, culturais e políticas de modo geral. É esse cenário e a dimensão da empresa e sua representatividade econômica que determinam a gestão e percepção do risco tanto da

---

16 Falamos tanto de manifestações coletivas, em que a população se mobiliza em passeatas e se expressa através de faixas em defesa do amianto e das atividades que o envolvem, quanto de manifestações individuais, que se realizam através do apoio cotidiano à empresa e se tornam visíveis nos nomes dos estabelecimentos comerciais e por meio das opiniões emitidas pelos moradores em conversas informais.

população quanto das instituições e fazem com que a imagem da SAMA esteja predominantemente associada às ideias de desenvolvimento e prosperidade.

Temos, assim, um espaço cultural e geográfico fortemente permeado pela indústria e pelo capital do amianto. A população toma a mineração – e o mineral – como um patrimônio, uma mais-valia que possibilita o desenvolvimento econômico da cidade e o sustento das famílias, e manifesta, de diversas formas, apoio a essa atividade. Partiremos da ideia de que é possível compreender a postura da população através da ação institucional engendrada (Zavestoski *et al*, 2004), relacionando a coordenação dos quadros de risco à ausência de mobilização social (ou, nesse caso, a uma expressão de apoio de grande parte da população). Para compreendermos esse cenário e a forma como ele se constrói, propomos a análise da postura e justificação – como forma de buscar legitimar essa postura – de três entidades, quais sejam: a empresa SAMA, o sindicato dos trabalhadores da indústria de minerais não metálicos de Minaçu (os mineiros) e a prefeitura municipal.

As informações e as análises aqui desenvolvidas são fruto de notas de campo realizadas na cidade de Minaçu no mês de março de 2012. Nessa incursão, não apenas a temática da mineração do amianto e a polêmica que ela suscita bem como a presença da empresa SAMA e seu impacto na cidade e na vida da população local foram abordadas em contato direto com as três instituições citadas. Para tal, realizou-se uma entrevista com um representante do sindicato, uma reunião com representantes de diversos setores da prefeitura (meio ambiente, trabalho, turismo e saúde) e uma visita detalhada à empresa SAMA.

## **A empresa SAMA**

Desde seu surgimento, a empresa SAMA vem demarcando fortemente sua presença na cidade de forma positiva, desenvolvendo uma boa política de relacionamento com a população e os funcionários e financiando projetos sociais. Aquela que é conhecida como sendo a melhor escola da cidade situa-se no interior da SAMA, onde também há um hospital de porte médio e bem-equipado. A empresa se vale de alta tecnologia e está completamente

adequada às normas de segurança do trabalho, desenvolve projetos ambientais e reflorestamento constante próximo às áreas de extração. Essa rápida descrição permite visualizar a «boa imagem» da empresa e o seu empenho para manter-se num nível de excelência. Este caso diferencia-se de outras empresas cujos riscos são determinados pela falta de equipamentos ou de medidas de segurança no ambiente de trabalho. Na SAMA, mobiliza-se constantemente não só a ideia do rígido cumprimento das normas de segurança, como também a de que as medidas tomadas são ainda mais abrangentes que as determinadas por lei. O cerne da questão do risco está não na proteção utilizada, mas no material manuseado e na possibilidade ou não do uso controlado do amianto.

A SAMA vincula sua imagem à prosperidade de Minaçu e reafirma a ideia de que, sem sua presença, a cidade se tornaria uma espécie de «cidade fantasma», uma vez que seriam as atividades ligadas à mineração do amianto que, direta e indiretamente, fariam circular capital e pessoas na localidade. A partir dessa ideia de vinculação e dependência, a relação entre a empresa e a população é de parceria, pois, esta é tratada por aquela como uma forte aliada, que, «consciente da possibilidade de trabalhar com o amianto de forma segura», irá defender esta atividade das injustiças exteriores.

Um alto investimento em tecnologia e segurança e um discurso que afirma ser o amianto de tipo branco (crisotila) inócuo à saúde compõem a retórica da SAMA na defesa da continuidade da extração e utilização desse mineral no país e de seu próprio funcionamento. Desenvolve-se, pois, um conjunto de justificações que embasam a defesa da empresa e do amianto. Essas justificações são emitidas através de informações baseadas na negação do risco de trabalhar na/ou viver próximo à mina de Cana Brava — tanto porque o amianto crisotila não seria prejudicial quanto pelo grau de segurança assegurado pela empresa — e pela sustentação da ideia de que a cidade depende economicamente das atividades desenvolvidas pela SAMA. Nesse contexto, com base nas informações vinculadas pela empresa, a população tem a sensação de estar bem-informada e de fazer parte de uma parceria com uma entidade que, valorizando seus funcionários, a população vizinha e o meio ambiente, passa a funcionar como uma extensão do município.

## **A prefeitura de Minaçu**

A postura da prefeitura de Minaçu demonstra a prática do poder político em nível municipal e estadual: apoio incondicional à empresa e à continuidade das atividades ligadas ao amianto no país. Mais uma vez a ideia que se tem é a de que a SAMA funciona quase que como uma extensão do poder público da cidade, e este, por sua vez, assume sua defesa e afirma a credibilidade de suas atividades. Ainda que o número de empregos que a SAMA disponibiliza tenha caído nos últimos anos<sup>17</sup>, a prefeitura afirma que, sem a receita gerada pela empresa em impostos municipais, a cidade não sobreviveria. A relação que se desenvolve entre empresa e prefeitura é embasada numa política de «boa vizinhança» e não interferência. Reconhecendo e afirmando a excelência e correção da SAMA, a prefeitura de Minaçu não interfere nas suas atividades e se posiciona como uma aliada que identifica a defesa dos interesses da empresa com a defesa dos interesses do município. O poder público local acaba por assumir uma posição parcial quanto a essa entidade privada, ocorrendo uma minimização — e mesmo negação do risco — e «isentando» a prefeitura de qualquer tipo de interferência nas atividades desempenhadas pela empresa. O discurso da prefeitura, que se repete nas diversas secretarias, é bastante favorável à ela. Tal situação acaba por tomar como verdadeiro o discurso da SAMA quanto às questões referentes ao amianto e a seu uso e por fechar as possibilidades de participação social democrática e da consideração de opiniões divergentes.

## **O Sindicato dos Mineiros de Minaçu**

Os representantes do sindicato têm consciência de que trabalham com um material que gera debates extremante polêmicos, visto como uma das principais fontes de doenças ocupacionais no mundo. No entanto, ainda que os dirigentes do sindicato assumam que o amianto fez muitas vítimas pelo mundo, para eles, este não foi

---

17 A população de Minaçu é de 29.000 habitantes. No início da década de 1970, a empresa SAMA empregava 1800 funcionários diretos e indiretos (Pamplona, 2003, p.37). Na atualidade, este número ronda os 860.

o amianto branco, o «amianto brasileiro». Além do que, segundo argumentam, nesses casos não havia as condições de trabalho que a SAMA proporciona. A sensação que os dirigentes sindicais transmitem através de seu discurso é que acreditam que todas as vantagens e os benefícios que têm, eles só os obtiveram porque trabalham com o amianto e que, depois de tantas conquistas, a maior luta do sindicato atualmente deve ser pelo não banimento dessa fibra e, portanto, em aliança com o empregador. A política que permite que o sindicato acabe por se aliar ao empregador – pelo menos na luta contra o banimento – é a sensação de controle e de participação conferida aos trabalhadores, que se orgulham de seus acordos coletivos e do quanto «são ouvidos» e levados em consideração na empresa.

## 5. Conclusões

Esta primeira fase da investigação mostra como, na narrativa dominante e socialmente mais aceita, a vida da cidade de Minaçu está ligada, de maneira inextricável, à atividade de extração do amianto. Tragicamente, o amianto é um dos poucos casos de geração de doença ocupacional/ambiental em que a correlação entre exposição e efeito (o mesotelioma da pleura) é demonstrada de maneira incontrovertível. Essa correlação é demonstrada inclusive no caso do amianto branco, embora muita resistência tenha sido manifestada por parte dos países que ainda praticam a extração desse mineral. A tragédia de Minaçu – no duplo sentido de catástrofe anunciada e de impossibilidade de escolha – surge exatamente no ponto de encontro entre estas duas realidades em conflito: a realidade econômico-social e a realidade sanitária e ambiental.

Uma narrativa de negação da tragédia – a narrativa da não periculosidade do crisotila em condições tecnológicas ótimas – tem sido produzida por parte dos grupos dominantes (a empresa, a prefeitura e o sindicato), com o fim de permitir a continuação do *status quo* e de garantir a paz social na cidade. Esse posicionamento endereça o conflito para o exterior: o governo federal e os grupos de expostos ao amianto e ambientalistas nacionais, que lutam pelo banimento da fibra no país.

Em que termos o paradigma da Justiça Ambiental pode nos ajudar a entender essa tragédia? E como o caso de Minaçu permite vislumbrar a relação entre trabalho e (in)justiça ambiental? Para responder a essas perguntas, a investigação deve prosseguir em três direções:

1. desconstrução da narrativa dominante no sentido de questionar quais são os custos sociais e quem os paga. Trata-se de vislumbrar o conflito trabalho-saúde/ambiente: um conflito real, mas mistificado pelo pacto faustiano entre a cidade e o amianto, com o intuito de prevenir a formação da consciência ambiental e do conflito ambiental.
2. avanço de hipóteses para a solução do dilema de Minaçu: como confrontar a «chantagem do trabalho» e garantir uma «transição justa» (TU Congress, 2008) para um modo de trabalho e de vida sustentáveis?
3. ampliação do paradigma da Justiça Ambiental no sentido de reconhecer a inextricabilidade de três *clusters* de direitos: a) o direito à informação, à saúde e ao ambiente; b) o direito à reparação do dano; c) o direito às alternativas e a uma transição justa.

O paradigma da justiça ambiental aponta a desigual distribuição social dos custos ambientais ligados às atividades econômicas. Contudo, as políticas ambientais também geram custos sociais que acabam sendo distribuídos de forma desigual. O caso de Minaçu exemplifica esse problema de forma muito clara, pois as políticas públicas de banimento do amianto podem produzir custos sociais que afetem diretamente a comunidade local. A injustiça ambiental envolvida nesse caso é também a da desigual distribuição social dos custos do banimento do amianto. Casos como esse são cruciais para uma melhor articulação do paradigma da justiça ambiental no sentido de incorporar a perspectiva da transição justa.

## Referências Bibliográficas

- Acselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais, o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 103-119.
- Agyeman, J., Bullard, R.D. & Evans, B. (eds) (2003). *Just Sustainabilities: Development in an Unequal World*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Agyeman, J. & Evans, B. (2004), Just sustainability: the emerging discourse of environmental justice in Britain? *The Geographical Journal*, Volume 170, Issue 2, June, 155–164.
- Barca, S. (2011), Lavoro, corpo, ambiente. Laura Conti e le origini dell'ecologia politica in Italia. *Ricerche Storiche XLI*, 3.
- Byrne, J., Glover, L. & Martinez, C. (2009). *Environmental justice: discourses in international political economy. Energy and Environmental Policy*. Volume 8. New Jersey: Transaction Publishers.
- Bullard, R. D. (1993). *Confronting environmental racism: voices from the grassroots*. Cambridge, South End Press.
- Bullard, R. D. (2000). *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. 3rd Edition. Boulder, CO: Westview Press.
- Carruthers, D. V. (2008). *Environmental Justice in Latin America*. Cambridge: The MIT Press.
- Harding, S. (1991). *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Kapp, W. K. (1971). *The social costs of private enterprise*. New York: Schocken Books.
- Martinez-Alier, J. (2011). *Ecologismo dos pobres*. São Paulo: Editora contexto.
- Mendes, R. (2001), Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(1),7-29.

- Pamplona, R. I. (2003). *O amianto crisotila e a SAMA – 40 anos em Minaçu*. Minaçu.

- Porto, M. F. (2005). Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 829-839.

- Porto, M. F. & Milanez, B. (2009). Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6), 1983-1994.

- Sandler, R. & Pezzullo P. C. (Eds.) (2007). *Environmental Justice and Environmentalism. The Social Justice Challenge to the Environmental Movement*. Cambridge: The MIT Press.

- Veiga, M. M. (2005). A competitividade e a gestão internacional de resíduos sólidos perigosos. *Revista pesquisa e desenvolvimento em engenharia de produção*, n.4, 67-80.

- Zavestoski, S., Agnello, K., Mignano, F. & Darroch, F. (2004). Issue Framing and Citizen Apathy. Toward Local Environmental Contamination, *Sociological Forum*, Vol. 19, No. 2.

- TU Congress (2008). *A green and fair future, for a just transition to a low carbon economy*. London: Touchstone.

## ■ 2.4. Segurança alarmante: impactos da tecnologia na segurança «gerida» por operadores de controle de processos industriais de risco ■

*Daniel SILVA, Sérgio DUARTE e Ricardo VASCONCELOS*

Centro de Psicologia da Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade do Porto

danielsilvamail@sapo.pt; pdpsi10005@fpce.up.pt; rvasconcelos.hr@gmail.com

Em função dos progressivos avanços tecnológicos dos sistemas produtivos, o tema da saúde e segurança no trabalho (SST) é, hoje em dia, recentrado no debate produzido entre as empresas e as disciplinas científicas. O processo de modernização tecnológica produz um impacto incontornável nas situações de trabalho, mas, de igual forma, acaba por gerar novos riscos profissionais e ambientais decorrentes, em grande parte, de uma maneira de ver a tecnologia como um elemento imutável e externo às empresas (Masino, 2011). Neste texto, serão apresentadas as primeiras considerações teórico-práticas sobre a relação entre desenvolvimento tecnológico e segurança industrial a partir de um estudo de caso numa empresa do setor químico em Portugal, que se caracteriza por processos de automação recentes. A abordagem adotada encontra os seus fundamentos no quadro da Psicologia do trabalho, da abordagem ergológica e da teoria do agir organizacional que, no tratamento das questões da segurança no trabalho, consagram a transformação das condições do trabalho enquanto condição para a prevenção de riscos profissionais e ambientais. A discussão desenvolvida terá, como pano de fundo, o confronto necessário entre a prática quotidiana e o discurso científico na definição das ferramentas tecnológicas.

## **A transformação tecnológica e a Segurança e Saúde no Trabalho**

Desde a década de 60 do séc. XX, são documentadas mudanças organizacionais impulsionadas pela alteração progressiva das condições de mercado e pela globalização econômica. Esse cenário, acompanhado por uma forte instabilidade econômica, tem conduzido as empresas à adoção de soluções tecnológicas (entre as quais a automação assume maior preponderância) nos seus processos para obterem competitividade e vantagem concorrencial (Miles & Snow, 1986). Nesse sentido, a implementação de ferramentas tecnológicas contribuiu para a emergência e definição de formas organizacionais mais dinâmicas e flexíveis (Zamarian & Maggi, 2006). Todavia, existem investigações que sublinham que esse processo de modernização acaba por produzir efeitos menos visíveis, nomeadamente no que diz respeito ao decréscimo do número de trabalhadores nas indústrias, à produção em alta velocidade, à exigência de maiores níveis de polivalência e participação aos trabalhadores (Lacomblez, 2002).

É diante desse contexto de mudança que hoje assistimos à crescente interpelação do quadro tecnológico das empresas junto dos domínios científicos, sobretudo em nível da natureza e forma das relações que se estabelecem entre as atividades de trabalho e as tecnologias. Assim, investigações no âmbito da Psicologia do trabalho e da Ergonomia têm evidenciado que tal problemática pode ser definida com base na reinterpretação e reconcepção que experimentam as atividades de trabalho perante o desenvolvimento tecnológico, resultando, não raras vezes, em dificuldades que os trabalhadores acabam por vivenciar face às inovações (Zamarian & Maggi, 2006).

Portanto, tendo como pano de fundo a fase de «intensificação do trabalho», o projeto de modernização tecnológica das empresas acaba assim por produzir, potencialmente, consequências diretas sobre a saúde e segurança dos trabalhadores e sobre o ambiente das comunidades envolvidas. decorrentes, essencialmente, da distância entre a concepção da tecnologia e as situações concretas de trabalho (Faita, 2001) e das «externalidades negativas» do projeto tecnológico ao não considerar o trabalho manual feito até então (Béguin, 2008).

A problemática relativa ao desenvolvimento tecnológico nas empresas e às suas relações com a SST acaba, conseqüentemente, por centrar no debate o princípio da «prevenção primária» dos riscos evidenciado por Maggi (2006) acerca da Diretiva Europeia CE 89/391. Tal princípio alerta para a necessidade de analisar as situações de trabalho, identificando as escolhas organizacionais capazes de gerarem riscos profissionais e, a partir da origem, eliminar os riscos presentes. No entanto, e ao contrário do que era idealizado, a aplicação prática das disposições comunitárias acabou por validar uma «concepção usual da prevenção», marcada pelo reforço da regulamentação e do controle do seu cumprimento. Dessa forma, em numerosos contextos laborais, prevalece ainda a ideia de que, para uma gestão eficaz da prevenção, é necessário reconhecer primeiro os riscos existentes para, depois, se reforçar as prescrições. Ora, tal modelo de prevenção, segundo Duraffourg (2003), encara a atividade sob o ângulo dos fatores de risco que há que erradicar, acabando por eclipsar o trabalho por detrás de um quadro objetivo, material e processual.

### **Uma proposta alternativa: tecnologia como uma escolha organizacional**

A descrição das relações entre o desenvolvimento tecnológico e as empresas é feita, habitualmente, por meio de termos deterministas, conduzindo à ideia de que a tecnologia é uma variável independente e externa capaz de produzir impactos no processo organizacional independentemente da ação humana. Todavia, partindo da Teoria do Agir Organizacional (Maggi, 2006), é possível definir uma outra maneira de ver a tecnologia enquanto opção organizacional enquadrada no processo global de ações e decisões da empresa. Para Masino e Zamarian (2003), a tecnologia é, desse modo, uma escolha que dependerá da combinação de ações e decisões, nomeadamente em nível do uso, da concepção e da adoção. Logo, nessa visão, os domínios social e tecnológico são inseparáveis, sendo essencial analisar a evolução das ferramentas tecnológicas e as suas ligações com a regulação do processo de trabalho em termos de escolhas identificáveis e interpretáveis.

Ora, partindo dessa maneira de ver a tecnologia e privilegiando a transformação das condições de realização do trabalho como indispensável para a análise das relações entre saúde, segurança e trabalho (Lacomblez *et al.*, 2007), é possível desenhar metodologias de prevenção alternativas aos modelos ditos «tradicionais». Tais metodologias deverão colocar, em diálogo estreito, os «peritos da prevenção» e os trabalhadores (os peritos do trabalho), sendo essa dialética impulsionada pelo dinamismo das situações concretas de trabalho (Vasconcelos & Lacomblez, 2004).

Portanto, advoga-se aqui um modelo de leitura para as questões de SST assente em três eixos fundamentais: Análise Ergonômica do Trabalho (AET) – Formação – Transformação. É precisamente nos nódulos de articulação entre esses três eixos que se afirma o dispositivo dinâmico de produção de saberes oferecido pela abordagem ergológica (Schwartz & Durrive, 2007). Essa abordagem enfatiza que analisar a atividade de trabalho será sempre buscar compreender os debates e as negociações de normas e valores entre semelhantes (operadores, engenheiros, projetistas, técnicos de segurança, decisores). Ora, isso significa que ter em conta a atividade de trabalho na produção da transformação implica colocar, sempre em confronto, os saberes investidos nas atividades com os saberes acadêmicos, sendo esse processo mediado por um terceiro registro sobre o trabalho, um local de articulação de uma determinada maneira de ver os semelhantes como detentores de saberes comensuráveis (Durrive & Schwartz, 2008). Esse registro representa o pressuposto da participação dos diferentes protagonistas na produção de conhecimentos sobre a sua atividade e na transformação a operar.

A materialização desses princípios epistemológicos e metodológicos será analisada com base em uma intervenção para a prevenção e promoção da SST, que decorreu num contexto industrial de risco marcado por progressos tecnológicos recentes.

## **O caso de uma empresa química em Portugal**

A intervenção em causa foi desenvolvida em resposta a um pedido da empresa para o desenvolvimento de uma intervenção-formação para a promoção da segurança industrial e ambiental (Vasconce-

los, Silva, Pinto & Duarte, 2012). Desde os primeiros contactos com os responsáveis pela empresa, foi possível verificar que as principais preocupações em matéria de SST tinham a ver com os acidentes industriais com substâncias químicas (tóxicas, corrosivas ou inflamáveis) como fugas, vazamentos ou liberações para a atmosfera. Esses acidentes industriais, se ocorrerem, podem ter pesadas consequências não só para a empresa, mas também para a comunidade envolvida.

A empresa em questão situa-se num complexo petroquímico em Portugal e emprega 220 trabalhadores. O seu processo produtivo pode ser dividido em dois polos de produção: o primeiro polo produz compostos inorgânicos e é constituído por cinco fábricas; o segundo polo é responsável pela produção de compostos orgânicos, sendo igualmente constituído por cinco fábricas.

A empresa foi objeto de grandes reestruturações nos últimos anos, sobretudo, em nível do controle produtivo em função da implementação de uma tecnologia de automação no processo. Desde então e com a instalação da nova ferramenta tecnológica, ocorreram importantes alterações no terreno e no controle da produção de tal forma que parte significativa do processo é agora centralizada e monitorizada na sala de controle por operadores de painel. Essa transformação do processo produtivo a partir da automação implicou uma reestruturação em nível dos recursos humanos com uma expressiva diminuição do número de trabalhadores.

### **O processo formativo implementado: o Projeto Matriosca**

O Projeto Matriosca, assim designada a intervenção implementada, resulta do desenvolvimento de um modelo de investigação-ação do Centro de Psicologia da Universidade do Porto numa empresa multinacional de produção de pneus (Vasconcelos, 2008). Em termos teórico-metodológicos, o Projeto Matriosca (acrônimo de Matriz de Análise do Trabalho e de Riscos Ocupacionais para Supervisores, Chefias e estruturas de Apoio) procura articular, no plano formativo, dois momentos: análise guiada da atividade de operadores industriais, em postos de trabalho e análise coletiva em sala de formação em que os resultados da análise nos postos são partilhados e discutidos. Nos grupos de formação, para além dos operadores industriais estão

presentes ainda protagonistas das situações de trabalho relevantes para a discussão (coordenadores/supervisores de produção; técnicos de segurança; técnicos de manutenção; estruturas de apoio à produção), sendo esse processo mediado pela equipe de psicólogos do trabalho.

A lógica de formação-ação participativa, desenvolvida ao longo da intervenção, se baseia num movimento cíclico em que formação profissional e transformação das condições trabalho, funcionando como dois polos de ação, alimentam-se mutuamente num processo intercomunicante (Vasconcelos, 2008; Vasconcelos, Silva & Fortuna, 2011).

Os primeiros passos da intervenção na empresa química consistiram num conjunto de atividades necessárias para o conhecimento da realidade de trabalho (consulta de documentos internos; reuniões e entrevistas semiestruturadas com vários *stakeholders*). Num segundo momento, e durante cerca de dois meses, os psicólogos procederam à análise das atividades de trabalho que se revelavam pertinentes para o entendimento das situações em causa.

Após esse momento preliminar de AET, foi colocado em marcha o movimento cíclico do polo da formação com as sessões em sala. Essa vertente da intervenção é composta por quatro fases: sessão em sala com o grupo; sessões em posto de trabalho; balanço em sala e sistematização dos dados.

Os resultados do trabalho efetuado com cada um dos grupos em formação são comunicados ao «Comité de Acompanhamento», estrutura mobilizada pela intervenção, que funciona como eixo central, pois assegura as condições indispensáveis para a concretização das ações e dos planos de desenvolvimento definidos pelos grupos em formação. Assim, com o Comité de Acompanhamento numa posição central, é possível conceber uma outra vertente da intervenção, a da transformação das condições de realização do trabalho.

Depois da realização de todas as sessões de formação, o próximo passo consistiu num primeiro momento de avaliação sistemática das transformações existentes nas condições de trabalho e nos procedimentos de segurança. Nesse momento, recorreu-se novamente à AET e à observação como meios de identificar as evoluções registadas até então.

## **O trabalho de «estar atento aos alarmes»**

Por já o termos feito em outros contextos (Vasconcelos, Silva, Pinto & Duarte, 2012), não nos debruçaremos aqui sobre a totalidade das transformações produzidas a par com o trabalho quotidiano e em articulação com a formação, preferindo, antes, descrever uma situação-problema relativa à automação tecnológica e ilustrativa sobre a intercomunicação criada entre trabalho – formação – transformação. A situação em causa diz respeito à ferramenta de automação responsável pela emissão de alarmes nos painéis de controle, com os quais é possível aos operadores controlarem antecipadamente vários indicadores.

A principal ação dos operadores de painel passa por assegurar as manobras necessárias ao controle do processo produtivo através do sistema de automação. Esse controle é regulado pelos «alarmes», sendo que a emissão desses significa que determinado indicador ou condição (e.g., temperatura, caudal, nível do reservatório, falta de composto) têm que ser corrigidos pelo operador evitando, assim, problemas de segurança, produção ou qualidade.

Todavia, quando alguma das fábricas para (o que acontece frequentemente por variadas razões) e é necessário dar partida, o operador de painel controla manualmente o processo, dando resposta aos alarmes que o sistema vai emitindo durante essa fase. Ora, durante o período de arranque, os valores dos vários indicadores do processo são obrigatoriamente diferentes daqueles em produção estabilizada, o que leva a que o sistema emita uma série de alarmes a reportar diferenças em relação ao padrão de produção. Com isso, os operadores de painel veem as suas atividades de arranque interrompidas face às centenas de alarmes gerados durante esses períodos, muitos dos quais redundantes ou, até, inúteis. No entanto, se, de um lado, esses alarmes nem sempre dão informação relevante para o processo e são simplesmente ignorados e encarados como elementos distratores, por outro lado, podem dificultar a identificação de um alarme que seja importante. A não identificação de um desses alarmes poderá levar a consequências graves, não apenas em nível da segurança dos trabalhadores, mas também em nível da segurança ambiental, devido à natureza das substâncias em questão.

A questão dos alarmes revestia-se, naquela data, de uma outra problemática. Por questões de segurança, existiam alguns alarmes que surgiam simultaneamente em mais de um painel de controle. Apesar de o objetivo dessa medida ser o princípio da utilização dos operadores como salvaguarda para o caso de um dos seus colegas não reagir ao alarme, esse aspecto acarretava fortes preocupações para o operador, pois, para continuar a trabalhar, teria que aceitar um alarme «exterior» (de outra fábrica que não a sua), mesmo desconhecendo os fatores que o originaram.

### **Articulando a ciência com a prática cotidiana**

O conhecimento sobre o funcionamento dos alarmes construído através da AET permitiu à equipe de psicólogos estruturar uma série de situações-problema a serem debatidas em situação de formação. Mais tarde, com a realização das reuniões do Comitê de Acompanhamento, as questões relativas aos alarmes foram discutidas junto das várias chefias e estruturas de decisão da empresa. Nesse contexto, e após reconhecidos os constrangimentos para os operadores de painel e as implicações de segurança envolvidas, foi definida a criação de uma equipe pluridisciplinar tendo em vista a reconfiguração dos alarmes no painel de controle. Essa equipe de trabalho foi constituída por um operador de painel, um supervisor de produção, um técnico da engenharia de processos, um técnico de sistemas de automação e um outro do departamento de projetos.

O trabalho dessa equipe passou, então, pela implementação da proposta de transformação delineada pelos grupos de formação e enriquecida pelo Comitê de Acompanhamento, ou seja, um duplo plano de trabalho: um local (identificação dos alarmes com maior incidência a fim de analisar a possibilidade da sua eliminação ou inibição); e um global (análise geral e identificação dos alarmes que, não sendo gerados em grande quantidade, são redundantes ou pouco informativos).

A constituição desse grupo de trabalho fez emergir um debate dinâmico de confrontação de saberes e de gestão de normas dando à luz uma reinterpretação global das atividades em causa. Dessa forma, o conhecimento prático e cotidiano dos operadores entrecru-

zou-se com o conhecimento teórico dos técnicos de sistemas, o que permitiu uma visão mais completa da realidade.

Após a referida análise dos alarmes emitidos e a implementação da reconfiguração desenhada pela equipe de trabalho foi possível, em alguns casos, diminuir, em mais de 50%, o número de alarmes gerados nos painéis, tanto em situações de arranque como em situações de produção estabilizada. Além da redução significativa do número de alarmes, foi ainda possível definir que, ao contrário do que acontecia anteriormente, os alarmes efetivamente mais importantes passassem agora a surgir no topo da listagem de alarmes, facilitando a tomada de decisão dos operadores.

As alterações realizadas na automação permitiram, não só prevenir questões relacionadas com a segurança industrial e ambiental, como também obter ganhos produtivos, pois foram reduzidas as possibilidades de alarmes mais importantes serem ignorados face ao excessivo número de alarmes que anteriormente eram gerados.

## **Discussão e integração**

Com o suporte proporcionado pelo modelo Matriosca, pelos seus instrumentos e métodos, os diversos atores locais participaram na construção da segurança no trabalho, elaborando propostas de transformação, assumindo compromissos organizacionais coerentes com o real e identificando e resolvendo coletivamente problemas das suas situações de trabalho.

Em articulação permanente com a AET, o processo formativo desenvolvido emergiu enquanto espaço de cooperação entre os protagonistas das situações de trabalho, abrindo caminho à partilha dos saberes (de prudência) e a um enriquecimento dialético das várias perspectivas. Ora, nesse contexto, essa formação, sendo um processo intimamente «entranhado» no trabalho que o suscita, representa uma alavanca para a transformação, cujo manejar não está exclusivamente dependente dos conhecimentos científicos, pois exige igualmente os conhecimentos operacionais. A partir do trabalho cooperativo entre saberes operacionais e saberes técnicos da automação de processos, foi possível eliminar, em cerca de 50%, os alarmes gerados no painel de controle, permitindo uma reação oportuna.

tuna dos operadores. Assim, pensamos ter sido possível conceber um processo dialógico entre diferentes registros sobre o trabalho no painel de controle fazendo emergir um terceiro polo de registro, ou seja, um lugar de compreensão da atividade do seu semelhante (operador de painel; engenheiro de automação de processos; projetista; técnico de segurança), cuja atividade é igualmente pautada por debates, gestão de normas e ressingularização permanente (Durrive & Schwartz, 2008). É no seio desse terceiro polo que os operadores de painel conhecem os motivos pelos quais os projetistas dos sistemas de automação adicionam cada vez mais alarmes ao sistema, fruto das normas de segurança que têm que respeitar. De igual forma, os engenheiros podem entrar em contato com o saber operacional dos controladores de painel que interpelam, cada vez mais, os conhecimentos disciplinares existentes.

Ainda assim, por outro lado, esse trabalho de produção de transformações na empresa, sustentado pelo quadro de um «dispositivo dinâmico a três polos» (Schwartz & Durrive, 2007), implica, no nosso entender, que estejam reunidas condições epistemológicas mínimas para um trabalho integrado sobre a atividade. Ora, reconhecemos que, à partida, essas condições não estariam disponíveis, pois esse (como outros) contexto industrial é pautado por valores, interesses e decisões baseadas em lógicas que exigem a rápida resolução dos problemas de segurança. Logo, perante esse contexto, o desafio passou por, em diferentes momentos, ir construindo um outro registro sobre o trabalho. Este é, sem dúvida, um processo que, vigiado de perto deontológica e metodologicamente pelos psicólogos do trabalho, assenta numa «convergência epistemológica mínima comum» (Vasconcelos, 2008) e se torna possível a partir do momento em que os protagonistas conceitualizam a atividade de trabalho enquanto encontro dinâmico com outras. Dessa forma, sublinhamos, a esse respeito, a ação integradora dos psicólogos do trabalho que, através das suas ferramentas conceituais e metodológicas, procuram promover o acesso à atividade real a diferentes protagonistas, reunindo, desse modo, as condições indispensáveis para um trabalho comum ao serviço da prevenção da SST.

## **Da análise da atividade à proteção ambiental**

Se o Projeto Matriosca possibilitou uma melhoria (clara) das condições de trabalho dos trabalhadores envolvidos que, devido à redução substancial do número de alarmes, puderam levar a cabo a sua atividade com uma maior qualidade e segurança, é importante que a reflexão não se esgote nesse ponto.

A natureza dos riscos associados a essa atividade, em que um incidente poderá ter graves consequências em nível do ambiente, torna evidente a relação entre a atividade desempenhada no local de trabalho e o meio ambiente.

Se é impossível separar a atividade de trabalho dos seus riscos ambientais (tendo sido o evitar de incidentes industriais graves o ponto de partida dessa intervenção e uma das grandes preocupações de todos os envolvidos), é difícil também discutir o ambiente sem levar em conta a importância da atividade.

De fato, uma reflexão acerca dos riscos ambientais terá de passar pelo primeiro local onde eles ocorrem, o local de trabalho.

O Modelo Matriosca é uma boa ilustração da ligação entre proteção do ambiente e segurança e saúde dos trabalhadores referida no contributo de Rémy Jean neste capítulo. Não é possível conceber tal proteção desligada do trabalho concreto dos operadores que estão, ao mesmo tempo, na primeira linha de exposição aos riscos e na primeira linha da preservação do ambiente face a esses riscos. Também o fato de serem, ao mesmo tempo, operadores industriais e elementos da comunidade implica, necessariamente, que a preocupação com o ambiente esteja sempre presente.

É igualmente através desses dilemas que se coloca a questão da conciliação entre direito ao trabalho e direito à saúde, abordada também por Rémy Jean. Só é possível refletir sobre a proteção do ambiente, o desenvolvimento sustentável e a segurança industrial se se incluir o ponto de vista dos trabalhadores e, nesse sentido, o Modelo Matriosca abre outras perspectivas para se pensar uma outra centralidade do trabalho concreto, uma vez que é, a partir daí, que se jogam as questões do ambiente.

## Reflexões finais

No contexto atual de progresso tecnológico, parece ainda prevalecer um afastamento considerável entre os conhecimentos científicos disponíveis que decretam o trabalho e a prática industrial real. Esse distanciamento pode ser explicado pelo pressuposto de que o trabalho pode ser decretado de forma analítica, abstrata e definitiva com recurso quase exclusivo aos conhecimentos científicos. Assim, na fase de concepção, os engenheiros projetistas «antecipam a atividade» (Béguin & Cerf, 2004), cristalizando, nessa altura, uma representação do trabalho. No entanto, tais modelos de concepção correm o risco, em situação de trabalho, de ser fonte de inúmeros problemas e dificuldades quotidianas que os trabalhadores têm que enfrentar. Ora, o caso aqui apresentado relativo à automação dos alarmes acaba por ser um exemplo ilustrativo de uma situação-problema que surge como consequência do distanciamento entre a «ciência» que define os alarmes e a prática real. Nesse caso, ao ser encarada como uma variável externa e capaz de produzir impactos no processo de trabalho independentemente da ação humana, a tecnologia é vista num quadro de «racionalidade precisa e perfeita». Contudo, e a AET realizada assim o demonstrou, o sistema de emissão de alarmes gerava problemas de segurança, fruto de sua defasagem em relação ao trabalho real. A situação era, diríamos, alarmantemente desconhecida ou desconsiderada, já que os alertas quotidianos dos operadores de painel não eram suficientemente ouvidos ou compreendidos, de modo a justificar uma atenção e intervenção prioritárias na sempre difícil gestão de prioridades dos decisores técnicos responsáveis.

Por conseguinte, tratando-se da tecnologia de uma escolha organizacional que depende da combinação de ações e decisões (uso/concepção/adoção), o trabalho de reconcepção da lógica informática dos alarmes foi apoiado, em grande medida, nas ações e decisões de uso anteriormente executadas pelos operadores.

Nesse sentido, encarando os sistemas tecnológicos como sendo processos de ações e decisões internos ao próprio processo de trabalho, é possível alterar a racionalidade que preside à definição da tecnologia, optando-se por um quadro de «racionalidade limitada e intencional» (Masino, 2011), ou seja, imperfeita, imprecisa e temporária. Como tal,

e dentro dessa lógica, é possível conceber o desenvolvimento tecnológico nas empresas como uma «ciência humana» (Dejours, 1995) que, pelo seu carácter mutável, deverá ser vista como um processo de ação social e dinâmico. Essa maneira de encarar a relação entre tecnologia e SST, ao contrário da abordagem puramente instrumental, exige mais tempo, é certo, mas produz resultados mais duráveis, congruentes e consensualmente mais seguros.

## Referências Bibliográficas

- Béguin, P. (2008). Argumentos para uma abordagem dialógica da inovação. *Laboreal*, 4, 72-82.
- Béguin, P. & Cerf, M. (2004). Formes et enjeux de l'analyse de l'activité pour la conception des systèmes de travail. *Activités*, 1, 54-70.
- Dejours, C. (1995). *Le facteur humain*. Paris: PUF.
- Duraffourg, J. (2003). Prévention et transformation du travail. *Communication aux Assises de la prévention*, 21 Novembre, 2003, Conseil Régional, Marseille.
- Durrive, L. & Schwartz, Y. (2008). Glossário da Ergologia. *Laboreal*, 4, 23-28.
- Faïta, D. (2001). Introduction à l'axe «Santé et sécurité au travail: enjeux de déconstruction et de reconstruction». *Actes des III<sup>ème</sup> Rencontres Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail/Association pour la Promotion des Recherches Interdisciplinaires sur le Travail*, 29-32, Université de Provence, Marseille.
- Lacomblez, M. (2002). Quelle dynamique de prescription dans la formation et l'intervention en ergonomie. *Actes du XXXVII Congrès de la SELF «Les évolutions de la prescription»*, 342-344, Aix-en-Provence Groupe Régional d'Études et d'Action sur le Travail.
- Lacomblez, M., Bellemare, M., Chatigny, C., Delgoulet, C., Re, A., Trudel, L. & Vasconcelos, R. (2007). Ergonomic Analysis of Work Activity and Training: Basic Paradigm, Evolutions and Challenges. In R. Pikaar, E. Koningsveld & P. Settels. *Meeting Diversity in Ergonomics*. Oxford: Elsevier.
- Maggi, B. (2006). *Do agir organizacional: Um ponto de vista sobre o trabalho, o bem-estar, a aprendizagem*. São Paulo: Edgard Blucher.

- Masino, G. (2011). La technologie comme rationalité technique. In B. Maggi. *Interpréter l'agir: un défi théorique*. Paris: PUF.
- Masino, G. & Zamarian, M. (2003). Information technology artifacts as structuring devices in organizations: design, appropriation and use issues. *Interacting with Computers*, 15, 693-707.
- Miles, R. & Snow, C. (1986). Organizations: New concepts for new forms. *California Management Review*, 3, 62-74.
- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2007). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a actividade humana*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Vasconcelos, R. (2008). *O papel do psicólogo do trabalho e a tripolaridade dinâmica dos processos de transformação: contributo para a promoção da segurança e saúde no trabalho*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Vasconcelos, R. & Lacomblez, M. (2004). Entre a auto-análise do trabalho e o trabalho de auto-análise: desenvolvimento para a psicologia do trabalho a partir da promoção da segurança e saúde no trabalho. In M. Figueiredo, M. Athayde, J. Brito, & D. Alvarez. *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Vasconcelos, R., Silva, D. & Fortuna, P. (2011). A transformação das condições de trabalho enquanto critério para a avaliação da formação em segurança: reflexões e desafios a partir de um estudo de caso. In P. Arezes, J. Baptista, M. Barroso, P. Carneiro, P. Cordeiro, N. Costa, R. Melo, A. Miguel & G. Perestrelo (Eds.). *Occupational Safety and Hygiene – SHO 2011*. Guimarães: Portuguese Society of Occupational Safety and Hygiene.
- Vasconcelos, R., Silva, D., Pinto, R. & Duarte, S. (2012). Evaluating work and training within an intercommunicating process of change: reflections drawn from a case study on a chemicals industrial company in Portugal. *Work: A Journal of Prevention, Assessment and Rehabilitation*, 41, 4564-4571.
- Zamarian, M. & Maggi, B. (2006). L'influence des choix organisationnels sur l'intensité du travail. In Ph. Askenazy, D. Cartron, F. Coninck & M. Gollac. *Organisation et intensité du travail*. Toulouse: Octares Editions.

## ■ Capítulo 3 ■

# *Territórios, desenvolvimentos e mobilidades*

### ■ 3.1. Introdução ■

*Luís Gonzaga RODRIGUES*

Instituto do Emprego e Formação Profissional  
lgonzagafrias@gmail.com

As pessoas são, frequentemente, convocadas a se moverem na sua vida profissional: emprego, funções, profissão, ... e/ou, ainda, a se deslocarem em territórios cada vez mais longínquos: a viajarem, a emigrarem (!), e isso para assegurar trabalho, adaptando-se a uma «nova economia», que se quer regida por um paradigma universal e universalizável de «desenvolvimento».

A profusão dos discursos acerca da premente necessidade de mobilidade/mudanças de/nos territórios geográficos e profissionais só terá paralelo numa outra profusão de discursos que dá conta das resistências das pessoas-alvo dessas mesmas mudanças.

Que lógicas, que representações e que ideologias presidem, de um lado, ao planejamento, à prescrição e implementação dessas mudanças, por entidades públicas, da administração central e/ou local, ou empresas, através de instâncias mais ou menos anônimas, e, por outro lado, à sua execução pelos atores/autores, homens e mulheres concretos, que as assumem no cotidiano?

Apresentadas pelos seus mentores como «naturais» e inexoráveis, sempre destinadas a aumentar a produtividade e competitividade, de uma dada organização e/ou território, num mundo global cada vez mais concorrencial, essas mudanças, no entanto, têm estado

longe de serem consensuais e frequentemente estão na gênese de pequenos e grandes conflitos organizacionais e sociais.

Os discursos explicativos e justificadores de caráter psicológico da «resistência à mudança» e as intervenções adaptativas, promovidas sobretudo por alguns sociólogos e psicólogos do trabalho, pouco parecem ter contribuído, quer para apaziguar o ambiente conflitual, quer para a compreensão de tais fenômenos. Na opinião de Duraffourg (2003), tais discursos e práticas têm mesmo servido de cortina de fumaça para que não se fale verdadeiramente das questões colocadas pela mudança, e que, concreta e singularmente, afetam o conteúdo e as condições de trabalho, dos que suportam as suas consequências. De fato, subjacente a essa conflitualidade parecem estar, entre outras, lógicas e representações divergentes das questões do(s) desenvolvimento(s), não apenas econômico, que giram em torno dos valores e significados da atividade trabalho, nomeadamente da (re) distribuição dos recursos gerados por esse.

Nos dois artigos enquadrados neste capítulo sobre *Territórios, desenvolvimentos e mobilidades*, as autoras – Liliana Cunha e Stéphanie Maillot, tomando como quadro de referência a «abordagem ergológica» apresentada, em 1997, por Yves Schwartz, Daniel Faita e Bernard Vuillon, a par da Psicologia do trabalho, inscrita no projeto pluridisciplinar da Ergonomia da atividade, questionam, desde o início e do nosso ponto de vista, uma abordagem hegemônica e universalista do desenvolvimento. A partir da análise fina da atividade laboriosa dos que dão corpo e o corpo nas atividades de trabalho, abrem-se novas perspectivas facilitadoras numa leitura e compreensão mais alargada e aprofundada da singularidade e diversidade dos processos de desenvolvimento possíveis (Brandão, Proni & Siqueira, 2010).

## **1. Mobilidades: um tema da modernidade**

Uma primeira tônica dos discursos justificadores de mudanças/mobilidades de/do emprego/trabalho é colocada no modelo de mundialização/globalização em curso e na necessidade da extensão das lógicas competitivas de mercado a novas atividades e a novos territórios.

Alaluf (2004) refere que ”com efeito as mercadorias, os serviços e os capitais são doravante móveis no espaço mundial, enquanto o trabalho como os recursos naturais restam relativamente imóveis” (p.38). Para esse autor, assistimos a uma duplicação da competição tradicional entre as empresas, com a competição entre territórios, regiões e estados, no sentido de serem mais atrativos para os investidores. Trata-se, então, de «fornecer as mais favoráveis condições aos potenciais investidores em termos de mão-de-obra bem formada e barata, uma baixa carga fiscal e para fazer isto, um nível pouco elevado de despesas públicas» (Alaluf, 2004, p.38). Nesse registro, o cerne das políticas governamentais de cunho «social-liberal» assenta no individualismo, na fraca regulação coletiva, numa grande flexibilidade e mobilidade do trabalho ou numa versão mais *soft*, «néossocial-democrata», presente, por exemplo, nas conclusões da cimeira do Conselho Europeu de Lisboa de 2000, «caracterizada por um individualismo de cidadania participativa, a securização das mobilidades e das transições num quadro negociado e coorganizado pela negociação coletiva» (Alaluf, 2004, p.37).

É patente na retórica discursiva atual, acerca das relações laborais, uma dupla «exigência» de crescente flexibilidade da organização do trabalho e de mobilidade do emprego (Gadrey, 2000), a que corresponde factualmente a notória e crescente proliferação do trabalho precário e de outras formas de emprego atípicas. Esse fenómeno não é novo, nova é a sua extensão, porque, se dantes apenas afetava os extratos socioprofissionais mais baixos, hoje se estende a quase todos os grupos sociais.

A isso se refere Stéphanie Maillot apelidando essas *mudanças de trabalho* de «mobilidades visíveis», a que ela contrapõe as não menos importantes «mobilidades invisíveis», como é o caso das *mudanças do trabalho* – evolução das profissões, dos setores em que se enquadram e das tecnologias.

## **2. Trajetórias de mobilidade construídas individualmente**

Uma segunda tônica, aliás interdependente da primeira, nos referidos discursos, reporta-se à necessidade de individualização das trajetórias profissionais – cada um é dono do seu percurso profes-

sional e o único por ele responsável, cada qual é «empresário de si mesmo». Esse crescendo de individualismos se manifesta, por conseguinte, no declínio das formas de regulação coletiva da relação de trabalho. Essa norma de individualização é usualmente apresentada como condição de modernidade e de modernização, destinada não só a assegurar e garantir a competitividade das empresas pela flexibilidade, polivalência, competência dos seus trabalhadores, mas também como uma condição de afirmação da autonomia e identidade de cada um deles.

A lógica de individualização, ignorando o contexto, assenta, segundo Castel e Haroche (2001), na «figura do indivíduo que se pensa e é pensado como se o social não existisse» (p. 156). A visão do indivíduo como um ser isolado e a consequente individualização das questões da «empregabilidade» e inserção profissional e social em geral são, de acordo com alguns autores, uma interpretação psicologizante do social. Essa interpretação, que se focaliza nas características do assalariado, escamoteia o estatuto e os papéis que o sujeito ocupa e desempenha na sociedade, de que é ator social, isto é, as interações intra e interpessoais «reais e simbólicas, entre indivíduos (ou grupos) socialmente posicionados no sistema» (Castra, 2003, p.37).

A individualização, o reenvio dos sujeitos para si mesmos, a sobrevalorização da «internalidade» são, segundo Dubet (2003),

*mais do que uma mania de psicólogos e de trabalhadores sociais ou que uma moda da gestão neoliberal. Ela não é tão forte senão na medida em que ela procede do projeto mesmo da modernidade no que ele pode ter de libertador, pois que ela afirma que cada um pode pretender ser senhor de si mesmo e autor da sua vida apesar do destino e das forças sociais (p.5).*

Como conciliar, porém, esse último desígnio com a constatação de Alaluf (2004), na linha da tradição sociológica enraizada em Durkheim, de que: «É porque ele se torna mais autônomo que o indivíduo depende mais da sociedade. Nós não podemos ser em consequência nós mesmos na nossa individualidade senão na medida em que somos seres sociais» (p.37)?

Dubet (2003) pensa ter encontrado a chave para a saída desse dilema ao perceber que:

*De fato, o sujeito não é um ser já lá, mas o resultado de uma atividade socialmente construída e supondo que o ator se possui a ele mesmo, isto é que ele possui alguma coisa, a começar por um trabalho que lhe ofereça capacidade de autonomia e realização (p.5).*

Será que a individualização das situações de exclusão profissional e social produz a dissimulação e mesmo a invisibilidade desses fenômenos, deixando-nos a todos mais tranquilos, nem que seja responsabilizando e culpabilizando cada um dos excluídos por não ser capaz de resolver os problemas para os quais coletivamente ainda não encontramos soluções?

Em termos pessoais, as sequelas das lógicas de individualização e o associado e crescente controle e moralização no trabalho, fomentadores da competição interindividual com o envenenamento dos ambientes de trabalho, nomeadamente através da designada avaliação e transferibilidade de competências, há muito foram escalpelizados (Sennett, 1998).

### **3. Que mobilidades?**

Para Gadrey (2000), o modelo dualístico de desenvolvimento de matriz anglo-saxônica, que se impôs a partir dos anos 80 do século XX, tem, na sua gênese, um discurso justificador que se fundamenta, em primeira linha, na cada vez maior «imprevisibilidade dos fluxos de clientela», isto nomeadamente no que toca aos serviços. A sua designação de «dualista» advém do fato de a «flexibilidade» organizacional ser assegurada por uma forte fragmentação dos empregos, sobretudo em termos de estatutos, opondo os trabalhadores do «núcleo» duro da empresa (*mão de obra permanente*) aos assalariados da «periferia» (*mão de obra descartável*), vinculados a formas precárias/atípicas de emprego e a exigências de disponibilidade total. Esse modelo, ou «reengenharia», hoje aplicado de forma quase massiva não só no setor privado, mas também no público, tem sido apresentado como solução «natural» e única para rapidamente res-

ponder às solicitações da procura. Em contracorrente a esse modelo neoliberal de flexibilidade, o autor que estamos citando apresenta exemplos de novas regulações possíveis, do mercado de emprego/trabalho, já com provas dadas no campo, que apostam na flexibilidade através da implicação e fidelização dos assalariados. Trata-se de um «*modelo integrado de adaptabilidade organizacional*», em que, em suma, predominam as mobilidades negociadas e aceites *versus* mobilidades impostas.

#### 4. Que desenvolvimentos?

Como articular o desenvolvimento dos indivíduos no trabalho e o desenvolvimento dos territórios?

O trabalho desenvolvido por Liliana Cunha, que coloca ênfase sobre uma outra forma de mobilidade – a mobilidade espacial, por transporte público –, oferece-nos alguns pontos de ancoragem para essa discussão.

Esse trabalho questiona, de um lado, a exaltação de modelos de individualização das opções de transporte, como bem traduz o aumento do uso do automóvel nas deslocações por motivo de trabalho, garantindo supostamente uma maior mobilidade e flexibilidade. A irregularidade dos horários de trabalho, por exemplo, tem favorecido o abandono da noção de «horários de ponta», tendo em conta algumas flutuações entre os horários de circulação dos ônibus e os horários de trabalho praticados, conduzindo inclusive à supressão de alguns serviços de transporte público. Ainda assim, a melhoria das condições de mobilidade coletiva não poderá ficar comprometida sob pena de exclusão de certas categorias da população do acesso a esse tipo de mobilidade, que constitui, não raras vezes, a única alternativa de que dispõem (Cunha, 2012). Por essa razão, o seu trabalho assume como imperativo repensar as formas de mobilidade coletiva e «os modelos de socialização (...) das condições [e dos meios] de circulação» (Castells, 2000, p. 280).

Por outro lado, o trabalho de Cunha contraria também a ideia de que o estudo da mobilidade tem que ser fiel a uma análise de fluxos: é preciso dar a conhecer o que determina a mobilidade e o que a

configura. Ela sustenta, assim, o reconhecimento do território como uma importante categoria de análise, na medida em que constitui um fator determinante na configuração de formas específicas de mobilidade, tendo em conta as suas características e os constrangimentos que impõem.

Mas os recursos e a história dos territórios pesam também nas condições de desenvolvimento dos indivíduos e das suas trajetórias profissionais e sociais, primeiramente, porque são eles que «industrialmente», na sua atividade, os vão construindo e reconfigurando.

Como bem afirma Stéphanie Maillot, a adesão das pessoas a determinadas atividades está condicionada por uma pluralidade de variáveis em que sobressai a história das interações do homem com o seu meio. O desenvolvimento de intervenções reconstrutivas da atividade econômica e a consequente necessidade de reconversão profissional das pessoas, em regiões afetadas por importantes reestruturações produtivas, sem levar em conta os problemas da erosão dos valores e significados do trabalho em geral, e, em particular, em determinadas atividades, podem transportar o insucesso de projetos públicos e empresariais. As instâncias prescritivas não poderão mais ignorar, quer em nível do planejamento, quer em nível de execução, não apenas as lógicas da ação pública e empresarial, mas também da «atividade» histórica das populações num dado território. Tal esquecimento pode mesmo ter efeitos contraproducentes, acabando por estigmatizar alguns territórios, que a ação pública pretenderá reabilitar. É o que acontece entre nós, por exemplo, em algumas regiões, como a Península de Setúbal e o Vale do Ave, ou em relação a determinadas zonas ou bairros urbanos e suburbanos das grandes cidades.

## Referências bibliográficas

- Alaluf, M. (2004). La modernisation sociale à l'épreuve de la mondialisation libérale. *Politique*, 37, 36-41.

- Brandão, C., Proni, M., & Siqueira, H. (2010). Notes sur la diversité et la singularité des développements possibles. *Ergologia*, 4, 141-157.

- Castel, R., & Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi. Entretiens sur la construction de l'individu moderne*. Paris: Fayard

- Castells, M. (2000). *A questão urbana* (A. Caetano Trad.). São Paulo, Brasil: Edições Paz e Terra.

- Castra, D. (2003). *L'insertion professionnelle de publics précaires*. Paris: PUF.

- Cunha, L. (2012). *Mobilidades, territórios e serviço público: debates sobre o interesse coletivo à margem do paradigma de uma sociedade móvel*. Tese apresentada para efeitos de obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Porto: FPCE-UP.

- Dejours, C. (1999). *Le facteur humain* (2<sup>ème</sup> édition corrigée). Paris: PUF.

- Dubet, F. (2003). Préface. In D. Castra, *L'insertion professionnelle de publics précaires* (pp.1-6). Paris: PUF.

- Duraffourg, J., Duc, M., & Durrive, L. (2003). Le travail et le point de vue de l'activité. In Y. Schwartz et L. Durrive (Dir.), *Travail & ergologie — Entretiens sur l'activité humaine* (pp.31-68). Toulouse: Octares Editions..

- Gadrey, J. (2000). *Nouvelle économie, nouveau mythe?* Paris: Éditions Flammarion.

- Sennett, R. (1998). *Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*. Nova Iorque: Norton.

### ■ 3.2. Desigualdades no acesso ao serviço público de transportes: contributos da atividade dos motoristas na construção de proximidades territoriais ■

Liliana CUNHA

Centro de Psicologia da Universidade do Porto  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto  
lcunha@fpce.up.pt

#### ■ 1. Introdução ■

Iniciamos a nossa reflexão com o que nos parece ser um dos paradoxos da mobilidade por meio do transporte público: se os transportes públicos constituem uma condição de acesso ao ensino, à saúde, ao emprego e a outras atividades e serviços, enfim, a uma condição de participação na vida social, será que é garantida a equidade no acesso às prestações desse serviço público?

Dizemos que se trata de um paradoxo, sobretudo, se considerarmos os discursos inscritos numa era dita pós-moderna, que têm como assunção o pressuposto de uma *mobilidade generalizada*, tendo em conta nomeadamente o aumento crescente da velocidade dos transportes e da distância percorrida nas deslocações quotidianas (Lannoy & Ramadier, 2007). Não obstante, ainda que seja reconhecido o «direito à mobilidade» como necessidade coletiva, nem todos se beneficiam efetivamente de condições equitativas de acesso à sua prestação.

É sob o pretexto de preservação do interesse geral, sempre que o mercado não logre garanti-lo, que se justifica a atribuição da noção de «serviço público» ao setor dos transportes<sup>18</sup>. A referência ao estatuto

---

18 Esse reconhecimento encontra-se consagrado no artigo 73º do Tratado que institui a Comunidade Europeia e justifica-se, em parte, pelo fato de constituir uma necessidade coletiva, de interesse geral, e, portanto, não passível de uma exploração meramente comercial.

de serviço público poderia fazer entender que a nossa ênfase recairia sobre o cliente transportado e a sua perspectiva relativamente ao serviço prestado. Porém, o ponto de vista que privilegiamos, tributário da Psicologia do trabalho inserida no projeto pluridisciplinar da Ergonomia da atividade e articulado com a influência da «abordagem ergológica», é o da atividade de quem presta esse serviço, assim como dos que intervêm na concepção da rede de transportes.

O objetivo é, sobretudo, o de destituir aqueles que transportam de um estatuto de *passageiros* na história da sua atividade e na reconcepção do sistema de transportes em que ela se enquadra e de reconhecer a necessidade de conferir visibilidade ao que se passa nos territórios que permanecem à margem desta «sociedade móvel»<sup>19</sup>.

## **2. O acesso à mobilidade por transporte público: um direito ou um privilégio?**

A afirmação do direito à mobilidade por transporte público constitui, não raras vezes, o ponto de partida dos que a têm como objeto de estudo, mesmo que as formas de mobilidade não sejam homogêneas e nem sempre todas elas garantidas a todos em todos os lugares. Esse direito é reconhecido também porque, apesar de a mobilidade não se estabelecer *per se* como um objetivo, ou como um fim em si mesma, trata-se de «uma espécie de direito ‘genérico’ que condiciona a efetividade da maior parte dos outros direitos» (Ascher, 2010, p. 197).

Aliás, tendo em vista que os recursos necessários à vida social não se encontram igualmente distribuídos no espaço, nem os indivíduos dispõem das mesmas oportunidades de acederem a eles é que se justifica a ação pública nesse domínio. No caso específico do setor dos transportes rodoviários coletivos de passageiros, onde se situa a nossa análise, a ação pública é simultaneamente traduzida no reconhecimento desse serviço como «serviço público» e na exigência de cumprimento de certas obrigações que lhe são intrínsecas por parte

---

19 Revisão intercalar do Livro Branco da Comissão Europeia sobre os Transportes (Comissão das Comunidades Europeias, 2006) [COM(2006) 314 final].

das empresas de prestação de serviço, como o prevê, em Portugal, a Lei n.º 10/90, de 17 de março – Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres<sup>20</sup> –, «relativas à qualidade, quantidade e preço das respectivas prestações, alheias à prossecução dos seus interesses comerciais» (artigo 2.º, n.º 2e).

Para que o transporte público não seja, de fato, um privilégio reservado aos que se situam em territórios favoráveis à mobilidade — nomeadamente pela sua densidade populacional e pelo reforço da procura desse tipo de serviços —, a prestação de um serviço público de transportes deve também ser custeada por tarifas sociais, que serão objeto de «compensações financeiras pelos poderes públicos quando comprometem o equilíbrio econômico das empresas» (Bavoux, Beaucire, Chapelon & Zembri, 2010, p. 209).

Não obstante, a segregação social, reforçada pela desigualdade dos territórios, nem sempre é contrariada pela mobilidade, sendo esta também resultado de opções de diferentes atores, das políticas definidas e das lógicas que a elas subjazem.

Nesse sentido, colocar o paradigma de uma sociedade móvel em debate implica igualmente considerar «as tensões e as pressões que a ‘mobilidade generalizada’ opera tanto em nível do indivíduo como em nível da sociedade e do espaço físico» (Lannoy & Ramadier, 2007, p. 29). Falamos, concretamente, de exclusão de certas categorias da população, assim como de certos espaços e tempos, que se mantêm à margem da hegemonia de tal paradigma.

### **3. De pés bem-assentados no chão da mobilidade...**

Compreender o fenômeno da mobilidade do ponto de vista dos movimentos que ela gera leva a desvalorizar aquilo que a atém ao espaço, às suas fontes de atrito, enfim, ao que a constrange e limita. Mas é exatamente isso o que preconizam as abordagens exterritoriais que concebem a mobilidade independentemente dos seus protagonistas e dos espaços que ela ocupa e reconfigura.

---

20 Essa lei estabelece as competências do poder central e do poder local em nível da organização e exploração dos transportes ditos regulares de passageiros, urbanos e locais.

A abordagem que privilegiamos contraria, pois, a ideia de que o estudo da mobilidade tem que ser fiel à análise de fluxos, a uma análise tendencialmente «desencastrada» das realidades concretas onde se materializa. Procura-se abandonar aquela visão funcionalista<sup>21</sup>, ancorando-se a análise na variabilidade das suas formas de produção, pelas opções de natureza econômica e política assumidas e, sobretudo, pela atividade de trabalho dos que a tornam possível.

Um dos determinantes da atividade nesse setor corresponde às especificidades do território em que ela é exercida. As relações entre mobilidade e território não se consubstanciam, porém, na existência de um «chão» que serve de suporte a diferentes tipos e alcances de deslocação. O planejamento de transportes não pode manter indiferença face às características de cada território. Ainda que os espaços de circulação do ônibus sejam, por definição, espaços de «passagem», assegurando uma relação intersticial entre os seus lugares, eles configuram uma matriz de vida: o traçado de uma linha de transportes reifica interações entre pessoas e atividades, cria proximidades e gera densidades territoriais.

#### **4. As relações entre mobilidade e território**

A importância de uma análise da mobilidade encastrada no território corresponde a um dos principais contributos do estudo que apresentamos. Não se entenda, porém, esta análise como tradutora de um mero discurso «contracorrente», isto é, se tomamos como discurso dominante o que sustenta a afirmação da desterritorialização, do desencastamento da ação e das relações entre os indivíduos. Aliás, a economia dita de mercado tende a abordar a ação dos indivíduos,

---

21 Adotar uma perspectiva «funcionalista», na análise do setor dos transportes, corresponderia a admitir que o sistema é pré-existente e pode, portanto, ser descrito em si mesmo. Como afirma Bruno Maggi a propósito da lógica funcionalista: «O sistema é predeterminado em relação aos sujeitos, ao seu ser no sistema e ao seu agir. Os sujeitos singulares podem mudar, entrar no sistema ou sair dele, sem mudar a identidade deste, pois ela é independente da identidade dos sujeitos» (Maggi, 2006, p. 172). Como alternativa a essa leitura, sublevamos a análise das opções e decisões assumidas pelos atores e os seus debates, na configuração do sistema de transportes e da sua evolução.

desvalorizando a influência do contexto histórico-espacial enquanto determinante das suas decisões (Pecqueur, 2009). Não será, portanto, de estranhar que, face à tendência de desregulamentação e de privatização, o território tenha sido eleito pelo estatuto de constrangimento, razão pela qual a sua importância foi diminuída, ou até mesmo negligenciada (Le Galès, 1998).

A conceitualização da noção de território exige que comecemos pela definição dos seus limites, identificando do que ele se afasta: o território não é um «conjunto físico de paisagens materiais, mas [sim] (...) expressão e produto das interações que os atores protagonizam. O território, nessas circunstâncias, é proximidade, atores, interações» (Reis, 2007, p. 248). Demarcamo-nos, portanto, de uma referência ao território, delimitada unicamente a partir do espaço físico, para entendê-lo como uma matriz relacional. Não obstante, «(...) se é necessário ultrapassar o empirismo da descrição geográfica, corremos um risco muito grande de imaginar o espaço como uma página branca na qual se inscreve a ação dos grupos e das instituições» (Castells, 2000, p. 181).

As referências a um paradigma de «mobilidade generalizada», aparentemente característico das sociedades contemporâneas, justificariam, em parte, a caducidade que alguns conferem à noção de território, proclamando, em seu lugar, a dissolução dos constrangimentos espaciais e a conquista de uma maior liberdade (individual) de circulação. Mas há também razões que justificam o seu uso na atualidade: «a globalização aumenta a necessidade de localização; as deslocalizações aumentam a necessidade de um local defensivo; a mobilidade generalizada aumenta a necessidade de ancoragens; a mundialização aumenta os movimentos de regionalização; (...) a urbanização aumenta a pobreza dos espaços rurais nos países do sul» (Lajarge, 2009, p. 196).

De modo mais específico, poderíamos dizer que invocar o território no estudo da mobilidade por transporte público se justifica, desde logo, pelo fato de ela estar concretizada num espaço físico tangível, definido com base em critérios, como a densidade populacional, a localização dos principais equipamentos estruturantes da vida social ou uma potencial articulação com outros modos de transporte. A lógica e o predomínio desses critérios podem, no entanto, ser

ponderados e até subvertidos em função de outros fatores, ou seja, o traçado dos percursos no espaço não obedece sempre aos mesmos critérios, nem a um mesmo modelo de hierarquização.

Ainda assim, a atenção que consagramos ao território no âmbito deste trabalho (Cunha, 2012) surgiu, sobretudo, a partir do reconhecimento de que ele intervém na produção de mobilidades diferenciadas e, não raras vezes, reprodutoras de desigualdades sociais. Isso justifica o fato de o admitirmos não como forma de indexação dos fenômenos a analisar, mas como objeto mesmo de investigação, como uma categoria de análise que permite a consideração de outros elementos na apreensão do real. Em vez de ser uma categoria de análise obsoleta, assumimos que o território, como recurso coletivo, requer o reconhecimento da sua singularidade na construção do bem comum e a «acomodação das políticas públicas às especificidades do local» (Jaillet, 2009, p.117).

Efetivamente, o desenvolvimento do trabalho de pesquisa em contexto real e a convocação dos saberes dos próprios trabalhadores no diálogo com o investigador, como preconiza a tradição científica em que nos inscrevemos, correspondem a uma abordagem que resiste à ambição de desterritorializar: «a Ergonomia da atividade envolve-nos assim sobre o terreno da reflexão (e da ação) a propósito de um desenvolvimento humano sustentável, cujo referencial tende a se ‘localizar’ mais do que a se ‘globalizar’» (Lacomblez, 2005, p. 9).

A atividade de trabalho não pode, por conseguinte, ser subtraída da compreensão dos processos de territorialização, inerentes à produção e evolução do território (Lajarge, 2009), mesmo que em um nível micro de análise, como sustenta a pesquisa que desenvolvemos, considerando a *atividade de transportar* e a *atividade de concepção da rede de transportes*, protagonizada respectivamente pelos motoristas e pelos conceptores de mobilidade (Cunha, 2012).

Adotando o ponto de vista da nossa pesquisa, impõe-se, desde logo, a questão: Como garantir a prestação de um serviço público de transporte e a preservação do direito de todos à mobilidade por transporte público, tendo em conta as singularidades que definem um determinado território? E, por outro lado, sendo os espaços da mobilidade eminentemente «móveis», como pode, então, ser mantido o patrimônio de saberes que esse *espaço em que se age* traduz?

## **5. Transportar e transformar os territórios da mobilidade: qual o contributo da atividade dos motoristas e dos conceptores?**

Nos discursos genéricos sobre a mobilidade, encontramos comumente referências implícitas à mobilidade em contexto urbano, assumindo talvez, como residual, a que tem lugar em zonas de baixa densidade populacional, retraída por uma baixa procura do transporte público.

O estudo a que aqui nos reportamos se enquadra, ainda assim, num contexto marcado por este tipo de características: trata-se de um projeto de reconceção da rede de transportes públicos por ônibus de uma área municipal da região Centro de Portugal, tipificada como um território «predominantemente rural» (INE, 2009). A oferta de serviços de transporte público em áreas rurais e de baixa densidade populacional, adaptada às necessidades dos cidadãos que nelas vivem, constitui uma medida prioritária na promoção da coesão territorial e na garantia de equidade social (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2007).

Efetivamente, as condições de mobilidade nesse território correspondem a uma realidade bem-diferenciada do que se passa em contexto urbano: antes do projeto de reconceção da rede de transportes, o número de circulações de ônibus por dia estava limitado a apenas duas, ao início e ao final do dia, de forma mais ou menos coincidente com os horários escolares. E a oferta estava também circunscrita aos dias úteis e aos períodos de atividade escolar.

Os serviços de transporte público foram assim organizados, porque o uso do ônibus se faz sobretudo por motivo escolar, sendo os estudantes os seus principais utilizadores. Foi, particularmente, quase essencialmente em função desse grupo da população que foi reconfigurado o traçado da rede, levando em consideração não apenas a obrigatoriedade atribuída às Câmaras Municipais de assegurar serviços de transporte por esse motivo (Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro), mas também porque são esses os usuários que mantêm um padrão de procura mais regular.

Relativamente ao uso do ônibus pela população «não escolar» nesse concelho, podemos dizer que, no caso das deslocções do e para o trabalho, essa taxa de utilização é residual,

o que é explicado pela reduzida oferta de serviços de transporte público e pela defasagem entre os horários escolares e os horários de trabalho praticados pelas empresas da região. Um outro motivo que justifica o recurso ao ônibus é a feira local, com uma periodicidade quinzenal, estando previsto um reforço da oferta de serviços, em coerência com uma procura mais significativa nesses dias. Esse reforço se traduz pela introdução de uma viagem de ônibus ao final da manhã, com o objetivo de assegurar o regresso das pessoas mais cedo do que o habitual. Caso contrário, teriam que esperar até ao final do dia para serem conduzidas até sua casa.

No âmbito dos projetos de reconcepção de redes de transporte, os conceptores (sobretudo, profissionais das áreas de engenharia, geografia e matemática) são, talvez, os atores mais reconhecidos como agentes de territorialização, mesmo se a sua atividade seja, em parte, determinada em função das vias de circulação existentes, dos espaços que permitem a circulação de um ônibus e da densidade dos lugares (densidade populacional e de atividades). Ou seja, face a uma territorialidade instituída, eles têm que definir trajetórias de mobilidade, acabando, muitas vezes, por reforçar polaridades e desigualdades já existentes.

A atividade dos motoristas se encontra igualmente balizada por essas trajetórias predefinidas. Contudo, as análises prosseguidas em contexto real e em cada uma das linhas da rede em estudo, articuladas com o recurso a entrevistas, revelaram como o uso do território na sua atividade de trabalho acaba por se inscrever numa finalidade que visa, ao contrário, *corrigir* potenciais desigualdades.

A perspectiva dos conceptores, evidenciada também a partir de observações da sua atividade e de entrevistas com eles conduzidas, traduz o fato de o trabalho de concepção ser, não raras vezes, pensado com base em um modelo de mobilidade urbana tido como hegemônico. Fazendo uso do vocabulário da Ergologia, diríamos que se trata de uma «postura de exterritorialidade», de «desaderência» (Schwartz, 1996; 2000) face à singularidade da situação concreta em análise e face ao ponto de vista dos que fazem uso desse território na sua atividade.

Ora, num território marcado por uma vasta área, por baixa densidade populacional e escassa oferta de alternativas de transporte público, os problemas em nível da acessibilidade à rede de transportes é uma realidade que não pode ser esquecida. Trata-se de um problema a resolver com que se veem confrontados os motoristas no dia a dia. Os resultados da pesquisa mostraram como a melhoria das condições de mobilidade de que se beneficiam os utilizadores do transporte público advém, sobretudo, de um potencial que é introduzido pela própria atividade dos motoristas. Em virtude da ausência de intervenções regulares sobre esta rede, a atividade dos motoristas surge como «variável de ajustamento» do próprio sistema às necessidades concretas dos seus utilizadores, ainda que nem sempre seja reconhecido o seu ponto de vista, nem o seu contributo específico, como é relatado por um dos motoristas entrevistados:

*Isto não está na escala... Nós compreendemos perfeitamente que é muito longe para os miúdos virem para a paragem. De verão, ainda vá que não vá, agora de inverno, com a chuva é complicado. Nós temos que passar mesmo lá por causa dos miúdos, mas isto não está neste traçado [traçado da linha de autocarro], nem é prioridade da empresa... (M14, motorista, empresa privada, atividade em contexto rural, 2 anos de antiguidade na empresa).*

É de se referir que alguns desses motoristas vivem no mesmo município onde trabalham e são, por isso, legitimamente atores daquele território. Contrariamente ao que acontece num contexto urbano, em que um número considerável de serviços é oferecido diariamente e onde circulam muitos passageiros que se mantêm sob «anonimato», o mesmo não acontece nas linhas situadas no contexto analisado, em que cada motorista está vinculado a uma linha específica. Aqui, os motoristas conhecem bem os seus clientes, sabem os seus nomes, sabem onde vivem e as suas trajetórias quotidianas. A realidade de cada passageiro pesa nas opções do motorista e influencia as estratégias construídas de forma a garantir o interesse público – é necessário ou não realizar um desvio sobre o traçado da linha onde se circula, para «apanhar» alguém que fica mais distante? É preciso fazer parada noutras lugares, mesmo que não previstos e devidamente assinalados?

Assegurar um serviço público de transportes nessa ótica consiste em eleger e contemplar determinados lugares não consagrados no traçado formalmente definido de circulação do ônibus, nos percursos realizados quotidianamente. A introdução de desvios não previstos em alguns pontos do percurso, para o transporte dos que se encontram a uma maior distância das linhas de ônibus, ou a realização de mais paradas do que as assinaladas, constituem estratégias desenvolvidas pelos motoristas com o objetivo de compensar as desigualdades que o sistema de transportes construído acaba por reproduzir.

Os seus discursos revelam, no entanto, que fazê-lo não é evidente, nem escamoteia o «debate de normas e de valores» (Schwartz, 2000) que subjaz a tais opções, como o traduz este motorista:

*É só contras neste trajeto (...): é uma estrada demasiado estreita e é só caminhões que andam a tirar madeira dos pinhais. Eu, se apanhar um trator, se apanhar um caminhão, eu tenho que ir a 'gramá-lo' e já me tem acontecido várias vezes. Porque é assim, uma pessoa não se pode descuidar mesmo. E a minha preocupação mais, aqui no meu trabalho, é eu ter que cumprir um horário. (...) É assim, saio de casa muito tempo antes. Por exemplo, em vez de entrar às 7:00, entro às 6:30, vamos supor. Uma pessoa acaba por estar prejudicada, sempre de todas as maneiras: eu a entrar mais cedo, e eles também não nos estão a pagar para isso, mas a gente, se for apanhada com excesso de velocidade, isso vai sair do meu bolso. Pronto, mas é isso que eu às vezes digo e chateio-me, e depois eles se puderem cortar 10 minutos hoje, 10 minutos amanhã, até o fazem... (Motorista, 6 anos de antiguidade na empresa)*

O trabalho de concepção é pensado à distância desses debates que cruzam a atividade dos motoristas e dos constrangimentos com que se confrontam. A prescrição de novas normas pelos conceptores, por exemplo, sob a forma de horários a cumprir com uma margem de manobra ainda mais escassa, acaba por ignorar simultaneamente o fato de a garantia, para algumas pessoas, de condições de acessibilidade a esses serviços estar dependente das estratégias desenvolvidas

pelos motoristas, e o fato de isso comportar custos de tempo com impacto no cumprimento dos horários estabelecidos:

*Para mim, o mais importante é cumprir os horários e conhecer bem os percursos, para que os meninos não cheguem atrasados. O que aqui nos mói mais é o termos de cumprir os horários, ou melhor, cumprir o que está na escala... Porque é assim, uma pessoa não se pode descuidar mesmo. (...) Eu sei que, se for apanhada com excesso de velocidade, por acaso até nunca me mandaram parar, mas eu sei que todos os dias ando a transgredir, eu sei que se for apanhada a transgredir, essas multas são para mim, não são para a empresa... (Motorista, 11 anos de trabalho na empresa)*

A inscrição de outros lugares ou percursos, para além dos formalmente definidos, institui-se com o tempo, correspondendo a práticas concretas de (re)territorialização das trajetórias de mobilidade nesse contexto. Partilhamos, assim, a reflexão do sociólogo Marié (1982, citado por Ozouf-Marignier, 2009), de que «o espaço precisa da espessura do tempo, de repetições silenciosas, de maturações lentas, para se tornar território» (p. 34). E fundamentamos o interesse de uma concepção dos «territórios da mobilidade» que projete o encontro entre os seus legítimos atores (designadamente, conceptores, motoristas, atores locais) e a confrontação dos seus saberes.

A produção de saberes para a reconcepção dessa rede de transportes, no quadro do que a abordagem ergológica designou como «dispositivo dinâmico a três polos», iria requerer efetivamente o diálogo entre os saberes ditos «acadêmicos», protagonizados nomeadamente pelos conceptores, e os «saberes incorporados à atividade» de que são detentores os motoristas. Mas a construção desse diálogo e a apropriação desses saberes não se compadecem com «assaltos» ao terreno ou em desaderência (Schwartz, 2000).

O diálogo entre esses dois polos não acontece espontaneamente, nem se encontra autolegitimado. Nesse caso concreto, a consagração de um espaço de debate com os motoristas acabou por ficar comprometida pelo tempo definido para o projeto, mas, sobretudo, pelo não reconhecimento do seu contributo no debate sobre a evolução futura dessa rede de transportes.

## **6. Pensar o desenvolvimento de outras formas de se ser móvel a partir do trabalho concreto**

O fio condutor que assumimos no quadro da reflexão aqui produzida consiste em afirmar que, da mesma forma que o território não corresponde à parte fixa que serve de suporte às dinâmicas da mobilidade, porque ele próprio intervém nas alternativas de transporte a que os cidadãos têm acesso, também a mobilidade não deixa o espaço anônimo.

Afastamo-nos, no quadro deste estudo, de uma perspectiva da mobilidade como qualidade intrínseca às pessoas ou aos territórios. A nossa abordagem consiste, contudo, em entendê-la como resultado de opções, de critérios que a definem e lhe dão forma, ou seja, como resultado da intencionalidade dos atores que a concebem e produzem.

O confronto entre a perspectiva dos conceptores e a dos motoristas tornou evidente que o potencial de mobilidade que cada um desses atores imprime ao projeto de concepção da nova rede de transportes é diferenciado e revelador do tipo de saberes que cada um mobiliza na sua atividade concreta.

Os saberes dos motoristas, tributários da sua experiência em linhas específicas dessa rede de transportes, faz com que eles adotem uma «perspectiva de lugar»: ao contemplarem novos lugares de parada do ônibus nas trajetórias seguidas, ou ao realizarem desvios não previstos, para assegurar o transporte daqueles que se encontram a uma maior distância dos pontos de passagem do ônibus. Isto significa que, apesar do recurso a diferentes saberes disciplinares na definição do traçado das redes de mobilidade, apesar de as opções de organização do trabalho anteciparem determinadas formas de exercício da atividade pelos motoristas, é impossível antecipá-la totalmente. As análises que conduzimos em contexto real de trabalho traduzem uma «reserva de alternativas» (Schwartz, 2000), que vão sendo recriadas e introduzidas no sistema, no decurso da atividade de transportar. A preservação desses modos de agir na atividade é fundamental, até porque o tempo necessário para a aprovação da redefinição do traçado de uma linha ou de novas paragens nem sempre é compatível com a evolução das necessidades dos utilizadores desse meio de transporte.

Compreender-se-á melhor agora a definição avançada por Lajarge (2009), de que «o território é o espaço ‘bonificado’ pelos atores» (p. 201). Se a mobilidade, mais do que uma forma de anulação da ideia de território, pelo contributo da atividade transforma e reconfigura o espaço, ou seja, reterritorializa, como podemos pensar o desenvolvimento das condições de mobilidade sem considerar o trabalho concreto e os seus protagonistas?

A pertinência dessa questão se justifica tanto mais sabendo que, apesar de os motoristas exercerem a sua atividade na mesma linha durante vários anos e procurarem atualizar os percursos que realizam em função da evolução das necessidades dos usuários do transporte público, nem sempre é reconhecida a sua perspectiva no trabalho de concepção, ficando assim comprometida a integração dos seus saberes nesses projetos de desenvolvimento, com custos incontornáveis para a vida coletiva.

## Referências Bibliográficas

- Ascher, F. (2010). *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. La Tour d'Aigues, France: Éditions de l'Aube.

- Bavoux, J.-J., Beaucire, F., Chapelon, L., & Zembri, P. (2010). *Géographie des transports*. Paris, France: Armand Colin.

- Castells, M. (2000). *A questão urbana* (A. Caetano Trad.). São Paulo, Brasil: Edições Paz e Terra.

- Comissão das Comunidades Europeias (2006). *Manter a Europa em movimento - Mobilidade sustentável para o nosso continente. Revisão intercalar do Livro Branco da Comissão de 2001 sobre os Transportes*, COM(2006) 314 final. Bruxelas, 22 de junho de 2006.

- Cunha, L. (2012). *Mobilidades, territórios e serviço público: debates sobre o interesse colectivo à margem do paradigma de uma sociedade móvel*. Tese apresentada para efeitos de obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Porto: FPCE-UP.

- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2009). *Tipologia de áreas urbanas*. Retirado de [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

- Jaillet, M.-C. (2009). Contre le territoire, la « bonne distance ». In M. Vanier (Ed.), *Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives*, (pp. 115-122). Rennes, France, Presses universitaires de Rennes.

- Lacomblez, M. (2005). *Ergonomie de l'activité et francophonie: héritages, réalités, perspectives*. Retirado de <http://www.ergonomie-self.org/diffusion/contributions.pdf>, a 5 de setembro de 2006.

- Lajarge, R. (2009). Pas de territorialisation sans action (et vice versa)? In M. Vanier (Ed.), *Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives*, (pp. 193-204). Rennes, France, Presses Universitaires de Rennes.

- Lannoy, P., & Ramadier, T. (Eds.) (2007). *La mobilité généralisée. Formes et valeurs de la mobilité quotidienne*. Louvain-la-Neuve, Belgique: Academia Bruylant.

- Le Galès, P. (1998). Régulation, gouvernance et territoire. In J. Commaille & B. Jobert (Eds.), *Les métamorphoses de la régulation politique*, (pp. 203-240). Paris, France: Maison des Sciences de l'Homme.

- Maggi, B. (2006). *Do agir organizacional. Um ponto de vista sobre o trabalho, o bem-estar, a aprendizagem*. São Paulo, Brasil: Editora Edgar Blucher.

- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Relatório*. Retirado de <http://www.dgotdu.pt/pnpot/>

- Ozouf-Marignier, M.-V. (2009). Le territoire, la géographie et les sciences sociales: aperçus historiques et épistémologiques. In M. Vanier (Ed.), *Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives*, (pp. 31-36). Rennes, France: Presses Universitaires de Rennes.

- Pecqueur, B. (2009). De l'exténuation à la sublimation: itinéraires d'une notion et de ces déclinaisons. In M. Vanier (Ed.), *Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives*, (pp. 205-210). Rennes, France, Presses Universitaires de Rennes.

- Reis, J. (2007). *Ensaio de economia impura*. Coimbra, Portugal: Almedina.

- Schwartz, Y. (1996). Ergonomie, philosophie et exterritorialité. In F. Daniellou (Ed.), *L'ergonomie en quête de ses principes. Débats épistémologiques*. (pp.141-182). Toulouse: Octares Editions..

- Schwartz, Y. (2000). *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octares Editions.

### ■ 3.3. Das mobilidades profissionais às dinâmicas territoriais: que desafios?<sup>22</sup> ■

Stéphanie Maillot

Observatoire Régional des Métiers, Marseille

Institut d'Ergologie – CEPERC – UMR 7304 – Aix-Marseille Université  
s.maillot@orm-paca.org

A presente contribuição se insere na sequência de um trabalho de pesquisa conduzido nas ciências humanas e sociais sobre a temática das mobilidades profissionais – tese de filosofia conduzida no quadro de uma convenção industrial de formação pela pesquisa (CIFRE) –, associando o Institut d'Ergologie (Aix-Marseille Université) e o Observatoire Régional des Métiers (ORM, Marseille). Ela se propõe refletir sobre os cruzamentos entre «mobilidades profissionais» dos indivíduos levados a mudar de situação profissional e «espaços territoriais» no seio dos quais se jogam tais mudanças. Para fazer essa reflexão, o texto *re-situa*, num primeiro tempo, a temática das mobilidades profissionais ao observar as transformações do mundo do trabalho. Ele fornece a seguir, sucessivamente, esclarecimentos sobre a mobilidade profissional considerada como «atividade de transição» e sobre as dinâmicas territoriais entendidas como fruto de processos plurais de configuração. A partir daí, propõe *in fine* redefinir o conceito de território.

---

22 A tradução deste texto para o português foi realizada por João Viana Jorge.

## **Mobilidades profissionais e transformações do mundo do trabalho**

Abordar o tema das mobilidades sob o ângulo das «mobilidades profissionais» mais do que sob o das «mobilidades geográficas» implica considerar não os deslocamentos dos indivíduos no seio de um espaço territorial, mas o conjunto das mudanças que pontuam o traçado das trajetórias da vida no trabalho, quer se trate de mudanças de emprego, de ofício, quer de estatuto, de funções... No campo do emprego e da formação, o interesse pela problemática das «mobilidades profissionais» – associado à promoção de diversos modelos de «flexissegurança»<sup>23</sup> – cresceu exponencialmente no decurso dos últimos vinte anos. Tal interesse deve estar relacionado com as evoluções do mundo do trabalho. Desse ponto de vista, um certo baralhamento das fronteiras tradicionais do trabalho pode ser assinalado tanto no plano jurídico como no organizacional ou ainda no que respeita à recomposição das regulações coletivas.

No plano jurídico, os quadros do emprego assalariado, herdados da sociedade fordista, são fortemente postos em causa por toda a espécie de evoluções: multiplicação de formas atípicas de emprego; possibilidades crescentes – nomeadamente na França – para os empregadores de se libertarem do direito do trabalho por via do recurso a derrogações ou a exonerações (Gaudu, 2000); dificuldade acrescida

---

23 Diferentes referenciais, enquadrando a colocação em segurança dos trabalhadores face à flutuação da mão de obra no seio dos sistemas produtivos, emergiram na Europa no decurso dos últimos anos. Pôde-se, assim, pôr-se a questão da «securização dos percursos profissionais», da «segurança do emprego», da «segurança social profissional» ou ainda de «flexissegurança». Numerosos relatórios de peritos foram elaborados com destino aos atores encarregados de pôr em prática políticas de emprego – podem citar-se de memória os trabalhos da comissão europeia em matéria de flexissegurança constituindo o fulcro da estratégia europeia para o emprego tal como explanada na viragem dos anos 2000; os trabalhos produzidos em França desde 1995 pela comissão Boissonat propondo a implementação de um «contrato de atividade»; o relatório Suplot advogando, em 1999, um «estado profissional das pessoas»; o relatório Cahuc-Kramatz avançando em 2004 pistas para a ação por uma securização dos percursos profissionais; os trabalhos do *Conseil d’Orientation pour l’Emploi* (COE), o relatório Lemoine et Wasmer em 2010, etc. A produção pericial foi alimentada por numerosos trabalhos de pesquisa mobilizando quadros de análise oriundos do conjunto das ciências humanas e sociais (economia, sociologia, ciências da gestão, filosofia, direito ...).

em distinguir entre diferentes formas de trabalho tais como o trabalho independente e o trabalho subordinado – em virtude de uma maior autonomia na subordinação e de uma maior submissão na independência (Supiot, 2000) –; baralhamento dos limites estatutários das atividades profissionais através de um cúmulo legal de diversos estatutos para uma mesma pessoa – é o caso, por exemplo, dos (auto) empreendedores reformados na França ou ainda dos trabalhadores pobres beneficiários do rendimento de solidariedade ativa (RSA), que relevam de diversas lógicas jurídicas diferentes (assistência e emprego) – etc. Em resumo, há um certo número de anos, abriu-se um imenso campo de reflexão respeitante à colocação dos trabalhadores em segurança, a propósito das evoluções do mundo do trabalho.

No plano organizacional, numerosos marcos são igualmente objeto de profundas transformações: as unidades tradicionais de lugar, de tempo e de ação tendem a desaparecer em proveito de modulações permanentes das condições de trabalho. Assim, as paredes da empresa não mais bastam para situar as atividades profissionais dos assalariados que intervêm, daí em diante, em espaços extremamente diversificados. Testemunha isso o exemplo de um técnico de telecomunicações que recebe por via eletrônica instruções respeitantes à sua missão junto de um ou outro cliente, sem que lhe seja necessário tornar a passar nos escritórios da empresa que o emprega.

O tempo dedicado ao trabalho coloca igualmente questões quando, por exemplo, a seguir à lei das 35 horas em França, ela se fragmenta para certas populações e em certos setores, nomeadamente quando a redução do tempo de trabalho (RTT) é acolhida em pequenas zonas aleatórias em função das evoluções do volume de produção, caso em que um risco de desestruturação dos tempos não somente de trabalho, mas identicamente de vida quotidiana se pode verificar.

A unidade de ação é, do mesmo modo, posta em causa por diversas evoluções: trata-se de conduzir diversos projetos ou ações ao mesmo tempo, o hábito do *zapping* – passar de uma coisa a outra sem transição – generaliza-se, a intensificação das interações sociais ligada à terciarização das atividades produtivas, aumenta o volume das tarefas relacionais, comunicacionais e informacionais... Outros tantos elementos que recompõem a ação no trabalho que se desdo-

bra de aí em diante, concomitantemente, em diversos planos. Outros exemplos, pondo em evidência uma recomposição geral da relação do homem com o trabalho, poderiam ser apontados.

A essas evoluções correspondem novas formas de controle e de regulações. É o que salienta Pierre Zarifian quando avança a ideia de uma reviravolta de uma «sociedade de controle disciplinar» numa «sociedade de controle do compromisso. Segundo ele,

*«esse controle do compromisso» distingue-se profundamente do controle disciplinar por não mais impor o molde das «tarefas», da atribuição de um posto de trabalho, do encerramento na disciplina de fábrica. Não se encerra mais nem no espaço nem no tempo. Cessa de se apresentar como um encarceramento na cela de uma prisão, ela própria sob constante vigilância. (...). Passa-se do molde à modulação, do encerramento à circulação ao ar livre, da fábrica à mobilidade interempresas. Tudo se torna modulável: o tempo de trabalho, o espaço profissional, a ligação com a empresa, a competência, a remuneração... A própria contratualização deixa de ser rígida e estável. Torna-se, ela própria, negociável. Tudo é permanentemente susceptível de ser repostado em causa, modificado, alterado.» (Zarifian, 2004).*

Consequentemente, se o assalariado se encontra mais livre nos seus movimentos, suporta, todavia, a tensão de uma pressão permanente sobre os resultados que tem de alcançar e de que tem de prestar contas. Nesse contexto, redesenha-se também a relação do indivíduo com os coletivos de trabalho. Esses coletivos se recompõem sob diversas formas: a figura da rede, policêntrica por excelência, substitui, pouco a pouco, o modelo piramidal da grande empresa industrial. As relações sociais na empresa não se processam da mesma forma: o indivíduo se encontra simultaneamente integrado – não pode justificar um serviço prestado ou um volume de negócios senão inserido numa comunidade de participantes que interagem permanentemente – e mais isolado – o que se traduz através de uma individualização dos conflitos, uma individualização dos critérios de *performance*, uma individualização dos riscos,

etc. A recomposição das regulações se desdobra através de coletivos de geometria cada vez mais variável.

O conjunto dessas transformações se inscreve, por fim, em temporalidades cada vez mais aceleradas – tal coletivo não terá por exemplo efetividade senão durante o tempo de um projeto, um contrato estará submetido à duração de uma missão, etc. Também se pode adiantar que essas evoluções testemunham o que um autor como Rosa designa, quando evoca a experiência da nossa modernidade, como uma «experiência da aceleração» (Rosa, 2010). Experiência, cujas palavras mestras respeitantes à esfera do emprego, do trabalho e da formação profissional são as seguintes: «mobilidade», «flexibilidade», «adaptabilidade», «transições», «formação e orientação ao longo de toda a vida», «construção de percursos», etc. Cada um desses termos manifesta, a seu modo, uma relação algo nova com o trabalho, integrando a norma da mudança como dado adquirido das trajetórias profissionais. Por «mobilidade profissional» é, pois, preciso entender uma passagem do singular para o plural. *A priori*, uma trajetória consiste, a partir daí, na combinação de uma multiplicidade de «lugares» possíveis: múltiplos empregos, múltiplos ofícios, múltiplos contratos de trabalho, múltiplas formas de ocupação – trabalho, formações, licenças, desemprego –, diversos estatutos, etc. Assim, pensar a mobilidade profissional é pensar na articulação desses diversos elementos ou desses diversos momentos. O tema das mobilidades profissionais levanta todo um conjunto de questões respeitantes às temporalidades através das quais se jogam as mudanças que hoje encontram homens e mulheres chamados a serem «atores das suas trajetórias».

A mobilidade profissional se remete também a dois tipos de mudanças:

- Mudanças *de* trabalho através de mudanças de ofício, de processos de reconversão ou de bifurcações profissionais, mudanças de posto (de trabalho), de estatuto, de função, de estabelecimento... Trata-se aqui de «mobilidades visíveis», manifestando alterações significativas de «lugar» no xadrez social da distribuição do trabalho; mobilidades que são

identificadas e organizadas como tal por intermédio de dispositivos, de leis, de medidas, em resumo, através de todo um arsenal de instrumentos postos em vigor para acompanhar as «transições ao longo de toda a vida» e «*securizar* os percursos profissionais».

- Segundo tipo de mudanças em jogo por intermédio da questão das mobilidades profissionais: não se trata agora da mudança de trabalho (ou da mudança de lugar no seio de um sistema produtivo), mas, sobretudo, do trabalho que muda ou das mudanças *do* trabalho que reenviam, dessa vez, para processos de mobilidade menos visíveis, mesmo desapercibidos como tal e que ancoram nas evoluções das atividades produtivas (evoluções das profissões e dos setores de atividade, mudanças tecnológicas e organizacionais, flexibilização dos quadros do trabalho, transformação da prescrição que não mais incide sobre o modo de fazer, mas sobre os resultados a alcançar, etc.). Essas mudanças *do* trabalho sempre existiram, mas aplicam-se hoje a temporalidades de mais curta duração, através de processos de transformação contínuos e cada vez mais rápidos das organizações produtivas, o que pode – a curto, médio ou longo prazo – limitar a capitalização da experiência, quer dizer a transformação em patrimônio individual e coletivo dos modos de proceder para obter o que é pedido. Ora, acontece que é mesmo na experiência do trabalho que se prepara, se constrói ou, contrariamente, se encontra impedida a construção de um percurso profissional. Há, também, uma relativa *coextensividade* entre as «mobilidades visíveis» — mudanças *de* trabalho— e as «modalidades invisíveis» ou desapercibidas como tal – mudanças *do* trabalho.

Resumindo, a questão das mobilidades profissionais se joga num fundo de transformações do mundo do trabalho no seio de uma economia da «flexibilidade», que caracteriza o que se pode chamar «o advento de um novo compromisso produtivo». Este não mais assenta na troca entre uma força de trabalho num tempo dado contra uma remuneração, mas na troca entre o envolvimento dos

indivíduos no trabalho (em todas as suas dimensões: cognitiva, psíquica, afetiva, biológica...) e a garantia da sua «empregabilidade»<sup>24</sup> ao longo de toda a vida, quer dizer da sua capacidade de destaque face às transformações do mundo do trabalho e aos modos como elas impactam o traçado da sua trajetória. Os termos do compromisso entre empregador e assalariado não são mais os mesmos: não se trata mais, para o primeiro, de garantir um «emprego para a vida» numa empresa, senão de assegurar o desenvolvimento das competências, a valorização da experiência, etc. Quanto ao assalariado, para ele não se trata de cumprir um certo número de tarefas num tempo dado, porém de ser adaptável, elástico, reativo e criativo para gerir o aleatório de um ato produtivo cada vez mais complexificado e para fazer face aos azares de uma trajetória sujeita a formas recorrentes de mobilidade.

O que muda não é, pois, uma maior ou menor mobilidade no mercado de trabalho – a questão permanece em aberto e mistura simultaneamente o estrutural e o conjuntural (Amossé, 2008) –, mas é, sobretudo, «o envelope das palavras», ou seja, o discurso que social, política e juridicamente enquadra a relação de trabalho que já não é o mesmo. Assiste-se à orquestração discursiva de uma verdadeira retórica da mudança que se traduz em todo um conjunto de injunções para que cada qual se torne «ator» do seu percurso.

### **Entender a mobilidade profissional como atividade de transição**

No cerne dessas reflexões, coloca-se, com toda a evidência, a questão do *desenvolvimento das pessoas no trabalho*: Como é que a mudança está, de algum modo, «metabolizada» por aquele ou aquela que passa por essa experiência? O que é que garante a coesão da «entidade-sujeito» que, ao mesmo, tempo suporta a mudança e se

---

24 Entendemos a noção de empregabilidade como a capacidade de se manter empregado e de desenvolver o seu percurso profissional em função das interações entre as características da envolvente do trabalho e as potencialidades dos indivíduos (saúde, formação, experiência, etc.)

transforma através dela? O que é que do ser permanece, prossegue, se apaga ou se rompe? Para responder a essa pergunta, importa lembrar que à injunção mais ou menos formal da mobilidade profissional, mantida por todo um conjunto de dispositivos discursivos, responde uma verdadeira «atividade de transição» posta em vigor por pessoas que, na penumbra das suas vidas singulares, experimentam uma mudança (Mailliot, 2012).

Por «atividade de transição» entende-se compreender que a mudança não pode impor-se unilateralmente economizando o encontro da vida com o trabalho que, através das escolhas que o orientam, empreende sempre a reposição em história dos discursos e das normas que tendem a circunscrevê-la. A atividade de transição em questão remete, assim, para a relação entre o que se pede para «ocupar tal lugar social» e o que a pessoa põe em prática para responder ao que dela se espera e «construir o seu próprio lugar» num envolvimento de normas jurídicas, econômicas, sociais, técnicas e organizacionais determinadas. Para cada um, isso remete a estratégias diversificadas de mobilidade profissional: o recurso aos dispositivos não pertinentes senão a partir do momento em que serve um projeto orientado de acordo com as finalidades próprias do «sujeito» que sofre a experiência da mobilidade profissional. *Ao contrário*, acontece que as pessoas, colocadas como profissionais no centro dos dispositivos, entram muito frequentemente numa espiral da transição de que penosamente saem, passando sucessivamente de empregos subvencionados, a períodos de desemprego, de formações de curta duração a estágios repetitivos, etc. Nesse caso, a força abusiva dos dispositivos opera uma categorização dos detentores de direitos (relegando-os para segmentos secundários do mercado de trabalho e negando-lhes a possibilidade de se tornarem não somente atores, mas também autores das suas trajetórias de vida de trabalho (Brun, 2010; Crocco, 2010). Coloca-se, então, a questão de saber em que espaços e segundo que temporalidades uma experiência das normas oriundas dos dispositivos pode ter lugar a fim de favorecer uma experiência da mudança que constitua igualmente produção de si.

## **Mobilidades profissionais e dinâmicas territoriais**

Adiantados esses elementos, importa perguntar em que medida a organização das mobilidades profissionais se cruza com a questão das dinâmicas territoriais e, portanto, com a da configuração dos territórios.

O cruzamento dessas duas temáticas verifica-se, de fato, quando o tecido produtivo de certos territórios é atingido por fenômenos de reestruturação (encerramento de instalações industriais, por exemplo). Coloca-se, assim, a questão de saber em que medida a reclassificação dos assalariados despedidos pode contribuir para a redinamização do território. Essa questão, no cerne das políticas públicas de emprego, não consegue encontrar uma resposta evidente. Sabe-se, com efeito, muito bem que, em caso de implantação de novas atividades em territórios em vias de reestruturação, não são necessariamente as mesmas pessoas que são despedidas de um lado que se beneficiam da criação de emprego no outro. Na região Paca (Provença, Alpes, Côte d'Azur) na França, o exemplo da bacia do Gardanne, passando da exploração das minas de carvão para o desenvolvimento da microeletrônica ilustra bem essa situação.

Na verdade, existe uma real dificuldade em articular o desenvolvimento das trajetórias individuais e o dos territórios. Tudo se passa como se o tratamento de cada uma dessas problemáticas se encontrasse compartimentado através da colocação em prática de dispositivos, nomeadamente oriundos de políticas públicas em matéria de emprego e de formação, que dizem respeito quer a pessoas, quer a territórios, mas que, na verdade, dificilmente conjugam ambos. Duas retóricas, — uma respeitante à securização dos percursos profissionais e a outra à institucionalização dos territórios — tendem a sobrepor-se através de todo o tipo de jogos discursivos sem na verdade se encontrarem.

Por exemplo, as modalidades de mobilidades profissionais individuais se cristalizam no que se chama «áreas de mobilidade» através de instrumentos tais como o código ROME na França – relatório operacional dos ofícios e dos empregos. Esse instrumento traduz as competências e capacidades adquiridas pelos indivíduos e utilizáveis numa série de ofícios conexos, apesar de o uso de

um vocábulo, espacial, através da noção de «áreas de mobilidade», não integrar, entretanto, em nada a questão dos territórios em que as pessoas deverão mover-se. Inversamente assiste-se, desde há alguns anos, a uma verdadeira territorialização das políticas públicas de emprego e de formação através da multiplicação de órgãos de coordenação tais como os PRIDES – polos regionais de inovação e de desenvolvimento econômico e social; polos de competitividade; CLEF – comités locais de emprego-formação; MDE – casa do emprego –, etc. Esses organismos estão encarregados da/ou participam na colocação em prática de dispositivos territoriais que tendem a desenvolver, nomeadamente, experiências de GPECT – gestão pre-visional dos empregos e das competências. Desse ponto de vista, a ação pública prescreve a configuração dos territórios por meio de um certo número de dispositivos sem que sejam necessariamente tidas em conta outras lógicas e componentes que igualmente animem e configurem a vida dos territórios.

Entre esses outros componentes, que podem classificar-se de ecológicos no sentido de assentarem nas interações entre o homem e o meio, dois merecem ser citados.

Primeiro componente: o espaço territorial se caracteriza pela tomada em conta de um sistema produtivo local, constituído por empresas reunidas à volta de uma cadeia de valores e nas proximidades. Isso induz um «trabalho do território» ligado intrinsecamente ao trabalho produtivo que suporta. Ela pode ser qualificada, por exemplo por Raulet-Crozet (2008), de «lógica construída» ou «emergente» no sentido de ser fruto das interações ligadas às atividades produtivas.

Segundo componente: o território não existe sem os homens e as mulheres que o habitam e que fazem escolhas de vida negociando a sua pertença a diferentes esferas de compromissos. As diferentes ancoragens – profissional, associativa, cidadã, sindical, familiar... — em jogo na construção dos percursos de vida, vêm influenciar o equilíbrio em construção entre «lógicas prescritas» dos territórios, por meio dos dispositivos oriundos da ação pública, e «lógicas construídas» pelas organizações produtivas constitutivas do tecido econômico.

Assim, é preciso sublinhar que a feitura da história de um território conjuga, ao mesmo tempo, dimensões produtivas, legislativas e humanas, cuja combinação nada tem de evidente. Ela é fruto de uma

intricação complexa entre prescrições e construções oriundas de instâncias diversificadas – atores públicos, organizações produtivas e populações.

Por exemplo, em certos setores de atividade e em certas zonas de emprego, a falta de atratividade dos ofícios pode ter sido originada em «nós históricos», misturando normas oriundas dessas três instâncias. O exemplo do fechamento dos estaleiros navais de La Ciolat (França) nos anos 90 dá-nos conta disso: hoje, algumas fileiras de formações industriais, cheias de futuro em termos do desenvolvimento de uma atividade de reparação da fruição recreativa de luxo em La Ciolat, têm dificuldades em suscitar vocações e em encontrar candidatos entre os jovens da região. Esse estado de coisas não deixa de estar relacionado com o traumatismo vivenciado pela população local, faz agora 25 anos, tendo sido causado, entre outros, pelo fato de se dissuadirem os jovens de entrar nos ofícios dos «pais» — os ofícios da indústria naval.

Esse exemplo mostra que a temporalidade de um território leva a tomar em consideração uma história que enlaça, ao mesmo tempo, desafios emprego-formação, um tecido produtivo local bem como um tecido social, cuja imbricação, de acordo com os acontecimentos, tem incidências em várias gerações. Um território não pode, com efeito, ser pensado independentemente da sua história, quer dizer independentemente dos modos como se conjugam os elementos oriundos de «encontros de encontros» (Durrive & Schwartz, 2009), eles mesmos portadores de historicidade.

Tudo isto coloca *in fine* a questão de saber *quem* faz as normas que configuram um território: as instâncias prescritivas são plurais e fortemente intrincadas com lógicas emergentes, elas próprias ligadas à atividade das empresas, das populações e dos atores públicos portadores de uma ação política a pôr em prática. É a imbricação desses três elementos que recria, de cada vez, a ação territorial local específica.

Esses elementos nos encaminham para uma definição do território como espaço necessariamente movediço, apoiando-se, portanto, num pensamento não fixista do território, visto que é, ele próprio, o produto de percursos dos homens e das empresas equipados e articulados em diferentes escalas.

## Referências Bibliográficas

- Amossé, T. (2008). L'évolution de la mobilité professionnelle de 1975 à 2002. Quelques enseignements statistiques. URL: [www.coe.gouv.fr/IMG/pdf/Thomas\\_Amosse\\_-CEE-25112008.pdf](http://www.coe.gouv.fr/IMG/pdf/Thomas_Amosse_-CEE-25112008.pdf)

- Brun, G. (2010). Dispositifs de maintien en emploi et d'insertion professionnelle des travailleurs handicapés: deux approches en question. *Relief* n°42, Marseille, Céreq.

- Crocco, M. (2010). L'insertion par l'activité économique: entre dispositifs, normes et valeurs. *Relief* n°42, Céreq.

- Durrive, L. & Schwartz Y. (2009). *L'activité en dialogues. Entretiens sur l'activité humaine II*. Toulouse: Octares Editions.

- Gaudu, F. (2000). L'évolution du droit du travail. Conférence dans le cadre de la *Mission 2000 en France*, L'Université de tous les savoirs, URL: [http://www.canal-u.tv/themes/droit/generalites/l\\_evolution\\_du\\_droit\\_du\\_travail\\_francois\\_gaudu](http://www.canal-u.tv/themes/droit/generalites/l_evolution_du_droit_du_travail_francois_gaudu)

- Mailliot, S. (2012). *Penser les processus de changement à travers l'expérience de la mobilité professionnelle*. Aix-en Provence, Aix-Marseille Université. Thèse de doctorat en philosophie, diffusion ANRT.

- Raullet-Crozet, N. (2008). La dimension territoriale des situations de gestion. *Revue française de gestion*, 184, 137-150.

- Rosa, H. (2010). *Accélération. Une critique sociale du temps*. Paris: La Découverte.

- Supiot, A. (2000). Les nouveaux visages de la subordination. *Droit social*, 586.

- Zarifian, P. (2004). Contrôle des engagements et productivité sociale. *Multitudes*, 3, n°17.

## ■ Capítulo 4 ■

### *Trabalho informal e desenvolvimentos*

#### ■ 4.1. Introdução ■

*Luís FERNANDES*

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto  
jllf@fpce.up.pt

O trabalho informal está hoje, nas sociedades ocidentais, crescendo e adquirindo maior visibilidade? As três contribuições que constituem este capítulo, dedicado ao tema «trabalho informal e desenvolvimento», não colocam explicitamente a questão – mas ela está subentendida nas problemáticas que propõem. Elas têm como fio condutor a análise crítica daquilo que está acontecendo no trabalho e das formas que vão sendo ensaiadas para sobreviver na zona de incerteza instaurada pelas suas profundas transformações.

Na primeira das três contribuições, Tine Manvoutouka interroga a definição de trabalho informal, procurando aclarar até que ponto e de que modo ele é conceitualizável. Como dar conta dessa forma de trabalho que parece não responder aos modelos de referência que enquadram o trabalho em sentido estrito numa sociedade de mercado e de direito?

O trabalho informal é uma noção que recobre todo um conjunto heterogêneo de atividades econômicas fora do alcance regulamentar do Estado. Não é um setor bem delimitado, mas uma dispersão de fontes e oportunidades de rendimentos que tem na informalidade e na ausência de legalidade as suas marcas. Não deixa de ser significativo que Tine Manvoutouka comece a sua proposta analítica invocando o caso da África, onde o trabalho informal representa,

em muitos países, a parte maior da economia, num contexto político marcado ora pela desorganização do Estado, ora pela sua inoperância enquanto regulador da vida coletiva. A essa luz, que estará o crescimento do trabalho informal querendo dizer acerca dos poderes de gestão do social nos nossos países? Que estará ele anunciando acerca do modo como estamos produzindo (des)regulações e (des)equilíbrios, no quadro da mundialização em curso?

Nos capítulos 2 e 3, tanto Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes como Teresa Medina respondem a essas questões a partir da identificação das principais características que vêm adquirindo uma parte considerável do mundo do trabalho: rarefação, segmentação e fragmentação do estatuto do trabalhador, alteração do seu papel na construção da experiência biográfica dos atores. E, como pano de fundo transversal a todas elas, a precariedade. Esse processo de transformação tem, na leitura dos autores, uma matriz ideológica, que Teresa Medina enunciou desta forma no seminário que originou esta publicação: «Exaltada pela ideologia dominante, a precariedade no trabalho aparece travestida de capacidade de adaptação aos ‘novos tempos’, de flexibilidade, competitividade, empreendedorismo ou modernidade. Para a maioria daqueles que vivem do seu trabalho, significa a instabilidade, a insegurança, a impossibilidade de planejar o futuro, um horizonte de incertezas».

Esse horizonte de incertezas, diz-nos Teresa Medina, torna-se um operador de novas identidades sociais coletivas: do «precário», do «recibo verde<sup>25</sup>», do «desempregado». E Agostinho Silvestre e Luís Fernandes acrescentam que tal horizonte pode constituir oportunidade para aquilo a que chamam empreendedorismo de margem: não inscrito no trabalho formal, executado com base em posições sociais desvalorizadas ou excluídas, exemplificando com a figura do arrumador de automóveis.

---

25 N.E «Recibo verde» utilizado aqui para designar um “falso trabalhador independente”, que, embora esteja a exercer funções no âmbito de uma relação salarial, declara remuneração como trabalhador independente, isto é, em recibos verdes. As despesas com a segurança social passam, então, a ser da sua responsabilidade.

Muitas atividades do trabalho informal testemunham a nossa capacidade de integrar o que a ideologia neoliberal repete e reclama: que sejamos inovadores e empreendedores. Somos capazes da nossa iniciativa. Mas ela é pessoal, feita à nossa custa, não nos compromete com o social como nos comprometia o trabalho quando era uma força de coesão. O trabalho informal exacerba a lógica do privado, a resolução individual e individualista dos problemas. Mesmo no trabalho formal, a pressão exercida pela precariedade e pelas fileiras do desemprego incita ao exacerbar à competição e à concorrência. Que efeitos isto está tendo nas relações interpares e nas solidariedades coletivas? Já que o trabalho regulado, contratado, formal nos concede cada vez menos lugar, temos de nos reinventar nas suas margens – eis o que parece estar dizendo-nos o trabalho informal. O trabalho dantes era a estratégia central da *struggle for life* – agora, a vida parece girar em torno do *struggle for work*...

## ■ 4.2. Até onde e como se pode conceitualizar o trabalho informal?<sup>26</sup> ■

*Tine MANVOUTOUKA*  
CNRS, CEPERC UMR 7304, 13621  
Aix-Marseille Université  
roth.tine@gmail.com

### ■ Introdução ■

Embora hoje se admita que a noção de desenvolvimento recorte, simultaneamente, dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, essa noção está, todavia, estreitamente associada ao crescimento econômico. Com efeito, historicamente, o desenvolvimento faz sempre, mais ou menos explicitamente, referência ao processo de industrialização que a Europa sofreu no séc. XIX. A revolução industrial vai efetivamente modificar profundamente o mundo do trabalho no Ocidente e contribuir para o progresso econômico e social das populações. Assim, se o estudo do mundo do trabalho acompanhou o progresso econômico e social na Europa, não será então necessário prestar a mesma atenção ao trabalho na África negra? A questão do trabalho aparece com efeito, desde a origem, nas teorias do desenvolvimento, como subordinada à de crescimento. Os estudos sobre o desenvolvimento e o trabalho na África negra fazem então aparecer uma categoria estranha às análises econômicas existentes— o trabalho informal: o trabalho que «não serve para nada» em termos de crescimento (Lautier, 2012). Se o setor informal não é, na verdade, uma especificidade das economias africanas, todavia as características e a importância econômica e social desse setor, na África, conferem-lhe um carácter singular. O trabalho informal representa até dois terços da atividade nesse continente. Nas grandes cidades do Sahel,

---

26 A tradução deste texto para o português foi realizada por João Viana Jorge.

ele é o principal fornecedor de emprego, reagrupando entre 65% e 80% do emprego urbano. 90% dos novos empregos são criados no setor informal (Rapport BIT, 2007-2008). O trabalho informal ocupa assim um lugar central nos debates sobre o desenvolvimento, nas ciências sociais. Este texto propõe-se questionar a sua definição, a sua pertinência e as suas funções.

## 1. Definição clássica do trabalho informal

### 1.1. Emergência da noção de informal

A literatura sobre «o setor informal» é imensa, tanto nas publicações das instituições internacionais como nas publicações acadêmicas. A palavra «informal» fez sucesso nos anos 70 na literatura socioeconômica dos países do terceiro mundo. Esse setor é efetivamente um dos fatores sobre o qual assenta a dinâmica das economias em desenvolvimento e, em particular, as do continente africano, em que assegura uma grande parte do emprego e dá resposta às necessidades elementares das populações. Na África negra, o setor informal agrupa atividades tais como o pequeno comércio ambulante, a banca informal, os seguros informais, as oficinas de sapataria, de alfaia-taria, de olaria e de carpintaria, o artesanato, a agricultura urbana, a reparação de automóveis, os transportes e também o trabalho doméstico que é o menos visível, mas o mais expandido (Verlet, 2005).

É o célebre relatório Kenya do *Bureau international du travail* (BIT) que emprega, pela primeira vez, em 1972, a expressão «setor informal» para designar realidades muito diversificadas. O relatório Kenya enumera sete características para agrupar as atividades que escapam às normas legais e estatísticas:

- facilidade de acesso à atividade;
- utilização de recursos locais;
- propriedade familiar da empresa;
- atividade em escala reduzida;
- uso de técnicas privilegiando o recurso a mão de obra;
- qualificações adquiridas fora do sistema oficial de formação;
- mercados concorrenciais e sem regulamentação.

Essa definição está longe de ser definitiva e não recolhe a unanimidade dos peritos mesmo no seio das instituições internacionais. Assim, cada autor elabora frequentemente a sua própria definição em função do seu terreno de estudo. O problema da definição dá perfeitamente conta do polimorfismo do setor informal e da dificuldade em englobar as diversas realidades observadas. Pode-se, por isso, pensar que a generalização do uso do termo «informal» é devida principalmente à sua imprecisão. O «informal» questiona efetivamente a definição de trabalho *stricto sensu*, quer dizer o trabalho moderno, formal e assalariado. Ora, o salariado não é mais do que um quadro social possível entre outras formas de enquadramento (Vatin, 2010). De um ponto de vista epistemológico, defrontamo-nos aqui com uma noção imprecisa.

Contudo, podem assinalar-se dois critérios que reúnem, mais ou menos, a unanimidade dos investigadores ao definir o setor informal: o tamanho – todas as estruturas de menos de cinco pessoas, por exemplo — e o do desrespeito pela lei — todas as estruturas não registradas na contabilidade nacional. Uma outra questão que vem imediatamente à cabeça quando se procura definir o setor informal é evidentemente a da fronteira entre atividades ilícitas e atividades lícitas não regulamentadas. Também aí alguns relatórios excluem as atividades criminosas das suas áreas de estudo, mas para outros a delimitação é menos evidente. Em resumo, o campo da economia informal seria circunscrito às atividades por natureza lícitas, mas ilegais no seu funcionamento (Lautier, 1994). Fala-se, aliás, de atividades «alegais» ou «apolíticas» mais do que de atividades ilegais (Ngary, 2008).

Em 1993, o BIT adota uma definição internacional do setor informal a fim de acabar com a confusão entre ilegal, subterrâneo e informal e o define

*«como um conjunto de unidades produzindo bens e serviços com vista principalmente à criação de empregos e de rendimentos para as pessoas implicadas. Essas unidades, com fraco nível de organização, atuam em pequena escala e de modo específico, com pouca ou nenhuma divisão entre o trabalho e o capital enquanto fatores de produção. As relações de trabalho, quando existem, são sobretudo fundadas no em-*

*prego ocasional, nas relações de parentesco ou nas relações pessoais e sociais e menos em acordos contratuais prevendo garantias em boa e devida forma» (Charmes, 2002).*

Essa nova definição estatística – com finalidade claramente operacional – permitiu compreender os mercados de trabalho contemporâneos dos países em desenvolvimento e fornecer uma cartografia estatística.

## **Enquadramento do trabalho informal**

A problemática que anima as pesquisas sobre o setor informal é, antes de tudo, de ordem prática e política: trata-se com efeito de saber se o setor informal apresenta uma solução para a pobreza e para o «subdesenvolvimento». Podem-se, pois, distinguir duas épocas na visão do setor informal promovida pelas instituições internacionais. Uma época de políticas de «formalização» do setor informal, quer dizer em que se quis regulamentar essas atividades, enquadrá-las, promovê-las, fornecendo meios suplementares do desenvolvimento das atividades dos trabalhadores do setor informal. E uma época em que o setor informal se torna o lugar de absorção dos efeitos sociais da crise, quer dizer, em que o setor informal pôde reabsorver as perdas de emprego do setor público e das indústrias, na sequência das políticas de austeridade dos planos de ajustamento estrutural. Com efeito, a multiplicidade das atividades e o seu papel em termos de emprego e de contribuição para o PIB interrogam a consideração do setor informal pelas políticas públicas. Para serem duráveis, terão essas atividades necessidade do apoio do Estado? Como garantir um trabalho decente – no sentido do BIT – aos trabalhadores desse setor sem regulamentação estatal? Desse modo, a problemática colocada pelos poderes públicos é a seguinte: como facilitar a integração do setor informal na economia e nas instituições nacionais de modo a aumentar-lhes as *performances* e melhorar a proteção social dos trabalhadores sem por isso reduzir a sua capacidade de absorção da mão de obra e de gerar rendimentos?

Entretanto, as boas razões para enquadrar o setor informal fazem parte daquelas evidências que convém discutir. Porque enquadrar quer dizer impor uma dada lógica. Ora, as origens dessa atividade, a sua natureza prática e a cultura que lhes dão sentido constituem três dificuldades maiores de formalização. Com efeito, o sucesso das políticas de «formalização» do setor informal é muito mitigado: A quem se dirigem essas políticas de apoio? Os que recebem o auxílio são mesmo aqueles que dele mais carecem? Leva-se um apoio às muito pequenas empresas ou àquelas que entram mais facilmente nos quadros já existentes? Que lógica anima os protagonistas dessas atividades: uma lógica de acumulação ou uma lógica de reprodução familiar? Quais são as suas necessidades reais?

Finalmente diremos, de um lado, que o setor informal não se constituiu contra o direito, mas para além do direito, e, por outro lado, que o setor informal não é um «setor», quer dizer um domínio definido de atividade. Com efeito, se se encontram na literatura das ciências sociais do desenvolvimento as noções «de economia», de «setor» e de «trabalho» para falar do informal, tais categorias colocam um problema metodológico central. Falar «de economia» informal pressupõe, duma penada, uma autonomia em relação à vida social em geral. Falar de «setor» reduz o informal às suas funções econômicas («ele não serve para nada»), ou sociais (criação de emprego e luta contra a pobreza). Na nossa análise, vamos utilizar mais o termo "trabalho informal" que permite uma visão mais microscópica e (ainda) ultrapassar o dualismo setorial formal/informal. O trabalho informal não pode ser confinado num setor devido à sua extrema heterogeneidade e à sua presença em todos os níveis da vida econômica e social dos países do Sul. É realmente difícil separar as atividades formais das atividades informais, um emprego formal de um emprego informal. Assim, não se confere à noção uma fraqueza terminológica, uma ausência de análise real duma forma de trabalho inapreensível por instrumentos historicamente inadaptados? Porque a definição de informal não se esgota no contrário de formal, o que levaria a negar as suas origens, a sua natureza e a sua cultura. É por isso que defendemos a seguinte tese: Para compreender e transformar uma atividade, é preciso primeiro procurar o que faz sentido para ela, qual lógica a anima.

## **2. Definição do trabalho informal passando por uma análise da atividade**

### **O trabalho informal, uma forma de organização social**

Se é evidente que as atividades que compõem o trabalho informal não são «informais» em sentido estrito, quer dizer sem forma, o que é que as diferencia do trabalho formal?

O trabalho informal é mesmo um trabalho *à part entière* com normas e com valores. Ele é mais difícil de dominar porque a realidade da vida do coletivo é tal que o econômico se enreda nas atividades sociais (Nouroudine, 2010). Como delimitar, por exemplo, numa mesma atividade, três funções diferentes, nomeadamente de venda, de oferta e de autossustentação? Desse modo, limitar o informal ao setor econômico seria demasiado redutor. De um lado, o informal é antes de tudo uma forma de organização social que encaixa o econômico no social. Por outro, o setor informal mantém ligações estreitas com o setor econômico regulamentado tanto nas atividades semelhantes como nas razões da sua existência – ou de resistência – devido às dificuldades da economia oficial em responder às necessidades da população. Encontra-se o trabalho informal em todas as atividades – rurais, nos serviços, no comércio, nas atividades urbanas, no setor público. A subcontratação informal necessita das grandes empresas internacionais, as oficinas de reparação e de manutenção se abastecem no mercado formal. Observa-se uma tal interdependência entre trabalho formal e informal que não se conseguiria compreender um emprego formal independentemente do emprego informal. Com efeito, as duas atividades – formal e informal – combinam-se frequentemente para poder suprir necessidades (por exemplo, um trabalho assalariado com uma venda doméstica ou a utilização de material de trabalho para fins pessoais).

O trabalho informal responde a uma lógica diferente da economia oficial na medida em que não serve ao crescimento econômico. Mas não preenche ele outras funções? Se a finalidade da produção informal não é a acumulação de capital e os recursos não são forçosamente reinvestidos na produção, representam, em compensação, um investimento relacional (Latouche, 1998). O dinheiro ganho é,

assim reposto de imediato em redes como as *tontines*<sup>27</sup>. O trabalho informal gera receitas ainda que precárias e fornece empregos ainda que precários; dois critérios, aliás retidos na definição internacional do BIT. Além das suas funções econômicas, ele contribui para uma regulação ao mesmo tempo política e local.

### **Contribuição da *démarche* ergológica para a análise do trabalho informal**

Como reconhecer, no trabalho, o que faz sentido ou tem significado? Como pensar a relação com o trabalho, na África? Que modo de produção de conhecimentos utilizar?

Segundo o sociólogo Jean-Marc Ela, convém tomar precauções metodológicas e epistemológicas quando se fala de economia informal. Por exemplo, que significa empreender nesse setor? Para Ela (2009), os *bricoleurs* não são «empresários». Não obedecem às mesmas normas que estes. Na economia informal, frequentemente apelidada também de economia popular, o recrutamento não obedece ao critério de competência, mas se assenta num sistema que ele qualifica de discriminação. O patrão é frequentemente um membro da família, do clã ou da aldeia. Desse modo, as normas de eficácia e de produtividade que regem o mundo das empresas do setor privado não se encontram na economia popular. Esta responde mais a uma necessidade de segurança. Aliás, as atividades desse setor não apresentam grandes riscos: o capital investido é muito reduzido, há um retorno rápido desse capital (frequentemente um só dia), trata-se, na maior parte dos casos, da revenda a varejo em que prima a relação de proximidade. Jean-Marc Ela fala de normas de proximidade e do instante (Ela, 2009) – oriundas de uma relação de confiança. Assim, em termos de aceitação do risco e de acumulação de capital, os atores da economia popular seriam empreendedores, mas não empresários (Ela, 2009). Um outro exemplo diz respeito à aprendizagem, em que a relação entre patrão e aprendiz se situa fora das regras do direito estabelecido e se inscreve no sistema de obrigações da parentela

---

27 Uma *tontine* é uma associação em que os aderentes põem em comum as suas cotizações e recebem, um a um, essa poupança global.

reconhecidas nas sociedades africanas. Desse modo, as regras dominantes na aprendizagem não são salariais, mas consuetudinárias, hierárquicas e afetivas. A aprendizagem não remunerada e de uma duração de três anos, é paga no início da formação por um parente. Embora responda a normas muito estritas, elas não são codificadas por escrito. A aprendizagem é disfarçada de tutela com monopolização da autoridade e uma estrutura hierárquica forte nomeadamente no enquadramento e na vigilância dos aprendizes.

As causas e os constrangimentos exteriores – como as políticas de rigor orçamental ou as privatizações – não são suficientes para apreender a relação de trabalho na África. Para compreender a relação com o trabalho e a empresa nesse continente, é necessário decodificar os sistemas de valores que trabalham em profundidade os protagonistas do trabalho. Com efeito, como transformar o trabalho das pessoas das quais se ignora a visão do mundo e do sistema de normas que determinam o comportamento dos atores numa determinada sociedade? De que África falamos? Como é hoje o quotidiano dos jovens na África? Só inquéritos no terreno nos podem instruir sobre as relações entre o indivíduo e a família, entre o indivíduo e a sociedade, a fim de ultrapassar as abordagens que consideram as práticas sociais como um obstáculo ao desenvolvimento. Por exemplo, a ideologia do comunitarismo africano mascara as tensões e os antagonismos que podem existir entre homens e mulheres, entre velhos e novos, entre pobres e ricos (Ela, 2009) nas sociedades contemporâneas. Uma análise da atividade do trabalho informal permite realmente desvendar as estratégias de adaptação e «as formas específicas de regulação do trabalho» (Ela, 2009).

A *démarche* ergológica propõe efetivamente produzir conhecimentos e transformar o trabalho, partindo de reservas de alternativas presentes nas situações de trabalho. Ela sugere dar visibilidade aos saberes das pessoas que procuram transformar o seu meio de vida e de trabalho. Encontra-se, todavia, face a dois obstáculos maiores quando se pretende conceitualizar o trabalho informal.

Em primeiro lugar, as normas antecedentes que enquadram o trabalho – o trabalho prescrito veiculado, na maioria das vezes, oralmente – são dificilmente referenciáveis e apresentam um risco de erro de interpretação quando da sua formalização por um terceiro.

Da mesma forma, a existência de uma pluralidade de sistemas de normas no trabalho informal torna essas normas dificilmente identificáveis e separáveis. Pode-se, efetivamente, notar que o trabalho informal não se encaixa imediatamente numa forma conhecida de institucionalização do trabalho como o trabalho industrial ou o trabalho tradicional ou ainda uma forma híbrida. Aparecem, igualmente, dificuldades para pôr em palavras os saberes investidos na sua atividade pelos protagonistas do trabalho.

O segundo obstáculo diz respeito à própria categorização dos objetos em ciências sociais. Os objetos das ciências sociais são alvos movediços: eles têm debates de normas. Com efeito, se toda a atividade de trabalho é um lugar de arbitragens entre normas econômicas, organizacionais, sociais, pessoais, etc., então convém considerar as consequências epistemológicas que implicam uma tal definição ergológica do trabalho. O trabalho torna-se, desse modo, um objeto de estudo em constante evolução, isto é, as atividades humanas têm uma reatividade própria e modulam, à sua maneira, os quadros conceituais disciplinares, as normas e os métodos. A *démarche* ergológica enraíza efetivamente o desvio perpétuo entre os conceitos e os objetos que procuram descrever, numa antropologia filosófica que concebe o ser humano como um ser da **atividade**. A atividade introduz desconforto em todos os conceitos que procuram descrevê-la (Schwartz, 2000). Os conceitos forjados nas disciplinas devem retornar ao real e instruir-se nesse real, renunciando entretanto, a poder explicá-lo totalmente (Yvon & Durand, 2011).

Em conclusão, diremos que o trabalho informal não deve ser limitado nem a um setor nem a uma forma de ilegalidade. Ele deve ser definido em função da sua natureza prática, das suas origens e da sua cultura própria. Com efeito, a vontade de formalizar o informal leva a contestar a sua eficácia, a duvidar da sua racionalidade. A análise do trabalho sob todas as suas formas e na sua historicidade própria permitirá eventualmente sair da indefinição terminológica para falar do trabalho na África negra. Porque, antes de tudo, é bem de um problema de palavras que se trata. Como falar de realidades do trabalho que não entram nos quadros conhecidos? Qual é a pertinência das noções de «salariedade», de «capital», de «divisão de trabalho» e mesmo de «trabalho» para a análise das

atividades produtivas na África? Enfim, como a noção de trabalho mistura, simultaneamente, uma visão de conhecimento e uma outra de ação, é ainda mais urgente deixar um lugar à análise do trabalho nas ciências sociais do desenvolvimento a fim de se poder valorizar as regulações locais eficazes.

## Referências Bibliográfica

- Charmes, J. (2002). *Les origines du concept de secteur informel et la récente définition de l'emploi informel*. Worldbank working paper.

- Ela, J.-M. (2009). *Travail et entreprise en Afrique, fondements sociaux de la réussite économique*. Karthala: Paris.

- Latouche, S. (1998). *L'autre Afrique, Entre don et marché*. Albin Michel: Paris.

- Lautier, B. (1994). *L'économie informelle dans le tiers monde*. La Découverte: Paris.

- Lautier, B. (2012). Article développement. In A. Jobert, A. Mias, M., Lallement, & A. Bevort (dir.) *Dictionnaire du travail*. 178-184. PUF.

- Ngary B. N. (2008). *La modernisation quotidienne au Gabon. La création de toutes petites entreprises*. Paris: L'Harmattan.

- Nouroudine, A. (2010). Comment connaître le travail quand le travail n'est plus le travail? *Ergologia*, 3, 105-126.

- Rapport (2007-2008). *Economie informelle Afrique de l'Ouest*. Bureau International du Travail.

- Schwartz, Y. (2000). *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès Editions.

- Vatin, F. (2010). Entretien avec François Vatin. *Le Philosophe*, 34, 33-45.

- Verlet, M. (2005). *Grandir à Nima (Ghana) Les figures du travail dans un faubourg populaire d'Accra*. Paris: Karthala.

- Yvon F., & Durand, M. (dir.) (2011). *Réconcilier recherche et formation par l'analyse de l'activité*. Bruxelles: De Boeck.

### ■ 4.3. Mutações do trabalho e empreendedorismo de margem: o caso dos arrumadores<sup>28</sup> de automóveis ■

*Agostinho SILVESTRE* <sup>(1)</sup> e *Luís FERNANDES* <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Universidade Portucalense  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto  
agostinhosilvestre@sapo.pt

<sup>(2)</sup> Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto  
jllf@fpce.up.pt

O argumento que desenvolveremos ao longo das próximas páginas exige um esclarecimento prévio: Por que aproximamos dois objetos que têm sido construídos por campos distintos? Por que aproximamos desvio e marginalidade de trabalho, de precariedade e de desemprego?

As relações entre os dois campos são antigas: as práticas institucionais que apostavam no trabalho como forma de regeneração da ociosidade e da vagabundagem — tomamos aqui os termos da linguagem oitocentista — remontam ao período em que o binômio industrialização-urbanização foi fazendo emergir a cidade industrial moderna. É bem conhecida a dicotomia classes laboriosas/classes perigosas, que se encarregava de mostrar como o desenquadramento da moral do trabalho redundava em desordem. Até mesmo as estratégias educativas dirigidas à infância em perigo/perigosa tinham no trabalho a forma privilegiada de recondução moral das crianças e jovens – a casa de correção era, simultaneamente, escola e lugar de trabalho. A Casa Pia de Lisboa, exemplo maior desse tipo de estratégia disciplinar, remonta à sua fundação nos finais do século XVIII, e o seu modelo correspondia àquilo que Goffman conceitualizou como instituição total (Martins, 2010).

---

28 N.E. No Brasil, corresponde aos flanelinhas.

Essa relação antiga se inscreveu de tal modo no nosso sistema social que podemos identificar com facilidade juízos de senso comum acerca do modo de controlar toxicodependentes e prostitutas de rua, delinquentes e mendigos: «Andam nessa vida porque não querem trabalhar»; «Se fosse eu que mandasse, punha-os a todos a trabalhar». Quem não ouviu ainda essas frases, ecoadas como sentenças de governação que, por qualquer razão incompreensível, os que têm responsabilidades políticas não poriam em prática? E quem não as viu ainda aplicadas a novas categorias como «os do rendimento social de inserção» ou os «parasitas das prestações sociais»?

Além do rumor social, que condena o desvio e a marginalidade exatamente pelo afastamento que revelariam face ao poder disciplinador do trabalho, existe, de fato, algum tipo de relação particular entre ambos? As profundas mutações que ocorrem hoje no mercado de trabalho têm alguma ligação com trajetórias que conduzem os indivíduos para zonas de vulnerabilidade à pobreza, à exclusão, ao desvio, à marginalidade? Eis as questões a que dedicaremos este texto.

Antes, porém, completemos a advertência inicial: desvio/marginalidade e trabalho não são dois polos extremos, duas posições sociais opostas entre si. Um vendedor de drogas ilegais que tem, nessa atividade, a única ocupação e forma de sobrevivência está trabalhando? O nosso ordenamento jurídico diz que está praticando um crime punível com prisão – mas, na sua lógica pessoal, está trabalhando, como já demonstramos em pesquisas anteriores (Fernandes, 1998); uma mulher que angaria clientes na rua e tem relações sexuais com eles numa pensão está trabalhando? Na linguagem do senso comum, trata-se duma prostituta, ora olhada como vítima de determinadas condições sociais, ora da exploração dum «cafetão», ora como alguém que talvez pudesse trabalhar, mas «prefere aquela vida». Na sua lógica pessoal, muitas dessas mulheres, ao contrário da visão dominante a seu respeito, consideram que realizam um trabalho, como mostram várias investigações, de que destacamos, para o contexto português, a de Oliveira (2011).

E um arrumador de automóveis? É um pedinte ou está trabalhando? E se, analisado no seu quotidiano, revelasse uma faceta de empreendedor? Em tempos de celebração do empreendedorismo,

existiria também um empreendedorismo de margem? Procuraremos resposta para essas questões a partir de dois elementos: a análise crítica da literatura que tem por objeto as mutações em curso na estrutura e nas funções do trabalho; os resultados duma investigação etnográfica junto de arrumadores de automóveis em Guimarães, cujo trabalho de campo decorreu durante um ano, entre 2009 e 2010.

## **1. O trabalho na modernidade avançada ou o princípio da insegurança do emprego e da normalidade do desemprego**

Quando se compara a trajetória laboral típica, que vigorou, na maior parte dos países desenvolvidos da Europa, no período que se convencionou designar «trinta gloriosos», (1945-1975), com os percursos laborais de um número crescente dos nossos contemporâneos, resultam importantes indicações sobre as profundas e permanentes transformações registradas pelo trabalho nos últimos trinta anos nas sociedades de capitalismo avançado. Esse é um processo, aliás, que talvez ainda só tenha começado. Ao emprego contínuo, de tempo integral e de duração indefinida, em que a antiguidade no posto de trabalho era incentivada e premiada, já designado de «emprego clássico», em um ciclo de vida laboral que se iniciava com o fim da formação escolar e terminava com a reforma previamente programada e depois garantida (Alonso, 2004), sucede, pelo menos como tendência, o emprego intermitente, precarizado, descontínuo no trajeto vital e profissional do sujeito, de duração limitada ou incerta e com baixas remunerações. O desemprego persistente e a precariedade do emprego se configuram, assim, simultaneamente, como reveladores dessas transformações e como os seus efeitos mais visíveis.

Sabemos como são abundantemente debatidas as grandes limitações dos dados estatísticos recolhidos e construídos com base na categoria desemprego. Esse problema não é exclusivo dessa condição, mas é particularmente agudo nela, dado o significado político que lhe é imediatamente associado. Concordamos com Gautié (1998, p.78), quando afirma que «(...) numerosos estudos indicam que o desemprego global, tal como é medido, não pode ser um bom indicador da realidade que ele supostamente representa». Existe, no entanto, consenso entre os especialistas e teóricos sociais (Gorz, 1991; Offe, 1992;

Castel, 1998; Meda, 1999; Beck, 2000; Bauman, 2005) quanto ao fato de estarmos assistindo, sobretudo a partir dos anos 80 e com importantes pronunciamentos na década de 90 do último século, ao aumento do número de situações e de pessoas sem trabalho remunerado.

No contexto português e europeu, são vários os estudos e indicadores que dão conta da persistência de taxas de desemprego elevadas. Sirva-nos de exemplo o relatório de sistematização dos dados sobre o mercado de trabalho na União Europeia e em Portugal na última década, elaborado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional (2011). Esse relatório revela que, nesse período, a taxa média de desemprego em Portugal teve um crescimento quase sistemático, tendo passado de 3.9% em 2000 para 11% em 2010. Talvez mais significativo ainda seja o fato de o desemprego de longa duração (com tempo médio de 24 meses) ter passado de 1.7% em 2000 para 5.7% em 2010. Segundo o mesmo relatório, na UE-27 também se registrou, no período em análise, um aumento da taxa média de desemprego, de 8.7% em 2000 para 9.8% em 2010. Por outro lado, os contratos de duração limitada também registraram uma subida no conjunto dos países da UE-27, sendo em 2000 de 12,3%, representando, em 2010, 14% do emprego total. Essa subida foi particularmente pronunciada em Portugal, tendo passado de 19.9% em 2000 para 23% em 2010.

Quanto à precariedade do emprego, e ainda que sejam também muitas as controvérsias teóricas sobre esse tema (Oliveira *et al.*, 2011), a grande maioria das fontes e investigações estatísticas revelam o aumento dos contratos de trabalho de duração determinada; o trabalho de tempo parcial involuntário; os designados falsos trabalhadores independentes e também o emprego clandestino. Um estudo que analisou a evolução da precarização do emprego num conjunto de países da União Europeia, com base nos dados fornecidos pelo Eurostat (Oliveira & Carvalho, 2008), refere que, em que pese algumas diferenças, «o trabalho temporário se tem generalizado nos últimos vinte anos nos países membros da EU» e que o emprego precário (nesse estudo medido apenas pelo trabalho temporário) se tem instalado «progressiva e persistentemente em todas as gerações», embora seja a dos mais jovens «a mais afetada em todos os países europeus».

Conclui-se, de forma mais geral, que «os mercados de trabalho na Europa mostram uma mudança estrutural no sentido de uma rede-

finição das relações de emprego». Para as autoras, isso indicia uma nova relação salarial que, designam como *neoconcorrencial*, «na medida em que todos os países avançam para uma maior liberalização das relações de emprego, seja pela liberalização das demissões individuais e/ou coletivas, seja pela expansão do trabalho temporário ou pela combinação de ambas» (Oliveira & Carvalho, 2008, p. 561).

O que esses dados sugerem é que, mesmo que se apresentem com contornos e dimensões diferenciadas, o desemprego e a precarização do emprego são problemas persistentes em todas as sociedades europeias. Parecem configurar-se, aliás, como elementos estruturais do mercado de trabalho não apenas da Europa, mas também da maioria das sociedades de capitalismo avançado. Estaremos, assim, perante uma situação relativamente nova na história recente do trabalho: após ter sido o principal atrator e configurador da vida individual e coletiva, no que registrou um forte impulso nos anos que se seguiram à II Grande Guerra, assistimos à sua rarefação. Estaremos a caminho de confirmar a profecia de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho (Arendt, 1995)?

Seja por razões de ordem tecnológica, micro ou macroeconômica, política ou sociocultural, seja como resultado da sua conjugação, as sociedades contemporâneas de capitalismo avançado parecem dispensar, cada vez mais, o trabalho humano no processo de produção de bens e de serviços. O que, além de outras consequências, significa que o crescimento econômico pode já não ser hoje a condição suficiente para a diminuição do desemprego. Como salienta Alonso (2004, p.36), «no período do Keynesianismo triunfante, conhecemos o crescimento próximo do pleno emprego; depois, nos anos da crise, de desemprego sem crescimento e, desde o início dos anos noventa, conhecemos um período de crescimento sem emprego».<sup>29</sup>

---

29 Olhando os dados estatísticos sobre a taxa de variação do PIB na EU-27 e a sua relação com a variação do desemprego, constata-se que, pelo menos no período de 2000 a 2009, sempre que a taxa de crescimento do PIB diminuiu cresceu a taxa de desemprego, mas o crescimento da taxa real do PIB não se traduziu imediatamente no decréscimo do desemprego. Para que isso possa acontecer, é necessário que o crescimento do produto se situe acima dos 2%. (Alves, 2010). O mesmo se verificou em Portugal, que registrou uma recuperação econômica no período de 2004 a 2007, tendo, no entanto, mantido, nesse período, a tendência de subida da taxa de desemprego.

Num contexto econômico e social em que é possível produzir mais com menos trabalho humano, ganha alguma consistência a perspectiva de não haver trabalho para todos (Gorz, 1991; 2004; Offe, 1992; Beck, 2000), pelo menos na forma como os seus tempos se encontram socialmente repartidos. No entanto, seria redutor considerar o aumento do desemprego e a tendência para a generalização da incerteza do emprego como consequência do desenvolvimento das novas tecnologias ou mesmo da crescente racionalização da organização do trabalho. O desemprego e a precariedade não são apenas o resultado dos efeitos colaterais do funcionamento da economia.

Essas e outras características dos mercados de trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas, como a sua segmentação ou a fragmentação do estatuto do trabalhador (Berger & Piore, 1980; Silvestre, 2004), surgem também como estratégia de gestão macroeconômica do trabalho no quadro da globalização neoliberal. Dito de outro modo, o desemprego poderá constituir um fator na organização e na governação das políticas de flexibilização dos mercados laborais e de contenção salarial. Ora, essas questões jogam um papel importante nas estratégias de estabilização dos preços, necessárias ao cumprimento do imperativo da competitividade que orienta as economias de capitalismo avançado no contexto dessa forma de globalização.

É possível, portanto, admitir a tese de um «desemprego mínimo necessário» (Conter, 2007). Nessa perspectiva, o desemprego não significa apenas a privação de emprego, mas também uma forma de pressão sobre as condições de realização do trabalho com efeitos na desestabilização e precarização dos percursos laborais de muitos trabalhadores, alguns dos quais são relegados à condição de não empregáveis. E, igualmente, todos aqueles que por idade, incapacidade econômica, razões familiares, ausência de formação básica, dificuldades cognitivas, etc. não conseguem aceder à/ ou manter-se na formação profissional contínua ou aceder ao estatuto de empreendedor (ser empresário de si próprio, na expressão de Beck, 2000) — a não ser que decidam empreender nas margens.

### **1.1. Processos de marginalização avançada: a exclusão laboral no jogo de múltiplas relegações**

Num mercado de trabalho cada vez mais desregulado, produtor de incerteza e multiplicador de riscos sociais (Beck, 2002), o desemprego e a precariedade do emprego apresentam, ao mesmo tempo, indícios de forte diferenciação. E, de modo particular, em função do gênero, do nível de escolaridade e do grupo socioprofissional. Ainda que se apresente como geral e massivo, o desemprego é também desigual e seletivo (Maruani, 2004; Dubet, 2001).

As várias análises de caráter científico ou institucional sobre o desemprego nos países da União Europeia revelam que, embora com algumas oscilações, as taxas de desemprego das mulheres apresentam valores superiores às dos homens. Em Portugal, segundo o relatório do observatório do emprego e da formação profissional (2011), na década de 2000-2010 a taxa de desemprego cresceu 6.7% para os homens e 7.2% para as mulheres. De mais a mais, no período em análise, foram os desempregados com um nível de escolaridade inferior ou igual ao terceiro ciclo do ensino básico que registaram o maior crescimento nas respetivas taxas de desemprego, tendo aumentado cerca de 160%. No final de 2010, 26,9% do total das pessoas desempregadas registradas nos centros de emprego tinham apenas o 1º ciclo do ensino básico.

À luz desses dados, não surpreende que, segundo o relatório que estamos citando, seja nos grupos profissionais dos operários, artífices e trabalhadores similares, seja no dos trabalhadores não qualificados, verificou-se o maior aumento do número de desempregados na última década. Se são esses os grupos socioprofissionais que registram maior incidência de desemprego, são também eles que, por mais tempo, aí permanecem. De fato, em 2010, 54,8% dos desempregados encontravam-se à procura de emprego há mais de um ano, 29,4% dos quais (171,3 mil pessoas) há 25 meses ou mais. A percentagem de mulheres em situação de desemprego de longa duração era superior à dos homens, e 72% desses desempregados possuíam até o terceiro ciclo do ensino básico.

Estaremos, pois, num contexto econômico-social em que o mercado de trabalho é cada vez mais o centro de produção, reprodução e ampliação de velhas e novas desigualdades. Nessa lógica,

são dispensados grande parte daqueles trabalhadores que não reúnem condições, designadamente de capital escolar, para responder às permanentes inovações tecnológicas e à crescente racionalização da organização do trabalho. Como refere Alonso (2004, p.34), «as novas exigências do mundo laboral transformam muitos produtores em dificilmente empregáveis». Dito de outra forma, hoje muitos trabalhadores são considerados supérfluos, com pouca ou nenhuma possibilidade de regresso ao mercado de trabalho. O que reforça, aliás, a condição e aumenta a severidade da pobreza em que muitos deles já se encontravam mesmo trabalhando.

As mutações registradas pelo trabalho nos últimos anos vieram contribuir para aquilo que Wacquant (2001) designa como «marginalidade avançada». A expressão é simétrica à do «capitalismo avançado», e com ela o autor recobre a série de desinserções e marginalidades que proliferam como consequência dos mecanismos estruturais dessa nova fase do capitalismo. A marginalidade avançada seria também a expressão de uma nova forma de existência da pobreza. No período entre a II Grande Guerra e meados dos anos setenta do último século, ela estava fixada majoritariamente em comunidades da classe trabalhadora, acreditando-se poder ser reduzida com a expansão do mercado; nas sociedades atuais, ela tende a ser de longa duração. A primeira razão para o fato é a sua dissociação em relação aos ciclos econômicos. Essa marginalização está, além disso, confinada a bairros relegados, nos quais o isolamento e o acúmulo de problemas sociais se alimentam e se reforçam mutuamente. Como refere Dubet,

*«o declínio da sociedade salarial acarretou um deslocamento da questão social que se assemelha, em vários pontos, ao da época da entrada na sociedade industrial, na medida em que o núcleo dos problemas se desloca das fábricas para a cidade, para as periferias ou centros de cidade degradados, onde se concentram os grupos mais frágeis, mais pobres, mais estigmatizados». (Dubet, 2001, p. 9)*

Ademais das dificuldades que decorrem do funcionamento dos mercados de trabalho, o fato de se viver nesses territórios aumenta as dificuldades de conseguir emprego (L'Horty *et al.*, 2011; Wacquant, 2001). E, quando se consegue, trata-se de trabalhos pouco qualifi-

cados e exercidos em condições muito desfavoráveis, além do mais por via da discriminação salarial de que sobretudo os jovens são alvo (Couppié *et al.*, 2010).

Os trabalhos que estudam especificamente as configurações do desemprego e da precariedade do emprego nesse tipo de territórios em Portugal são relativamente escassos. Contudo, a simples observação de quem, como um de nós, trabalha há muito tempo com habitantes de bairros de habitação social no Porto, permite admitir que o desemprego é aí superior ao registado no país e mesmo na cidade. Além disso, a precariedade do emprego adquire dimensões e dinâmicas muito particulares: as modalidades do trabalho por peça e por dia são cada vez mais frequentes, não apenas para jovens, mas também para pessoas com mais de cinquenta anos, sobretudo mulheres. Não só o trabalho informal, bem como as ocupações ligadas à economia subterrânea adquirem importante expressão, o que tem levado alguns desses bairros a ser apelidados de «bairros das drogas» pela comunicação social.

Num estudo recentemente realizado num dos bairros dos arredores de Lisboa (Silva & Machado, 2010), além de se confirmar que a taxa de desemprego era «cerca de três vezes maior do que a nível nacional» (p. 203) e de que «há no bairro mais precariedade laboral do que no país», comparando a situação laboral dos jovens desse bairro com a de outros jovens, conclui-se que «são proporcionalmente muitos mais nas categorias profissionais mais desqualificadas e muito poucos nas mais qualificadas» (p.201).

Em síntese, numa situação de «penúria» de emprego, o fato de se viver num «bairro social degradado» pode condicionar ainda mais negativamente o percurso profissional dos que lá habitam. Viver nesses territórios significa, aliás, estar frequentemente em situação de múltipla rejeição, até porque «uma rejeição raramente vem só, fato que lhe confere um caráter especialmente violento» (Fernandes & Neves, 2010, p.319). O desprezo por essas populações não é, com efeito, apenas por parte dos empregadores, mas também da polícia, dos tribunais, dos serviços de apoio social (Wacquant, 2001) e dos próprios vizinhos (Dubet, 2001). Como se torna difícil a tarefa de

conseguir emprego (e muito mais complicado ainda mantê-lo) pelo menos no mercado formal, a saída para muitos dos seus habitantes poderá ser a informalidade do trabalho, ou o trabalho clandestino, de que releva a venda de drogas ilegais.

Analisaremos, a seguir, uma figura que emerge precisamente em consequência da problemática que desenvolvemos ao longo desta secção: o arrumador de automóveis. Sendo em si mesmo um ator do trabalho informal, ele tem a particularidade de ser, também, um assíduo cliente dum outro ator do trabalho informal, pois canaliza a maior parte dos seus ganhos para comprar do vendedor de rua do mercado de varejo de drogas ilegais o produto de que necessita para fazer face à sua dependência.

## **2. Arrumadores de automóveis e trabalho informal**

A figura do arrumador de automóveis fez a sua aparição nas ruas e praças das grandes cidades portuguesas há cerca de 20 anos. A sua visibilidade foi crescendo ao longo dos anos 90, datando, do final dessa década, as primeiras medidas municipais para tentar controlar a sua proliferação.<sup>30</sup>

O arrumador não tardaria a aparecer também nas cidades médias – e foi numa delas que desenvolvemos um trabalho de campo etnográfico do qual extrairemos os dados que nos levaram a olhar para o arrumador de automóveis como uma figura do trabalho informal e para a sua iniciativa de angariar meios de sobrevivência como empreendedorismo de margem.<sup>31</sup>

---

30 No Porto, criou-se uma resposta sócio-sanitária dirigida aos arrumadores de automóveis, o programa Há Porto Contigo, no final dos anos 90. Em 2002, a então recém-eleita coligação de centro-direita afirma haver na cidade cerca de 700 arrumadores e declara a vontade política da sua «erradicação» (termo utilizado pelo executivo camarário), a bem da restauração da ordem e do combate ao sentimento de insegurança, nascendo o programa Porto Feliz.

31 Fernandes e Araújo (2010) A vida do Andamento, para a descrição detalhada dos objetivos, da metodologia e dos principais resultados dessa investigação, levada a cabo no centro de Guimarães, num estudo solicitado e financiado pelo Departamento de Ação Social da Câmara Municipal de Guimarães. <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/20111024121157578687.pdf>

As definições de senso comum em torno do arrumador, construídas nas interações diárias nos espaços onde a sua presença era usual, diziam que se tratava dum toxicodependente de rua que lançava mão de um novo expediente para angariar o dinheiro de que necessitava para o seu consumo. O arrumador aparecia, pois, como uma nova modalidade do «agarrado», termo que se foi vulgarizando para designar o adicto às drogas duras, irrompendo num cenário que faria dele o promotor da interface entre toxicodependente e cidadão comum: as ruas da baixa, as zonas comerciais, as imediações de atratores automobilísticos, como hospitais, tribunais ou lojas do cidadão, eram os espaços que iam sendo apropriados pelos arrumadores, que criavam assim os «parques» – termo com o qual designavam o território que consideravam sob a sua alçada.

A sua presença continuada criaria rapidamente um estereótipo que o associava às drogas e à exclusão social. Encontramos na figura abaixo uma caricatura desse estereótipo:



O arrumador de automóveis é, portanto, um novo ator da rua: utiliza-a como lugar de sobrevivência, apropria-se de certas zonas do espaço público montando aí a sua atividade. Se tomarmos a rua no sentido que lhe dá Delgado (2011, pág. 27), o de «um cenário predileto para a teatralização de diferentes segmentos identitários que compõem uma sociedade, (...) uma entidade dinâmica e instável, elaborada e reelaborada constantemente pela prática dos seus utilizadores», podemos dizer que o arrumador de automóveis é também seu criador – porque as margens também criam centro.

## 2.1 Trajetória

A seguir, vamos nos reportar aos dados do trabalho de campo etnográfico na baixa e no centro histórico de Guimarães, que vieram corroborar, no seu essencial, os dum estudo exploratório anterior realizado no Porto (Matias e Fernandes, 2009). A trajetória típica dos indivíduos que encontramos na rua cuidando de automóveis, todos do sexo masculino e na sua maioria entre os 25 e os 45 anos, inclui entre as características centrais uma relação longa com drogas (mais de 10 anos em todos eles, em alguns casos mais de 20) e uma relação instável com o trabalho formal: pertencendo ao segmento secundário do mercado laboral, têm entrada às vezes precoce nele, por vezes mesmo antes da idade legal, consequência do abandono precoce da escola. A baixa escolarização lhe determina um percurso laboral marcado pela execução de tarefas pouco diferenciadas e pela descontinuidade, oscilando entre a desocupação e o trabalho itinerante e precário. Tome-se, como exemplo, a passagem da construção civil a uma tinturaria, desta a uma tipografia; ou de açougueiro a operário fabril, da fábrica para a construção civil.

É também comum, entre quase todos, uma situação familiar, tanto da família de origem como da que formaram, marcada por conflitos e rupturas. A convergência entre essas circunstâncias e a degradação da situação face ao trabalho acaba por ter um desfecho também frequente entre os arrumadores com quem contactamos: a saída de casa, sujeitando-se à itinerância do alojamento, oscilando

entre quartos de pensão, passagem temporária por casas de familiares e, não raramente, a situação de sem abrigo.<sup>32</sup>

À medida que escala na sua dependência química, complica a trajetória laboral, que se torna ainda mais marcada pelas experiências de curta duração e pela precariedade. Até que o trabalho aparece quase como uma impossibilidade, difícil de se vincular com a realidade da síndrome de abstinência e da vida de rua. A abstinência, conhecida como ressaca na gíria de rua, é temida pelo adicto, que tendencialmente organiza todo o seu quotidiano para poder escapar dela. Ser um «ressacado», ou simplesmente um «ressaca», é estar numa espécie de estado identitário que representa um dos graus mais baixos a que chega um «agarrado». A ressaca é, pois, um verdadeiro princípio de ação, marcando a temporalidade e determinando o quotidiano do ressacado, todo ele organizado em função de evitá-la. Para isso, tem de consumir heroína ou base de coca (depende de qual seja a droga nuclear da sua dependência), para consumir tem de comprar, para comprar tem de ter dinheiro. É, nesse ponto, que alguns exibem então o seu lado empreendedor.

## 2.2 Um empreendedorismo de margem

O termo empreendedorismo tem se instalado no discurso social, constituindo atualmente um daqueles refrões com que se compõem frases nos debates mediáticos e na retórica política. No entanto, ele não é novo. Parece ter surgido no ambiente intelectual francês nos séculos XVII e XVIII, definindo-se o empreendedor como uma pessoa ousada e atrevida que procurava a exploração de novos meios

---

32 A relativa novidade do arrumador é provavelmente o fator responsável pela quase inexistência de investigação a seu respeito. Uma das poucas caracterizações que encontramos, realizada a partir dos arrumadores identificados pelo projeto Porto Feliz da Câmara Municipal do Porto e relativa a 2005, é convergente com os nossos dados: «cerca de 90,2% é do sexo masculino, 84,7% desempregada, 82,1% toxicodependente, média de idades situada nos 35 anos e com o 6º ano de escolaridade. Para cerca de 66,1%, o ‘arrumar carros’ consiste na principal fonte de rendimento. 65% apresentam-se infectados pela Hepatite C e 31% são infectados pelo VIH (ou HIV). Aproximadamente metade da amostra era Sem-abrigo (49,4%) e cerca de 33,6% afirma não fazer qualquer refeição quente por dia» (Fonseca in Costa, 2007).

econômicos com vista ao progresso social (Gaspar, 2006). No início do século XIX, Richard Cantillon distingue entre o capitalista, que é aquele que fornece dinheiro para a atividade econômica, e o empreendedor, que é aquele que é responsável por gerir o investimento do capital (Gaspar, 2006).

É interessante notar como essa distinção entre quem dá e quem gere o dinheiro está ainda presente na forma como o Instituto do Emprego e Formação Profissional conceitua atualmente o empreendedorismo: a banca\*, através dos principais grupos financeiros, aparece, nos Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), como mediadora da atividade do empreendedor.<sup>33</sup> Só que agora o empreendedor é procurado entre os atingidos pelo crescimento do desemprego, entre os jovens sem formação universitária à procura do primeiro emprego, entre os trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, no último ano de atividade, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida. Ou seja, o Estado aciona mecanismos para promover o empreendedorismo para grupos em situação de vulnerabilidade, que é uma zona perigosamente vizinha da pobreza — se antes se associava o empreendedorismo ao lado expansivo do capitalismo, ele aparece hoje associado ao seu lado retrativo.

Se o termo não tem nada de novo, a sua recuperação como categoria central para o atual discurso sociopolítico releva daquilo a que já se convencionou chamar individualismo contemporâneo. Não é aqui o lugar para explorar as suas várias facetas, desde o definhamento das lógicas coletivas e solidárias à medida que se afirma o papel do sujeito como principal autor da sua trajetória, até a secundarização das condições estruturais que constroem os atores em favor da afirmação do seu (des)mérito individual. Na área do trabalho, isso equivale a responsabilizá-los tanto pela obtenção do emprego como pelo seu desempenho nele, tanto pela sua perda como pelo tempo que permanecem na situação de desempregados.

---

33 No *site* oficial do Instituto do Emprego e Formação Profissional: [http://www.iefp.pt/apoios/candidatos/CriacaoEmpregoEmpresa/Paginas/Apoios\\_Criacao\\_Empresas.aspx](http://www.iefp.pt/apoios/candidatos/CriacaoEmpregoEmpresa/Paginas/Apoios_Criacao_Empresas.aspx)

\* NE: “banca” em Portugal, refere-se ao Conjunto de Bancos e Instituições Financeiras.

Em suma, se a consequência mais notada da desregulação é o poder desestruturador que essa desregulação exerce sobre a vida individual e coletiva, ela é também espaço de emergência de outras formas de expressão e organização do trabalho, incentivadas por uma nova vaga de matriz ideológica para a sua revalorização em torno da noção de empreendedorismo. Incorporada no discurso político, considerá-la uma virtude a ser promovida ou um mal a ser combatido é apenas questão da posição de cada um no espectro ideológico.<sup>34</sup>

Mas, independentemente da ideologia, empreendedorismo significa identificar oportunidades e transformá-las em negócio, identificar novos métodos e/ou mercados. É o que faz o arrumador, com a originalidade de o fazer a partir dum desengajamento do trabalho formal e duma posição social desvalorizada e relegada ao ostracismo – um empreendedorismo a partir da margem, portanto. É como se ele viesse a dar continuidade à desqualificação do empreendedorismo na escala social: começando por ser distintivo de certos empresários e gestores, passa a ser comportamento a que se veem coagidos os que se encontram nas fileiras do desemprego e acaba nas ruas, como característica daqueles que têm de sobreviver nas margens.

A presença do arrumador de automóveis nos centros urbanos é, pois, marcada pela ambiguidade: está apenas cuidando de carros, interage amigavelmente com o motorista, que chega, quando a relação é já de confiança, a entregar-lhe a chave do carro ou a acreditar que vigia o carro. Mas gera também inquietação, contribuindo para alimentar a intensificação do sentimento de insegurança, seja pela associação que se faz com a droga, seja pelo receio das retaliações que exerce sobre o automóvel quando não recebe dinheiro (Matias e Fernandes, 2009).

---

34 Dê-se, como exemplo, o Projeto de Resolução Política apresentado em Assembleia da República pela bancada do PSD em março de 2012, que «recomenda ao Governo a promoção de incentivos ao empreendedorismo jovem (...) considerando que o empreendedorismo seja no momento presente uma alavanca, um meio e um fim para atingir os objetivos pretendidos pelos jovens que enfrentam este que é o maior flagelo da atualidade, o desemprego» (pág. 2). Esse projeto de Lei foi aprovado pela maioria PSD/CDS, com abstenção do PS e votos contra do PCP e do BE. In <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=36837>

É justamente no reconhecimento de que se trata duma figura da desordem que, em 2002, o Dec. Lei 310/2002 estipula que o exercício da atividade de arrumador de automóveis deverá ser objeto de regulação municipal, estabelecendo as condições para o respectivo exercício da atividade.

Mas também essa regulamentação legal gera ambiguidade: embora pretenda livrar as cidades duma figura de errância de rua, reconhece, simultaneamente, que o exercício da atividade de “arrumador” de automóveis é uma profissão, como decorre da alínea 1 do artigo 16º do Dec. Lei 310/2002, que determina que esse exercício sem licença ou fora do local – zona –, indicado na regulamentação, é punido com multa de 60 a 300 euros...

### **2.3 O arrumador de automóveis como figura do trabalho informal**

Cuidar de carros é, então, um trabalho ou simplesmente uma estratégia para pedir dinheiro na rua? Nas cidades que regulamentaram por iniciativa autárquica o decreto-lei 310/2002, ele é simultaneamente trabalhador formal e ilegal: formal para os poucos que conseguem a licença de arrumador, ilegal para os muitos que continuam nessa prática nascida espontaneamente nas ruas.

A regulamentação legal vem afinal formalizar, como tantas vezes acontece na área do direito, uma situação que se pressentia já como relevando do trabalho. Atentemos na reportagem que o jornal *A Página da Educação* publicou no final dos anos 90 do século passado com o título *Arrumadores de automóveis: histórias de um esquema paralelo de vida*<sup>35</sup>:

*‘Arrumar carros é só um desenrasque. Se eu pudesse arranjar outro trabalho deixava esta vida...’. Uns vêem assim as coisas. Outros acham que arrumar carros é ‘uma profissão como outra qualquer’ e que não gostavam de fazer outra coisa.*

---

35 *A Página da Educação*, nº 1, ano 0, reportagem de Ricardo Costa intitulada *Arrumadores de automóveis: histórias de um esquema paralelo de vida*.

*Afinal, como explicou o Paulo César, 29 anos, com lugar cativo frente ao hospital de Santo António, 'às vezes chega-se aos 300 contos por mês'. Exagero ou não, o fato é que umas seis horas diárias de trabalho podem render a um arrumador de automóveis não menos do que 80, 90 contos mensais. Com um pouco mais de trabalho, chega-se aos 100, 120 contos. Uma verdadeira profissão de 'sucesso', aqui retratada em três breves histórias.*

Conseguir angariar o mínimo para as necessidades diárias através dum empreendedorismo de margem correspondeu, no caso dos arrumadores, a uma reentrada no circuito da cidade. E é provavelmente por isso que se torna importante, olhado a partir do seu próprio ponto de vista, considerar que se está realizando algo parecido com um trabalho. Foi o que mostrou a pesquisa de terreno, quando analisamos, em pormenor, aquilo que fazem e como o fazem dia após dia, no seu «parque».<sup>36</sup>

Os dados empíricos mostram que a sua atividade se configura como um trabalho essencialmente por quatro ordens de razões:

- razão econômica: porque ela remunera as necessidades mínimas, permitindo o reestabelecimento duma certa normalidade do quotidiano de indivíduos, cujas trajetórias estavam em desorganização avançada;
- razão existencial: porque ela estrutura a jornada diária, organizando o tempo e conferindo assim um sentido à ação.
- razão subjetiva: porque o indivíduo se percebe como trabalhador, mostrando, em muitos casos, responsabilidade pela tarefa e pelo compromisso com o «cliente» e ocupando como que um posto que tem de defender da concorrência.
- razão prática: porque, não raro, o indivíduo presta de fato um serviço, embora de valor discutível — no que não é diferente, aliás, de muitos outros trabalhos.

---

<sup>36</sup> Para a caracterização das rotinas diárias do trabalho num «parque» remetemos para *A vida do Andamento*: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/doDument/20111024121157578687.pdf>

Voltemos, para finalizar, à questão com que abrimos esta seção: cuidar de carros é, então, um trabalho ou simplesmente uma estratégia para pedir dinheiro na rua? Talvez seja algo que oscila entre ambas as atividades. Mas é, sobretudo, o movimento contrário daquele que mais facilmente reconhecemos, que é o do trabalhador que, por uma série de vicissitudes, entra numa espiral de degradação do vínculo social que acaba no isolamento. Se, em muitos casos, a trajetória dum «ressacado» o conduz até a um qualquer lugar urbano onde arruma automóveis, persistir nessa estratégia pode levar a uma «carreira» de arrumador que revela algum poder de readmissão, ainda que não valorizada socialmente, nas atividades diárias duma urbe.

### Referências Bibliográficas

- Alonso, L. (2004). La sociedad del Trabajo: debates actuales. Materiales inestables para lanzar la discusión. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 4, 21-48.

- Alves, N.A. (2010). Evolução articulada do PIB e do desemprego. Portugal e a média da União Europeia, 2000- 2009. In Carmo, R. M. do (org), *Desigualdades sociais 2010- Estudos e indicadores*. Lisboa: Mundos sociais.

- Arendt, H. (1995). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (7ª Edição)

- Bauman, Z. (2005). *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Barcelona: Gedisa Editorial.

- Beck, U. (2000). *Un nuevo mundo feliz – la precariedad del Trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.

- Beck, U. (2002). *Libertad o capitalismo - Conversaciones con Johannes Willms*. Barcelona: Paidós.

- Berger, S. & Piore, M. (1980). Dualism and discontinuity. *Industrial society*. Cambridge: University Press.

- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes.

- Conter, B. (2007). Plein-emploi ou chômage nécessaire: la

stratégie européenne pour l'emploi, entre utopie et pragmatisme. *Politique européenne*, 1, 21-40.

- Costa, E. (2007). *Poder Local e Exclusão Social: o Projecto Porto Feliz*. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro

- Couppié, T. et al. (2010). Lieu de résidence et discrimination salariale: le cas des jeunes habitants dans une zone urbaine sensible. *Économie et statistique*, 433-434, 47-70.

- Delgado, M. (2011). Distinción y estigma. Los jóvenes y el espacio público urbano. In J. Trilla, J. Casal, C. Feixa, M. Figueras, A. Planas, O. Romani, J. Saura e P. Soller (eds.). *Jóvenes y espacio público. Del estigma a la indignación*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

- Dubet, F. (2001). As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*, 17, 5-19.

- Fernandes, L. (1998). The world of the dealer and the exposure to dust. *Itaca – Magazine of the European Society of Professionals Working with Drug Dependences*, 3, 71-84.

- Fernandes, L. e Neves, T. (2010). Controlo da marginalidade, violência estrutural e vitimações coletivas. In C. Machado. *Novas formas de vitimação criminal*. Braga: Psiquilíbrios, Edições.

- Gaspar, F. (2006). *A Influência do Capital de Risco e da Incubação de Empresas no Empreendedorismo e na Mortalidade das Jovens Empresas*. Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada, Lisboa.

- Gautié, J. (1998). Da invenção do desemprego à sua desconstrução. *Revista MANA*, 4, 2, 67-83.

- Gorz, A. (1991). *Metamorphoses du travail, Quêtê du Sens – Critique de la raison économique*. Paris: Glileè.

- Gorz, A. (2004). *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: ANNABLUME, Editora.

- L'Horty, Y. et al. (2011). Les effets du lieu de résidence sur l'accès à l'emploi: un test de discrimination auprès de jeunes qualifiés. *Économie et statistique*, 447, 71-95.

- Maruani, M. (2004). *Activité, Précarité, Chômage: Toujours Plus? Revue de L'OFCE*, 90, 95-115.
- Martins, C. (2010). A casa pia de Lisboa como Instituição Total e o Governo do Aluno Surdo. *Educação, Sociedade e Culturas*, 30, 95-111.
- Matias, M. e Fernandes, L. (2009). Desarrumar o Medo... O Arrumador de Carros como Figura do Medo na Cidade. *Toxicodependências*, 15, 3, 9-22.
- Meda, D. (1999). *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de século
- Observatório do Emprego e Formação Profissional (2011). *Aspetos estruturais do mercado de trabalho*. Lisboa: OEFP.
- Offe, C. (1992). *La sociedad del trabajo – Problemas Estructurales y perspectivas de futuro*. Madrid: Alianza Editorial.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na vida*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, L. & Carvalho, H. (2008). A precarização do emprego na Europa. *DADOS- Revista de Ciências sociais*, 5, 541-567.
- Oliveira, L. et al. (2011). Formas atípicas de emprego na União Europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 27-48.
- Silva, A. & Machado, L. (2010). Trabalho e desemprego entre jovens de um bairro social. In Carmo, R. M. do (org), *Desigualdades sociais 2010 – Estudos e indicadores*. Lisboa: Mundos sociais.
- Silvestre, A.R. (2004). *Desvio com via dupla: trabalho e drogas na construção de carreiras desviantes*. Tese de Mestrado (não publicada), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da U.P, Porto.
- Wacquant, L. (2001). *Parias Urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Manantial.

#### ■ 4.4. As margens do sistema formal e regulado do trabalho - processos de formação e de recomposição identitária ■

*Teresa MEDINA*

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas  
Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais - IHC/FCSH/UNL  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto  
tmedina@fpce.up.pt

Como realçado, na reflexão introdutora desta obra, por Renato Di Ruzza e Marianne Lacomblez, não pode haver desenvolvimento se o trabalho não for considerado em todas as suas modalidades e em toda a sua complexidade.

Ora, a precariedade e o trabalho informal se assumem, cada vez mais, como manifestações evidentes das transformações e recomposições em curso no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo em que o desemprego se torna massivo e aumenta a desregulação e a desregulamentação do trabalho e das relações laborais, ao mesmo tempo em que diminuem significativamente os rendimentos do trabalho e aumenta a pobreza, diversas formas de trabalho precário, de trabalho informal e atípico, dentro e fora das empresas e serviços, vêm crescendo de forma muito significativa, constituindo-se como uma das faces mais sombrias do atual modelo de desenvolvimento, com profundas implicações sociais.

Em nível dos locais de trabalho, ponto nodal onde se expressam e se articulam muitas dessas mudanças, mas não exclusivamente, os efeitos são marcantes e avassaladores, como Dejours (1992, 1997, 2006) tem posto em evidência. Algumas pesquisas desenvolvidas em Portugal, no âmbito das Ciências da Educação (Correia e Matos, 2001; Medina, 2008; Guimarães, 2011), abrangendo trabalhadores de diferentes setores profissionais (professores, trabalhadores dos setores têxteis, do vestuário, da construção civil, da metalurgia, das conservas e bancários), refletem igualmente sobre as

transformações sentidas nos últimos anos no mundo do trabalho e sobre as consequências do aumento do desemprego, da insegurança e da precariedade no trabalho nos processos de (auto)formação e de recomposição identitária dos trabalhadores, no desenvolvimento de mecanismos de solidão, submissão e conformação, mas também de solidariedade, resistência e luta.

### **A instabilização do mundo do trabalho**

Uma análise mais detalhada das transformações que se têm verificado torna visível um conjunto muito significativo de elementos e dados que permitem uma melhor caracterização e identificação dos seus sentidos e a percepção dos seus impactos nas relações de trabalho e na vida de milhares de trabalhadores e das suas famílias.

De fato, não é possível falar hoje sobre o mundo do trabalho, em Portugal, sem levar em conta os elevados índices de desemprego de longa duração, o aumento brutal das taxas de desemprego (15,9% da população ativa)<sup>37</sup>, que atinge quase todos os setores profissionais e faixas etárias (35,9% nos jovens entre os 16 e os 24 anos)<sup>38</sup>; a generalização dos contratos a prazo, temporários, *ao metro*, à peça, à tarefa, ao domicílio; o crescente recurso a empresas de trabalho temporário e de trabalho clandestino; a generalização de contratos individuais e de falsos «recibos verdes»<sup>(39)</sup> e a extinção ou caducidade dos contratos coletivos; a mobilidade crescente (interna e externa) imposta a muitos trabalhadores, dificultando a criação de laços profissionais e familiares; as mudanças frequentes de local de trabalho e/ou de funções/tarefas a desempenhar, inviabilizando a construção de profissionalidades sólidas e de carreiras profissionais com um mínimo de estabilidade; as alterações constantes da legislação laboral e os efeitos retroativos dessas mudanças, pondo em causa as relações contratuais preexistentes e atingindo não só os trabalhadores no

---

37 Dados do Eurostat, 1 de outubro de 201.

38 Dados do Eurostat, 1 de outubro de 2012.

39 N.E. “Recibos verdes” são contratos de trabalho com profissionais autônomos, sob os quais, às vezes, se escondem relações de trabalho assalariado (ver nota acima).

ativo, mas também os desempregados; a liberalização das dispensas individuais e coletivas; o aumento brutal dos horários e ritmos de trabalho; a perda da dignidade do trabalho e de inúmeros direitos adquiridos pelos trabalhadores, apelidados agora de «privilégios inaceitáveis».

Ao mesmo tempo em que cada vez mais pessoas não conseguem ver assegurado o seu direito ao trabalho, e são atiradas para o desemprego e para as margens do sistema formal e regulado do trabalho, parcelas crescentes das vítimas do processo de globalização em curso, do encerramento, da reestruturação ou deslocalização de empresas e serviços, são chamadas a trabalhar «à margem do sistema» (quantas vezes no interior das próprias empresas) ou a desenvolver esquemas de trabalho informal que lhes permitam assegurar condições mínimas de sobrevivência. É assim que é possível assistir à proliferação de trabalhadores assalariados sem qualquer tipo de contrato, de vínculo profissional, de proteção social ou seguro de acidentes de trabalho, com salários muito abaixo do contratado ou mesmo com salários em atraso (situações cada vez menos alvo de fiscalização pela inspeção de trabalho, fortemente limitada na sua capacidade de intervenção). Mas é assim, também, que tende a crescer, de forma significativa, todo um empreendedorismo mais ou menos «marginal», que se traduz num sem número de autonegócios informais e «biscates» de diversos matizes, corporificando, de certa maneira, a ideologia dominante do «empresário de si mesmo», mas crescentemente remetido para situações de quase clandestinidade e cada vez mais alvo de controle e criminalização das suas atividades, sendo os seus protagonistas, muito deles em situações extremas de vulnerabilidade pessoal e social, confrontados com exigências legais e fiscais impossíveis de cumprir.

A essas situações de informalidade e precariedade no trabalho, acrescem ainda outras, que se poderiam designar como de «transições precárias» e que têm a ver com a multiplicação de formas intermediárias entre o desemprego e o emprego ou entre percursos de formação e percursos de trabalho. A promoção do trabalho «voluntário», a que são incentivados jovens estudantes ou desempregados, a proliferação de estágios profissionais de diversa índole, determinados estágios curriculares, a situação em que se encontram milhares de bolsistas, a exigência de «trabalho socialmente necessário» (eufe-

mesmo criativo) ou a imposição de frequência de ações de formação (em nome da «empregabilidade») a beneficiários do rendimento social de inserção e/ou do subsídio de desemprego, configuram, apesar de aspectos positivos que possam conter, formas «novas» ou «recauchutadas» de gerir o desemprego e a inserção profissional, de eliminar (ou não criar) postos de trabalho que respondem a necessidades permanentes das instituições e de diminuir o valor do trabalho, que alimentam e retroalimentam um mercado que vive da precariedade.

Está, assim, em curso, e de forma muito acelerada, um processo de instabilização do mundo do trabalho, a «desestabilização dos estáveis», de que fala Castel (1999, 2000), e que se caracteriza sobretudo pela precarização (a que alguns chamam de «flexibilização») dos vínculos profissionais e dos contratos de trabalho.

Contudo, nos discursos neoliberais dominantes, o aumento da precariedade é apresentado não apenas como inevitável face à «crise» e aos necessários aumentos da produtividade e da competitividade, mas também como algo positivo e sinal de modernidade e dos novos tempos. Esse aumento permite uma maior flexibilidade na organização e gestão dos tempos de trabalho e maiores margens de autonomia e de decisão sobre a atividade a desenvolver, os ritmos de trabalho e as condições em que é realizado (ignorando-se, ou fingindo-se ignorar, a desigual correlação de forças entre trabalhadores e entidades patronais e que a flexibilidade é sempre equacionada e imposta em função dos interesses de quem tem o poder real de decidir). Do mesmo modo, a apologia da mobilidade, apresentando-a sempre como positiva, independentemente da vontade dos trabalhadores e das suas relações familiares, é agora acompanhada de apelos à emigração, designadamente dos mais jovens, convidados a abandonar o que seria a sua «zona de conforto»<sup>40</sup>. Nesse quadro, o desemprego é mesmo apresentado como «uma nova oportunidade»<sup>41</sup>, como um estímulo a que cada um se torne «empreendedor», responsabilizando-se, desse modo, individualmente, cada trabalhador pela sua situação face ao trabalho e ao emprego/desemprego.

---

40 Declarações de Alexandre Mestre, Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, proferidas em outubro de 2011.

41 Declarações do 1º ministro, Passos Coelho, proferidas em maio de 2012.

Contrariamente a esses discursos, o aumento da precariedade e do trabalho informal significa para muitos trabalhadores e para as suas vidas, como afirmam diversos autores (Leite, 1995; Castel, 2000; Sennett, 2001, 2007,), um verdadeiro drama, com consequências devastadoras em nível pessoal, familiar e profissional, tanto mais que o trabalho continua a ser central na vida das pessoas e das sociedades (Schnapper, 1998; Silva, 2007). Efetivamente, a situação de precariedade traduz-se, para quem a sofre, numa enorme instabilidade e insegurança; num horizonte de incertezas e na impossibilidade de planejar o futuro; em vidas desfeitas pelo desemprego (cujos efeitos são ainda mais graves com os constantes cortes na duração e no valor dos subsídios e das indenizações); na dependência econômica em vários níveis e de diversos tipos (dos mais jovens que tendem a manter-se na/ou a regressar à casa dos pais, mas também dos mais velhos em relação aos filhos); na falência econômica de milhares de famílias, com implicações brutais, como a perda de habitação e entrega de casas aos bancos (numa média de 16 casas por dia)<sup>42</sup>; em alterações graves no estado de saúde; no aumento de sentimentos de culpa e dos casos de suicídio; na fragilização dos laços sociais.

Em nível dos locais de trabalho, tais alterações acarretam igualmente a degradação das relações profissionais, o aumento das situações de exploração e vulnerabilidade, acompanhadas de sentimentos de impotência e de medo, mais especificamente o medo de ficar desempregado. Nesse quadro, assiste-se, crescentemente, à necessidade sentida por muitos trabalhadores de se manterem «empregáveis» a todo o custo, à transformação de identidades profissionais coletivas em identidades profissionais individualizadas, sentindo-se cada um cada vez mais fragilizado, como mera peça de uma máquina e de um sistema que não domina e que o ultrapassam.

---

42 Dados da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), referentes aos três primeiros trimestres de 2012.

## **A individualização das identidades profissionais e das relações de trabalho**

Face à crise e ao desemprego crescente, ter trabalho acaba por ser assumido como um privilégio que inibe reclamações ou a exigência do respeito pelos direitos, submetendo-se cada trabalhador aos ritmos e às condições de trabalho que lhe são impostas, seja em nível de tempos de trabalho, de mudanças de local de trabalho, de alterações dos contratos, seja das condições remuneratórias pois, como muitos afirmam, *«mais vale ganhar pouco do que estar desempregado»*.

Assim, se a perda do trabalho ou o medo de o perder pesam fortemente sobre cada trabalhador, o exercício do trabalho é hoje, também, em muitas situações, um fator de enorme sofrimento, muitas vezes omitido ou silenciado, verificando-se quase que um sentimento de *«vergonha espontânea de protestar quando outros são muito mais desfavorecidos; como se hoje as relações de dominação e injustiça social só afetassem os desempregados e os pobres, deixando incólumes os que, por terem emprego e recursos, são privilegiados»* (Dejours, 2006, p. 44).

É assim que a velha reivindicação operária das oito horas de trabalho, cuja consagração se constituiu num enorme avanço civilizacional, surge agora como um «contrassenso», ou mesmo como um sinal intolerável de «preguiça», defendido por quem, pretensamente, não quer trabalhar, destruindo-se direitos arduamente conquistados e fazendo-se *«tábua rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas agora como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente»* (Bourdieu & Wacquant, 2000).

Ao mesmo tempo, mecanismos diversos na organização dos processos de trabalho e na sua gestão e administração, têm contribuído para acentuar uma individualização das relações de trabalho, tendendo a prevalecer «não um individualismo-emancipação, proporcionador de maior liberdade, autonomia e capacidade de ação, mas um individualismo-fragilização que torna o indivíduo num ser isolado, submetido à insegurança, à desfiliação e à fragilização do laço social» (Kovács, 2006, p. 47).

Nesse contexto, *«os problemas do trabalho tendem a deixar de ser considerados problemas sociais para passarem a ser equaciona-*

*dos como problemas individuais» (Medina, 2008), deixando o mundo do trabalho de ser entendido como »um contexto de produção de relações sociais, tornando-se uma arena de competição inter-individual» (Terraseca, Caramelo, Medina, 2011), como se torna bem patente no discurso de um trabalhador do setor bancário:*

*Um colega de trabalho não é meu amigo, é meu concorrente. Se agora tu fosses trabalhar para o meu banco e assumisses a postura de bancária, eras minha inimiga! (...) Não vou estar a ajudar uma colega para a seguir ela me passar por cima! O banco é o meu sustento e a minha sobrevivência. Aqui passa tudo pelo instinto de sobrevivência. Os valores morais vêm depois da nossa subsistência.<sup>43</sup>*

Como resposta a situações de insegurança, instabilidade ou medo, presentes em muitos contextos de trabalho, desenvolvem-se mecanismos, conscientes ou inconscientes, de apropriação de um conjunto de normas de conduta e de comportamentos tidos como normais e legítimos no local de trabalho e que denotam processos de formação pessoal e de construção e recomposição das identidades pessoais e coletivas, altamente corrosivos do carácter (Sennett, 2001)

Como afirma Guimarães (2011, p. 79), o medo constitui

*«um forte fator de individualização da relação do trabalhador com a empresa, visto surgir como elemento que quebra os laços sociais, deixando cada um cada vez mais sozinho e isolado nas suas relações com a empresa e impondo-se como um forte entrave ao exercício da cidadania no local de trabalho».*

Nesse cenário, tende a assumir-se, com «naturalidade», que o exercício da cidadania fique fora das empresas, facilitando a passividade, a adoção de comportamentos de submissão e o olhar com reservas para os que ainda reivindicam por direitos, receando as

---

43 Excerto de entrevista realizada por Marlene Guimarães (2011) no âmbito da sua dissertação de mestrado

consequências individuais de uma relação mais próxima com os que valorizam processos de construção de identidades profissionais coletivas dignificadas. Acentua-se, assim, o afastamento de instâncias de participação e mobilização coletiva, como os sindicatos, diminuindo as taxas de sindicalização, o que nem sempre poderá ser equacionado como o resultado de decisões livres dos trabalhadores, pois, como afirma Alan Stoleroff (1995:75), «a sindicalização é na realidade o produto de um sistema complexo de interdependências», podendo a decisão de cada trabalhador ser «fundamentalmente influenciada pelo grau de liberdade que o empregador lhe permite e o grau de liberdade que o Estado garante pela sua vigilância da lei».

### **Resistência e transformação**

Esse quadro genericamente pessimista, sendo uma realidade, não se encontra absolutamente generalizado, nem se transformou na única forma de experienciar e viver o trabalho. Ainda hoje, muitas empresas e instituições, onde se desenrola a vida profissional das pessoas, se apresentam como locais de amizade e de solidariedade entre os trabalhadores e se constituem como contextos de intervenção e formação para outras grades de leitura da realidade e para a construção de diferentes quadros de valores. Papel importante, nesse âmbito, têm desempenhado as lutas travadas em diversas empresas e setores profissionais, bem como por sindicatos, organizações de trabalhadores e outros movimentos sociais que se afirmam como espaços de aprendizagem de novas visões do mundo e do trabalho com direitos e com dignidade (Medina, 2008). No quadro de diversos espaços de interação, de relações sociais e de envolvimento com «novos» e «antigos» movimentos sociais, nos quais muitos se vão formando, transformando e construindo as suas identidades, no interior de várias empresas e em contextos exteriores a estas, é possível continuar a assistir à emergência de novas solidariedades e a atitudes de resistência a formas mais individualistas de pensar e viver o trabalho.

Nesse contexto, ademais das organizações sindicais, várias outras «organizações» e movimentos, com níveis de estruturação muito diferenciados, vêm sendo constituídos em torno de diversas

precariedades no trabalho, permitindo recriar laços de solidariedade, contribuindo para a sua visibilidade e para a construção de novas identidades sociais coletivas — do «precário», do «recibo verde», do «desempregado», do «bolsista» —, desvinculadas de um contexto profissional preciso, mas profundamente ligadas ao mundo do trabalho. A atividade desenvolvida por esses movimentos tende a facilitar a recomposição identitária (ainda que transitória) de grande parte dos trabalhadores, permitindo a construção de «*narrativas partilhadas das dificuldades*» (Sennett, 2001, p. 224) e a sua assunção como membros de um grupo com o qual partilham outras dimensões da sua história, afirmando-se como atores e autores sociais intervenientes num processo de transformação e de mudança social cujo sentido coletivamente constroem.

A capacidade de manter e revitalizar «velhas» formas de organização social e de criar «novas» organizações e movimentos, susceptíveis de equacionar problemas específicos de determinados setores e grupos sociais e de se articularem entre si, permite afirmar que há «opções entre várias alternativas» (Kovács, 2006, p. 43) e que o futuro depende «dos atores sociais, dos seus valores, dos seus interesses e do grau de democraticidade dos processos de mudança». Encontramos então, na Ergologia, um referencial enriquecedor dessa postura, já que ela realça particularmente as «reservas de alternativas permanentes», embora mais ou menos contrariadas, mais ou menos desenvolvidas – como diria Yves Schwartz «de relevâncias e influências muito variáveis» (Schwartz & Durrive, 2010, p.35).

Ao tão propalado «empreendedorismo», que nos traz o discurso dominante e que não visa senão à individuação e à fragilização dos trabalhadores, poderá opor-se um outro espírito «empreendedor», protagonizado por diferentes organizações e movimentos, em torno dos problemas do trabalho e das comunidades, potenciador de laços de solidariedade e de culturas solidárias, de novos projetos e dinâmicas locais, de disposições identitárias intervenientes na construção de um outro futuro e de outros modelos de desenvolvimento.

## Referências Bibliográficas

- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (2000). La nouvelle vulgate planétaire, in [www.monde-diplomatique.fr](http://www.monde-diplomatique.fr), Maio 2000.

- Castel, R. (1999). *As metamorfoses da questão social, uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Editora Vozes

- Castel, R. (2000). A precariedade: transformações históricas e tratamento social. In Soulet, M. H. (org). *Da não integração: tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*. Coimbra: Quarteto Editora, 21-38

- Correia, J. A. & Matos, M. (2001). *Solidões e solidariedades nos quotidianos dos professores*. Porto: Asa Editores

- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. S. Paulo: Cortez Editora.

- Dejours, C. (1997). *O fator humano*. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- Dejours, C. (2006). *A banalização da injustiça social*. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas

- Guimarães, M. (2011). *Entre a espada e a parede – trabalho sem cidadania ou cidadania sem trabalho? Estudo sobre os efeitos das novas configurações laborais no sector bancário*. Porto: FPCEUP – Dissertação de Mestrado

- Kovacz, I. (2006). Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº52, 41-65.

- Leite, J. (1995). Sindicalismo e direitos fundamentais. In *Vértice*, nº 68, 119-125.

- Medina, T. (2008). *Experiências e memórias de trabalhadores do Porto - a dimensão educativa dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais*. Porto: FPCEUP – Tese de Doutoramento

- Schnapper, D. (1998). *Contra o fim do trabalho*. Lisboa: Terramar

- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2010). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana* (2º ed.). Niterói: EDUFF.
- Sennet, R., (2001). *A corrosão do carácter – as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Sennet, R., (2007). *A cultura do novo capitalismo*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Silva, C. (2007). *Trabalho e sindicalismo em tempos de globalização*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- Stoleroff, A. (1995). Sobre o declínio relativo da sindicalização. A importância da regulação ao nível da empresa. *Vértice*, nº 68, 68-79.
- Terraseca, M., Caramelo, J. & Medina, T. (2011). Análise de discursos europeus sobre educação e formação de adultos e aprendizagem ao longo da vida. *Journal for Educators, Teachers and Trainers*, 2, 49-59.

1 N.E. Por se tratar de extratos de documentos, optou-se por manter expressões típicas de Portugal.

O tema deste livro lida com a questão dos “desenvolvimentos”, com uma preocupação de coerência construída a partir do legado de Alain Wisner. Apaixonado pelas questões do desenvolvimento planetário, com um olhar aguçado sobre o que, atualmente, e após ele, se costuma designar por Ergonomia e Psicologia do trabalho “da atividade”, desenvolveu uma abordagem atenta às heranças culturais e patrimônios locais inscritos em todas as situações de trabalho. Como o lembra Yves Schwartz no seu prefácio, a tese que partilhámos é a de que não se pode tratar dos problemas de desenvolvimento local sem considerar a “atividade humana”, sendo o trabalho humano uma das suas formas essenciais e estratégicas. O contributo da abordagem ergológica permitiu avanços teóricos importantes na postura assim assumida, caracterizada por um diálogo constante entre várias disciplinas científicas.

O Seminário organizado no Porto, em 2012, que está na origem do livro, prolongou os encontros de Maputo, em 2007, e de Belo Horizonte, em 2009, dando corpo à rede Internacional “Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos”, agora integrada na Sociedade Internacional de Ergologia. Contamos por isso neste livro com capítulos escritos por autores provenientes de Brasil, França e Portugal.

O propósito geral é tratado por autores que se inscrevem nas áreas da Ergonomia/Psicologia da atividade, mas também das Ciências da Educação, da Economia, da Filosofia e da Sociologia. Concretamente, nos sucessivos capítulos articulam-se as questões dos desenvolvimentos com diferentes temáticas: Formação; Gestão da prevenção e dos riscos profissionais; Territórios, e mobilidades; Trabalho informal. Analisar essas questões e temáticas sob o prisma da atividade de trabalho, assim como associar, na autoria dos textos ou na reflexão que antecedeu a sua construção, investigadores e estudantes a outros protagonistas da sociedade, reforça a originalidade do contributo. Assim, além dos membros da comunidade académica, o livro irá igualmente suscitar o interesse dos atores económicos, sociais e políticos.

**Renato Di Ruzza, Marianne Lacomblez e Marta Santos**

Este trabalho foi financiado pelo Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT UID/PSI/00050/2013) e pelo FEDER através do programa COMPETE 2020 (POCI-01-0145-FEDER-007294).



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-63299-22-2



9 788563 299222